

UNIVERSIDADE DE LISBOA
FACULDADE DE PSICOLOGIA



**Factores que Influenciam a Identificação de Pessoas de
Outras Raças em Contexto de *Lineup***

Kelly Gomez Mendes

MESTRADO INTEGRADO EM PSICOLOGIA
Área de Especialização em Cognição Social Aplicada

2020

UNIVERSIDADE DE LISBOA
FACULDADE DE PSICOLOGIA



**Factores que Influenciam a Identificação de Pessoas de
Outras Raças em Contexto de *Lineup***

Kelly Gomez Mendes

**Dissertação orientada pelo Prof. Doutor Tomás Palma e coorientada pelo Prof.
Doutor Mário Ferreira**

MESTRADO INTEGRADO EM PSICOLOGIA
Área de Especialização em Cognição Social Aplicada

2020

“Tudo posso naquele que me fortalece”

Filipenses 4:13

Agradecimentos

Em primeiro lugar, agradeço a Deus por ter guiado meus passos e ter colocado ao meu redor pessoas capazes de me incentivar para que pudesse superar cada obstáculo que encontrei pelo caminho.

Quero agradecer à Faculdade de Psicologia da Universidade de Lisboa por ter me recebido com tanto carinho com toda a sua equipa de docentes e funcionários administrativos.

Em especial, quero agradecer ao orientador Tomás Palma por ter sido o melhor orientador, por não ter desistido de mim, pela paciência e por acreditar em mim, mesmo quando eu já estava perdendo as esperanças e pela compreensão.

Quero também agradecer ao Mário Ferreira pela disposição, apoio, por tudo que me ensinou nessa trajetória, foi por causa do professor que sei qual área da psicologia quero seguir.

Um especial agradecimento à minha família, em especial à minha irmã Karina, por ao longo da minha vida terem estado sempre lá por mim. Obrigado, pelo apoio incondicional, por todo o amor e compreensão, por toda resiliência e paciência, pelos conselhos até altas horas independente do fuso horário, por fazerem de tudo para que meu sonho de estudar e morar em Portugal se tornasse verdade, enfim, por todos os sacrifícios que valorizo tanto. Sem vocês, não seria nada.

Por fim, mas não menos importante, as minhas amigas pelo apoio e carinho, por me darem forças e acreditar no meu potencial, me fazer rir quando queria chorar, só tenho a agradecer. Obrigada por me acolherem e me incluir na vida de vocês. Vocês são minha família, obrigada por tudo!

Resumo

Cross-Race Effect é a tendência de reconhecer mais facilmente um rosto da sua própria raça comparada a de outra raça. Este fenômeno é robusto na literatura, acontece em todas as raças e idades, no entanto, as pessoas não estão necessariamente cientes dele. No que toca ao sistema judicial, este fenômeno pode causar consequências avassaladoras como um inocente ser preso injustamente. Por isso, saber sobre o CRE e identificar os fatores que o influenciam são importantes uma vez que se pode encontrar meios para contorná-los e assim, diminuir o CRE. Para além disso, esta tese tem o intuito de trazer informações internacionais para a literatura portuguesa.

Palavras-chave: factores; influência; identificação de testemunhas; *cross-race effect*; *lineup*.

Abstract

Cross-Race Effect is the tendency to easily recognize a face of your own race compared to another race. This phenomenon is robust in the literature, it happens in all races and ages, however, people are not necessarily aware of it. As far as the judicial system is concerned, it can have overwhelming consequences, such as an innocent being improperly imprisoned. Therefore, knowing about the CRE and identifying the factors that influence it are important since you can find ways to get around them and thus, reduce the CRE. In addition, this thesis aims to bring international information to Portuguese literature.

Keywords: *factors; influence; witness identification; cross-race effect; lineup.*

Índice

Agradecimentos	ii
Resumo	iii
Abstract	iv
1. Introdução	1
1.1. Processamento Facial.....	2
1.2. Testemunho das Testemunhas Oculares.....	6
2. <i>Cross-Race Effect</i>	7
2.1. CRE e a Identificação da Testemunha Ocular.....	7
2.2. O que é CRE?	8
2.3. Teorias do CRE.....	9
2.3.1. Falta de Experiência ou Contato.....	10
2.3.2. Teoria Sociocognitiva ou Categorização Social.....	14
2.3.3. Integração das Teorias.....	17
2.4. CRE e Variáveis do sistema e Variáveis Estimadoras.....	20
2.5. Variáveis do sistema que influenciam o CRE.....	22
2.5.1. Apresentação da <i>Lineup</i>	22
2.5.2. Construção da <i>Lineup</i> enviesada.....	24
2.5.2.1. Suspeito e <i>Fillers</i>	24
2.5.2.2. Preconceitos de raça	30
2.5.3. Procedimentos de identificação repetidos com a mesma testemunha e suspeito.....	30
2.5.4. Precisão e Confiança das Testemunhas.....	33
2.5.5. Instruções.....	34
2.5.6. Administrador.....	36
3. Recomendações	41

3.1. Recomendação 1: Entrevista pré- <i>lineup</i>	42
3.2. Recomendação 2: Suspeita baseada em evidências.....	48
3.3. Recomendação 3: Administração duplo-cega.....	53
3.4. Recomendação 4: <i>Lineup fillers</i>	55
3.5. Recomendação 5: Instruções pré- <i>lineup</i>	57
3.6. Recomendação 6: Declaração de confiança imediata.....	58
3.7. Recomendação 7: Gravação de vídeo.....	61
3.8. Recomendação 8: Evite Procedimentos de identificação repetidos.....	64
3.9. Recomendação 9: <i>Showups</i>	65
4. Grau de adoção das recomendações nos Estados Unidos da América (EUA).....	69
5. Considerações Finais.....	72
Referências Bibliográficas.....	74

1. Introdução

Em 1983, Habib Wahir Abdal, então conhecido como Vincent Jenkins, foi condenado por estuprar uma jovem branca em uma reserva natural em Buffalo, Nova York. Apesar de ter sido vendada, a mulher descreveu o seu agressor como um homem negro vestido uma jaqueta com capuz. A polícia informou a vítima que Abdal era o suspeito, no entanto, a mesma só o identificou ao ver uma foto de Abdal de quatro anos antes do crime. Com isso, Abdal cumpriu 16 anos de prisão até ser exonerado por evidências de DNA (Havard et al., 2017).

Este é apenas um dos muitos exemplos da falibilidade da memória facial de testemunhas oculares. Casos como esse, em que as testemunhas não reconhecem com precisão os rostos dos perpetradores, exigem que medidas sejam feitas para melhorar os procedimentos realizados na identificação dos perpetradores para que se possa aplicar a justiça de forma mais consistente.

Apesar dos indivíduos serem especialistas no processamento de faces humanas (Young & Burton, 2018; Sunday & Gauthier, 2018; Rossion, 2018), ainda assim, é possível que não se reconheça os rostos de outras pessoas com precisão. No entanto, esses erros de memória facial não são aleatórios. Como é exemplificado pelo caso de Abdal, observadores têm um reconhecimento especialmente pobre para os rostos de membros de outras raças (Malpass & Kravitz, 1969; Hugenberg et al., 2012).

Este Cross-Race Effect (abreviado como CRE) na memória facial tem um impacto profundo no sistema de justiça criminal. Em 2019, o *Innocent Project* constatou que 75% dos casos de identificação equivocada envolviam identificação entre raças (Havard et al., 2019).

Simplificando, as identificações de suspeitos de outras raças estão sujeitas a falhas com uma frequência chocante. E como as testemunhas oculares tem um poder avassalador, é de extrema importância identificar todos os aspetos relevantes sobre o efeito e identificar meios para contorná-lo, pois com cada identificação incorreta, indivíduos são presos indevidamente, os perpetradores permanecem soltos e a confiança pública no sistema de justiça deteriora-se (Wilson et al., 2016).

Neste sentido, partindo da extensa literatura sobre identificação de suspeitos, esta tese tem o intuito de identificar os métodos e procedimentos de identificação de suspeitos mais eficazes na minimização dos erros de identificação de suspeitos de outras raças. Ao fazer este levantamento, esta tese pode servir como ferramenta para informar o sistema judicial português sobre a validade científica dos diferentes métodos utilizados.

Assim, o primeiro passo para identificar um suspeito é processar a sua face, por isso, começamos por explicar como é que se dá o processo de reconhecimento de faces e sobre algumas influências que podem existir que dificultam o reconhecimento, podendo ser tanto de qualidade conceptual, estado psicológico como de raça, sendo esta última o foco da tese e mais tarde elaborada. Também é referido sobre a importância do testemunho, pois as informações fornecidas costumam ser o ponto de partida para as investigações e seu testemunho pode ser uma prova convincente da culpabilidade do suspeito em conjunto com a identificação do mesmo. No entanto, há um fenómeno que prejudica a identificação da testemunha, sendo conhecido como *Cross-Race Effect* (CRE). Assim, entramos na secção do CRE, na qual é explicado o que é, refere as teorias que podem explicar o efeito, o paradigma usado nas pesquisas e as variáveis que influenciam o mesmo. Por fim, é apresentado recomendações para minimizar o CRE, evitando as consequências negativas deste efeito na identificação de suspeitos feita por testemunhas oculares na *lineup*.

1.1. Processamento/ Reconhecimento Facial

Numa multidão de pessoas, conseguimos distinguir pessoas que não conhecemos das pessoas que conhecemos. A identificação e o reconhecimento de pessoas ou objetos são processos básicos do dia-a-dia. No entanto, já foi estudado que reconhecimento de faces é um outro tipo de reconhecimento de objetos, uma vez que o reconhecimento de faces é processado holisticamente, ou

seja, o rosto é armazenado na memória como um todo e não um conjunto de partes separadas (e.g., olhos, nariz), como ocorre com os objetos sem rosto (e.g., casa; Tanaka & Farah, 1993).

Os pesquisadores Tanaka e Farah (1993) não só determinaram esta diferença entre processos de face normal e de objetos sem face, como ainda analisaram as faces embaralhadas e faces invertidas. Para isso, compararam o processamento baseado em partes separadas (e.g., nariz) e as abordagens do processamento holístico ao reconhecimento facial (face inteira). Assim, a identificação de um indivíduo não seria provável por meio de um recurso retirado do contexto de todo o rosto.

Em uma série de experimentos, os participantes de Tanaka e Farah (1993) viram rostos normais, rostos embaralhados (todas as características faciais estavam presentes, mas em locais não normais), faces invertidas (as características estavam no posicionamento correto no rosto, mas os rostos estavam de cabeça para baixo), e objetos não faciais (ou seja, casas) antes do teste. Rostos que foram aprendidos durante esse tempo receberam um nome (por exemplo, Larry). Durante o teste, os participantes viram faces previamente aprendidas ao mesmo tempo que uma face alterada (veja a Figura 1).

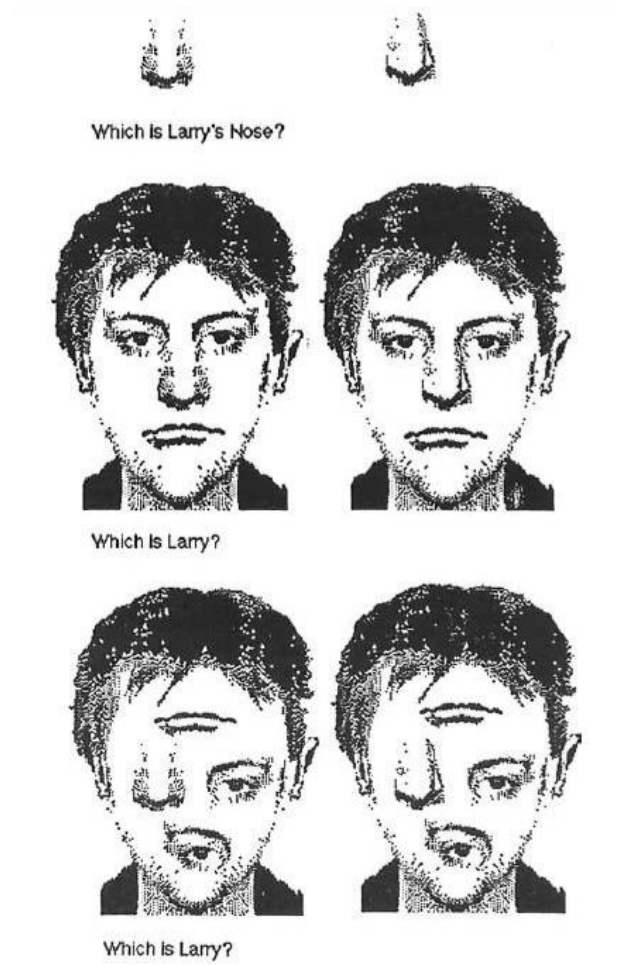


Figura 1: Uma representação da tarefa de identificação usada por Tanaka e Farah (1993).

A partir dessas imagens, os participantes tiveram que indicar qual rosto pertencia a uma das pessoas aprendidas anteriormente (por exemplo, Larry).

Tanaka e Farah determinaram que a identificação facial era melhor quando toda a face (normal) era apresentada, em comparação com faces embaralhadas, faces invertidas e não-faciais. Além disso, quando os rostos foram identificados por meio de um recurso, eles foram melhor identificados quando o recurso estava dentro do contexto de rosto inteiro normal. Comparativamente, os rostos aprendidos em um formato embaralhado foram melhor identificados quando um único recurso foi apresentado fora do contexto do rosto (Rothweiler, 2017).

Essas descobertas sugeriram que as faces são processadas como um todo e, mais importante, que o processamento holístico não se expande para faces embaralhadas, faces invertidas e objetos.

Embora o estudo de Tanaka e Farah seja considerado um estudo de referência na literatura de reconhecimento facial, o processamento holístico de rostos foi expandido para explicar as diferenças na identificação facial de pessoas da mesma raça (SR) e de outras raças (OR; Rossion & Michel, 2011).

No entanto, o reconhecimento facial pode sofrer influências ao nível de codificação, ou seja, no momento que o crime ocorre. Wilson e colaboradores (2013) citaram duas possíveis influências e as caracterizaram de qualidade conceptual e estado psicológico. A primeira é relacionada as condições de visualização nas quais o rosto é inicialmente codificado (Shapiro & Penrod, 1986). Assim, todas as influências que tornam o ambiente perceptivelmente ruim fornecendo condições de visualização ruins são traduzidas em memórias com qualidades ruins (Wilson et al., 2013). Alguns exemplos de influência são: ver o rosto apenas brevemente (Light et al., 1979; Maclin et al., 2001) ou à distância (Malpass & Devine, 1981).

A outra diz respeito as influências psicológicas que podem afetar a condição do rosto, levando a memórias ruins, apesar das condições de visualização de alta qualidade. Por exemplo, tanto a distração, o estresse quanto a surpresa mostraram debilitar o reconhecimento facial de maneira confiável. Um exemplo clássico de situação que provoca distração e estresse é a presença de uma arma de fogo ou arma - conhecido como efeito de foco da arma (Wilson et al., 2013). Para alguns pesquisadores (Loftus, 1979; Loftus et al., 1987) a presença de uma arma de fogo ao testemunhar um crime reduz a precisão de reconhecimento subsequente das testemunhas oculares, pois os observadores concentram-se na arma por mais tempo do que outros itens em uma cena (Loftus et al., 1987). Outros investigadores (Cutler et al., 1987) descobriram que embora a presença de uma arma seja claramente prejudicial para o reconhecimento preciso, na condição sem arma, apenas 46% dos observadores fizeram julgamentos de identificação corretos. Há ainda investigadores (Hope & Wright, 2007) que encontraram evidências de que o reconhecimento do perpetrador era reduzido em

relação a condição de controlo mesmo quando o mesmo segurava uma arma de fogo ou um espanador, sugerindo que a surpresa pode desempenhar um grande papel no efeito da arma.

1.2. Testemunho das testemunhas oculares

Em Direito, o testemunho é o segundo tipo de prova com maior valor, a seguir à confissão, uma vez que, tal como provas físicas, permite a reconstrução do evento em questão (Wells & Loftus, 2012). Um testemunho é genericamente uma narração elaborada apresentada por um indivíduo relativamente a eventos de que tem um conhecimento direto (Poiars, 2004). Como as provas físicas, esta evidência rememorativa pode ser contaminada, perdida ou destruída, sendo que pode levar a uma reconstrução incorreta do evento em questão (Wells & Loftus, 2012). O que pode facilitar o surgimento de descrições incorretas ou identificações falsas que são responsáveis pela condenação de inocentes. O testemunho pode adicionalmente ser bastante persuasivo, uma vez que as pessoas que o realizam muitas vezes estão confiantes no que participam às autoridades, sendo que o seu valor enquanto prova por vezes é superior à fiabilidade que possui realmente (Simões, 2018).

Este tipo de prova deve, portanto, possuir um tratamento diferente do que as provas físicas, uma vez que estas possuem protocolos específicos, com fundamento científico para evitar a sua contaminação (Wells & Loftus, 2012).

Correspondentemente, uma variável cognitiva vital em testemunhos é que está altamente correlacionada com a sua veracidade é a memória. Segundo Gil (2007) a memória é uma capacidade que possibilita que a pessoa se recorde do passado, se reconheça num presente, sendo assim o resultado da sua história que impulsiona o indivíduo para o futuro.

Tradicionalmente, o sistema judicial olha para a memória como uma gravação mental do passado, fiel por completo à realidade do evento. Esta gravação aparenta, portanto, permanecer inalterada mesmo existindo informações novas após o evento, sendo adicionalmente invulnerável à sugestão. Portanto, falhas de recolção por parte da testemunha seriam, meramente, falhas no acesso

a essas gravações (Wells & Loftus, 2012). Contudo, sabe-se que isto não é exatamente assim, e que as memórias de um evento são afetadas por outras, ocorrendo a integração de memórias antigas e posteriores ao evento, além de integração de informações de outras fontes (internas e externas). Assim, a recollecção está mais próxima de uma reconstrução do passado (incorporando outros tipos de informação) do que de uma rebobinação de uma gravação. Este processo sugere, portanto, uma maleabilidade da memória, que pode ser influenciada por várias causas e variáveis (e.g., influências sociais; Bartlett, 1932, eventos passados, eventos recentes, crenças, valores, atenção, sugestionabilidade do entrevistador, vieses do pensamento, inferências sobre memórias, relações não existentes entre elementos que, sim, bem recordados, etc...), da qual podem resultar por vezes falsas memórias, que envolvem a recordação de algo que não aconteceu ou diferente do como realmente ocorreu (Roediger & McDermott, 2000). Esta recordação falsa pode ter diversas consequências - desde uma influência trivial, até à de causa de julgamentos e decisões enviesadas ou injustas (Wells & Loftus, 2012).

No que toca a sugestionabilidade, seus perigos são principalmente manifestos em casos com crianças, idosos e pessoas com défice cognitivo - indivíduos particularmente sensíveis à contaminação das suas recuperações por elementos sugestionados (Loftus & Davis, 2006).

Então, como vimos, o testemunho é, por um lado, uma prova com bastante valor, mas por outro, pouco fiável por ser suscetível à maleabilidade da memória, a vieses e a sugestionabilidade, reconstruindo erroneamente como o evento em questão ocorreu.

2. Cross- Race Effect

2.1. O CRE e a Identificação da Testemunha Ocular

Para as investigações criminais e procedimentos legais são essenciais as provas das testemunhas oculares, pois as informações fornecidas costumam ser o ponto de partida para as investigações e seu testemunho pode ser uma prova convincente da culpabilidade do suspeito

(Pozzulo et al., 2006). No entanto, há a possibilidade de existir situações que prejudiquem a identificação da testemunha, como o procedimento na construção de *lineup* (Wells et al., 2006), principalmente quando é um caso de crime inter-racial.

Na última década, houve um aumento substancial na compreensão do CRE, seus antecedentes e de potenciais formas de amenizar esse viés preocupante (Wilson et al., 2013). Apesar disso, há poucas revisões, em português, sobre CRE projetadas para comunicar àqueles que definem as políticas públicas. Assim, esta revisão busca abordar essa lacuna sintetizando a pesquisa e a teoria existentes sobre o CRE, comunicando suas causas e consequências conhecidas e abordando como esse conhecimento pode ser usado nas políticas públicas e por policiais, investigadores e assessoria jurídica.

2.2. O que é CRE?

Segundo Bornstein et al. (2013), o CRE é uma causa comum de erro de testemunha ocular. Este é caracterizado pela tendência dos indivíduos de reconhecerem melhor os rostos de sua própria raça quando comparadas com outras (Young et al., 2012).

Segundo a meta-análise de Meissner e Brigham (2001), com base nos seus 39 estudos independentes, indica que os indivíduos têm 1,4 vezes mais probabilidade de identificar corretamente alguém da mesma raça (SR) e 1,56 vezes mais probabilidade de reconhecer falsamente alguém de outra raça. Este efeito é um dos fenômenos mais replicados na percepção de faces (Chance & Goldstein, 1996) generalizando vários paradigmas de pesquisa (Meissner & Brigham, 2001).

Assim, é um viés bastante robusto estatisticamente (Havard et al., 2019), ocorre em todas as raças (Brigham et al., 2007), aparece na primeira infância (Kelly, et.al., 2007), foi observada em crianças pequenas (Pezdek et al., 2003), persiste até a velhice (Brigham & Williamson, 1979), pode

ser encontrado utilizando diferentes tarefas experimentais e apresenta grandes implicações sociais como legais (Vitriol et al., 2018).

No entanto, apesar da robustez do efeito, as pessoas não estão necessariamente cientes dele; por exemplo, Abshire e Bornstein (2003) descobriram que menos de 50% dos jurados testados responderam corretamente a uma pergunta sobre o CRE, embora os participantes negros tivessem mais conhecimento do que os participantes brancos.

De acordo com as várias teorias do CRE, este fenômeno ocorre no momento da codificação, isto é, no momento que ocorre o crime (Brigham et al., 2007). Como não sabemos quando o crime irá acontecer, não conseguimos agir de forma a minimizar ou evitar o CRE. No entanto, a investigação tem demonstrado que existem uma série de procedimentos que podem ser implementados no momento pós-codificação que contribuem para minimizar os efeitos nefastos do CRE na identificação de suspeitos e assim evitar que pessoas inocentes sejam tratadas como suspeitos e até condenados por crimes que não cometeram.

A partir do momento que já se conhece o fenômeno, é interessante perceber quais são as suas possíveis causas.

2.3. Teorias do CRE

Embora se saiba sobre a existência do CRE há quase meio século (Malpass & Kravitz, 1969), ainda acontece debate acerca de suas causas. Nesse segmento será retratado as duas principais causas que, como Wilson e colaboradores (2013) salientaram, cada uma dessas causas por si só é, normalmente, suficiente para reduzir substancialmente o reconhecimento facial entre raças. No entanto, ao atuarem juntas, causam estragos absolutos para o reconhecimento entre raças criando os grandes efeitos vistos tanto nos experimentos como no tribunal (Young & Hugenberg, 2012). Além disso, ainda foi referido uma ideia de teoria integrativa entre essas duas teorias.

2.3.1. 1º Causa: Falta de experiência ou contacto

A explicação baseada na experiência ou a hipótese de contato, enfatiza o contato diferencial que se tem com sua própria raça em relação a outras raças (Bornstein et al., 2013). Para alguns autores (Goldsmith & Blakely, 2010; MacLin & Malpass, 2001; Meissner & Brigham, 2001), isto acontece devido a segregação racial informal, que leva a maioria das pessoas a ter substancialmente mais contato com faces SR (*same race*; mesma raça) do que com faces OR (*other race*; outra raça). Esse contato diferencial leva a especialização diferencial no processamento de faces SR e OR - as pessoas têm mais prática em reconhecer a mesma raça em relação a faces de outra raça - dando origem a uma maior precisão de reconhecimento para faces SR (Wilson et al., 2013). Assim, a hipótese de contato postula que o grau de contato com os membros de um grupo (ou seja, quantidade e qualidade) dita a capacidade de uma pessoa de distinguir entre os membros do grupo (Sporer, 2001; Brigham & Malpass, 1985).

Há ainda o argumento de que a experiência inicial “ajusta” o processamento de face para face de SR, por exemplo, foram descobertos que bebês de 3 meses exibem um viés SR (Kelly, et. al., 2005) e que crianças entre 6 a 14 anos possuem CRE (De Heering et al., 2010). Além disso, um estudo com crianças coreanas adotadas e criadas por famílias europeias demonstrou uma vantagem para o reconhecimento de rostos europeus, mostrando que o CRE pode até ser revertido por extensa experiência na infância com rostos OR. Estes resultados sugerem assimetria no processamento e reconhecimento de faces de SR e OR que possivelmente levam a uma vantagem de especialização em SR estável na idade adulta (Sangrigoli et al., 2005).

Esta teoria foi dividida em duas classes de mecanismos: modelos baseados em estilos de processamento diferenciais e modelos que propõem representações mentais diferenciais de faces SR e OR (Young et.al., 2012).

Assim, vários teóricos argumentaram que a especialização diferencial com as faces de SR e OR cria estilos de processamento qualitativamente diferentes, que leva ao CRE. A partir dessa perspectiva,

a expertise permite que essas faces sejam processadas de uma maneira configuracional (Young et.al., 2012). Isto é, as pessoas extraem informações sobre as relações entre as características faciais (por exemplo, a localização dos olhos em relação ao nariz e boca; Hancock & Rhodes, 2008). Esta extração pode permitir que um rosto seja processado como um objeto único, em vez de um conjunto de características faciais separadas (Maurer et al., 2002).

Quando os observadores têm menos experiência com faces OR, argumenta-se que o processamento configuracional é menos eficiente proporcionando memórias mais fracas para faces OR (Hancock & Rhodes, 2008) e são processadas de maneira fragmentada ou baseada em recursos (Michel et al., 2006; Rhodes et al., 1989; Tanaka et al., 2004). No entanto, o processamento configuracional parece ocorrer mais fortemente com classes de estímulos com as quais os observadores têm mais experiência, incluindo faces (Diamond & Carey, 1986; Gauthier et al., 1998). Dessa perspectiva, o processamento de configuração altamente eficaz usado para expertise de faces SR e o processamento fragmentado menos eficaz usado para faces OR se traduz em reconhecimento diferencial de faces SR e OR (Young et. al., 2012).

Para investigar essas diferenças no processamento de configuração, a inversão de faces é o paradigma mais comum de usar. Na medida em que as faces SR são processadas mais configuracionalmente do que as faces OR, o processamento da face SR deve ser mais impactado ao apresentar o rosto de cabeça para baixo (porque a inversão interrompe a configuração típica de faces; Wilson et.al., 2013). Uma série de estudos usando este paradigma de inversão mostraram que faces SR são processadas mais configuracionalmente do que faces OR (Michel et al., 2006; Rhodes et al., 1989; Sangrigoli & de Schonen, 2004). Além disso, Hancock e Rhodes (2008) descobriram que níveis mais altos de contato autorreferido com membros raciais de fora do grupo estavam associados a uma redução no CRE e a um aumento na codificação configuracional de faces OR. Wilson e colaboradores (2013) ressaltam que a diferença entre raças na codificação de configuração foi um preditor significativo do CRE na memória de reconhecimento.

Outros teóricos, entretanto, argumentam que o reconhecimento diferencial da mesma raça versus outra raça não se deve em relação a como os rostos são processados, mas sim a como os rostos são representados na memória (Wilson et al., 2013). Esses modelos representacionais argumentam que, por ter um número extenso de faces SR representadas na memória, isso distorce a memória de tal forma que as faces SR são mais facilmente discriminadas umas das outras (Valentine, 1991; Valentine & Endo, 1992). Ainda é argumentado que os rostos são representados em um espaço facial multidimensional, com cada dimensão de recurso (por exemplo, a distância entre os olhos) sendo uma dimensão na qual cada rosto é codificado (Wilson et al., 2013).

Ao codificar faces em uma variedade dessas dimensões, pode-se representar todas as faces possíveis em tal espaço multidimensional (e.g., distância entre os olhos e largura do nariz). Neste exemplo, faces com níveis médios de largura do nariz e distância média entre os olhos seriam representadas no centro deste espaço bidimensional, enquanto faces com uma grande distância entre os olhos e um nariz extremamente estreito seriam representadas na periferia deste espaço (Wilson et al., 2013).

Embora existam diferentes relatos de espaço facial do CRE, um desses relatos argumenta que os rostos são codificados em relação a uma norma que foi abstraída de experiências anteriores com rostos. A norma está na origem do espaço multidimensional (ou seja, a interseção das dimensões produziria a face mais "média" em todas as dimensões). Notavelmente, as faces SR irão naturalmente se agrupar mais perto da norma (porque a maior experiência com faces SR define a norma para ser muito mais parecida com SR do que faces OR). Além disso, como os observadores têm mais experiência com faces SR, essas faces são representadas por uma distribuição mais difusa de pontos no espaço facial. As faces OR, por outro lado, estão agrupadas próximas, em direção à periferia externa do espaço facial (já que estão mais longe do normal). É importante ressaltar que, como as faces OR estão agrupadas próximas umas das outras, qualquer estímulo OR particular ativará vários exemplares próximos. Como resultado disso, os observadores estarão mais propensos a responder que um novo

rosto OR nunca visto é familiar do que é o caso para novos rostos SR. Embora esses relatos representacionais sejam distintos dos relatos de processamento, ambos contam com a ideia de que os observadores têm mais experiência com faces SR do que faces OR (Wilson et al., 2013).

Os resultados da pesquisa levaram a alguns a hipotetizar que as pessoas que têm um maior grau de contato inter-racial teriam menos probabilidade de mostrar uma CRE no reconhecimento facial (Brigham & Malpass, 1985). No entanto, os estudos forneceram apenas suporte empírico misto para a hipótese. Alguns estudos descobriram que pessoas que relatam níveis maiores de contato com outras raças são menos propensas a mostrar um CRE no reconhecimento facial (Brigham et al., 1982; Carroo, 1986, 1987; Cross et al, 1971; Lavrakas et al., 1976), embora outros estudos não tenham encontrado nenhuma relação aparente (Brigham & Barkowitz, 1978; Malpass & Kravitz, 1969; Ng & Lindsay, 1994; Swope, 1994).

Ainda, outros encontraram resultados mistos no mesmo estudo (Chiroro & Valentine, 1996; Platz & Hosch, 1988). Assim, parece que ou os fundamentos teóricos para prever uma relação entre contato ou experiência e precisão de reconhecimento de face não estão adequadamente especificados, ou que os métodos para avaliar empiricamente não são adequados (Brigham & Malpass, 1985; Shepherd, 1981).

No entanto, um fator que pode ajudar a explicar a relação inconsistente de contato e memória facial é a qualidade do contato inter-racial (Sporer, 2001b). Algumas pesquisas apoiam a posição de que somente quando o contato social exigir uma codificação relativamente atenta e trabalhosa de faces OR, em vez de somente o contato regular com indivíduos OR, que é provável que se traduza em perícia perceptual (Walker & Hewstone, 2006). Por exemplo, treinar participantes para categorizar faces OR em um nível individuado (por exemplo, aquela face é Bob) resulta na eliminação do CRE, enquanto os participantes do treinamento para categorizar com base na raça (por exemplo, aquela face é negra) deixa o preconceito intacto, apesar de ambas as condições de treinamento fornecerem exposição igual às faces OR (Tanaka & Pierce, 2009).

Em relação ao treinamento de indivíduos para memorizar ou discriminar faces OR, este pode reduzir temporariamente o déficit de memória OR e esta melhora no reconhecimento acontece com uma velocidade surpreendente (Young et.al., 2012). Por exemplo, alguns experimentos descobriram que apenas 1-3 horas de treinamento podem atenuar o déficit de reconhecimento de OR (Elliott et al., 1973; Goldstein, & Chance, 1985; Lavarkas et al., 1976). No entanto, os efeitos do treinamento também parecem se dissipar rapidamente (Meissner & Brigham, 2001). Por exemplo, Lavarkas et al. (1976) descobriram que após uma semana de uma sessão de treinamento de uma hora, a precisão do reconhecimento desses participantes era equivalente a um grupo de comparação de controles não treinados. Assim, pode-se concluir que a facilidade com que o treinamento pode traduzir um forte reconhecimento, não quer dizer que há especialização.

Embora as várias manifestações da hipótese da perícia possam diferir bastante dramaticamente no mecanismo psicológico proposto pelo qual o CRE ocorre, todos concordam com a mesma previsão central - mais experiência com faces CR deve melhorar a memória CR (Wilson et al., 2013). Na sua meta-análise, Meissner e Brigham (2001) descobriram que a experiência anterior com faces de CR representa apenas uma pequena porção da variação na memória facial. Embora a experiência diferencial obtida por meio do contato anterior com faces SR versus OR possa ser um mecanismo de explicação para o CRE, uma perspectiva que se baseia apenas na experiência perceptiva é incompleta. Resumindo, a simples exposição a faces OR não é uma panaceia para erros de identificação de testemunhas oculares (Wilson et al., 2013).

2.3.2. 2º Causa: Teoria sociocognitiva ou Categorização social

Esta sugere que as pessoas usam pistas categóricas para designar se um indivíduo é considerado um membro do grupo ou de fora (Hugenberg et al., 2010). Quando rostos da própria raça (ou seja, dentro do grupo) são observados, a atenção é dada às características que os tornam únicos para os outros membros da própria raça. Por outro lado, quando rostos de outra raça (ou seja, fora do

grupo) são observados, a atenção é dada às características partilhadas do grupo (Hugenberg, Wilson, et al, 2013; Levin 2000). Ou ainda, as próprias categorias podem sinalizar que membros de grupos externos parecem desnecessários para processar (Wilson et al., 2013).

Esta tendência de categorização de pensamento em relação aos outros é automática, difusa, eficiente, espontânea na maioria dos contextos (Macrae & Bodenhausen, 2000) e a sua ativação é quase inevitável ao observar rostos (Wilson et al. 2013).

Esta categorização traz um efeito de fazer com que rostos pertencentes à mesma categoria pareçam se misturar (Wilson et al., 2013). Quando a ativação da categoria é forte, o reconhecimento é mais fraco (Susa et al., 2010; Young et al., 2009). Assim, as pessoas são vistas como membros da categoria e não como indivíduos. Assim, em situações em que a raça é saliente, os alvos (e.g., suspeitos) podem ser codificados de acordo com a raça e, portanto, mal reconhecidos (Wilson et al., 2013).

No entanto, há a possibilidade de mover as categorias anteriores para buscar informações individualizantes, mas para isso, é preciso algum esforço para atender o que distingue um indivíduo de outros como ele, ou seja, os indivíduos têm que ser motivados para tal (Brewer, 1988; Fiske & Neuberg, 1990).

Pauker e colaboradores (2009) descobriram que a memória para rostos birraciais brancos-negros foi moderada pelo rótulo racial anexado ao rosto. Os participantes reconheceram os rostos SR com mais precisão do que os rostos OR e birraciais, mas quando os rostos birraciais foram rotulados como Pretos ou Brancos, eles obtiveram reconhecimento consistente com seus rótulos. Além disso, simplesmente encorajar os participantes a incluir indivíduos birraciais em sua definição do grupo interno levou a uma melhor memória para rostos birraciais. De maneiras importantes, a percepção de pertencimento a uma categoria social impulsiona as percepções e o processamento de rostos. Em muitos casos, esse processamento diferencial resulta em pior reconhecimento para membros de grupos externos raciais e étnicos.

Outros exemplos de que categorizar um rosto como pertencente a uma raça específica levará a um pensamento categórico baseado em raça, fazendo com que as pessoas se lembrem desse rosto mais como um membro típico dessa raça, são os estudos de Corneille e colaboradores (2004) que ao utilizarem faces transformadas ao longo de contínuos de Branco para Norte Africano e Branco para Asiático, eles descobriram que a memória de rostos vistos anteriormente era distorcida em direção ao protótipo étnico. Os participantes que viram um rosto que era 70% norte-africano / 30% branco tinham maior probabilidade de, no momento do reconhecimento, identificar 80% ou 90% do rosto norte-africano como o rosto alvo. Essas distorções não ocorreram para faces altamente ambíguas (50/50).

Adicionalmente, os estudos de MacLin e Malpass (2003), ao apresentaram aos participantes hispânicos imagens de rostos etnicamente ambíguos (hispânicos / negros). Os pesquisadores manipularam os estilos de cabelo e rosto típicos de hispânicos e negros, induzindo os participantes a categorizarem os rostos. Assim, descobriram que rostos categorizados como negros devido ao penteado foram considerados até mesmo como tendo um tom de pele mais escuro do que rostos com penteados hispânicos.

Hugenberg e colaboradores (2007) descobriram que o CRE comumente observado poderia ser eliminado simplesmente avisando os participantes sobre o CRE e instruindo-os a atender o que diferencia as faces dos membros do grupo externo racial. Por exemplo, Van Bavel et al. (2011) designaram participantes como membros de uma das duas equipes, os Leopardos ou os Tigres. Acreditando que era necessário conhecer os rostos dos companheiros, os participantes mostraram uma vantagem de reconhecimento dentro do grupo. Criticamente, cada grupo continha faces negras e brancas, e o reconhecimento não era moderado pela raça alvo.

Esses pesquisadores também descobriram uma ativação elevada da área fusiforme do rosto (uma região central do cérebro para o processamento facial) para membros do grupo (Van Bavel et al., 2011). Resultados como esses sugerem que mesmo os alvos OR podem ser individualizados se

fizerem parte de um grupo interno superior (Hehman et al., 2010). Em suma, ver um indivíduo como um membro do grupo (mesmo quando esse indivíduo é de uma raça diferente) pode melhorar substancialmente o reconhecimento, ao passo que ver esse indivíduo como um membro do grupo externo pode reduzir substancialmente o reconhecimento (Wilson et.al., 2013).

Para terminar, a meta-análise de Meissner e Brigham (2001) teve como um dos propósitos determinar se a maneira como um indivíduo se sente a respeito de pessoas de OR afeta sua capacidade de identificar faces de OR. Embora esses achados tenham mudado ao longo do tempo (ou seja, mais influência no CRE na literatura mais antiga), os sentimentos negativos em relação aos indivíduos OR foram determinados para não afetar o CRE. Estes sugeriram que a experiência com faces OR pode não estar causando as diferenças na identificação como a teoria da perícia perceptual de CRE implicaria. Para apoiar ainda mais isso, Meissner e Brigham (2001) determinaram a quantidade de variabilidade no CRE determinada pelo contato (experiência) com faces OR. Eles demonstraram que apenas 2% de toda a variabilidade do CRE é explicada pela experiência com pessoas do centro cirúrgico. Tais resultados não suportam a teoria da perícia perceptual do CRE, significando que o CRE se deve a uma diferença na capacidade de processar faces de uma raça diferente sendo mais bem explicada pela teoria sócio cognitiva.

Esses conhecimentos têm implicações importantes em como pensamos sobre a memória de testemunhas oculares. Isso não apenas sugere que mostraremos um reconhecimento deficiente para faces OR, mas também demonstra que as faces serão mal reconhecidas se os observadores as virem como não pertencentes a grupos internos (Wilson et al., 2013).

2.3.3. Integração das Teorias

Como visto acima, tanto a perícia perceptual quanto os modelos sociocognitivos do CRE tiveram sucesso em explicar algumas variações no CRE, mas ambas teorias apresentam alguma

dificuldade em explicar fenômenos-chave em vieses de memória facial. Assim, nenhuma das teorias por si só é suficiente para explicar as causas do CRE (Young et al., 2012). Numa tentativa de explicar o CRE, partindo dos pontos fortes da pesquisa perceptual e social, vários teóricos propuseram relatos integrativos, como por exemplo, um modelo de processo duplo (Meissner, Brigham, & Butz, 2005), o modelo de grupo interno / externo (IOM; Sporer, 2001b) e o modelo de categorização-individuação (CIM; Hugenberg et al., 2010). Estes modelos tentam explicar não só os vieses de reconhecimento com base na raça como processos e previsões tanto da perícia quanto dos modelos sociocognitivos e postulam que o CRE é uma combinação de processos perceptivos e motivacionais (Young et al., 2012).

De todos os modelos citados, o CIM é o mais avançado e também o mais integrador. Este modelo faz a ligação mais clara aos modelos de especialização dos vários relatos híbridos ao prever explicitamente quando as diferenças individuais no contato inter-racial e nos fatores motivacionais irão prever a precisão do reconhecimento (Young & Hugenberg, 2012). Além disso, ao argumentar explicitamente que a motivação pode modular a profundidade de processamento dos observadores e a busca por características nos rostos, permite que o CIM preveja que vieses de reconhecimento podem ocorrer fora da raça (ou diferenças de experiência; Adams et al., 2010; Wilson & Hugenberg, 2010).

Um ponto a ressaltar é a importância de pesquisar a integração de fatores psicológicos sociais no estudo do processamento facial (Young et al., 2012). De fato, fatores sociais cognitivos, como raça, sexo, idade e, mais geralmente, status de grupo interno / externo, influenciam os estágios iniciais da codificação perceptual da face (Freeman et al., 2010; Ito & Urland, 2003), os estilos de processamento implantados (Hugenberg & Corneille, 2009; Michel et al., 2006; Young & Hugenberg, 2010) e a capacidade de reconhecer a identidade posteriormente (por exemplo, Bernstein et al., 2007).

Os efeitos desses fatores e processos sociais cognitivos apresentam um forte desafio para as teorias de perícia perceptual do CRE, por exemplo, as influências das distinções do grupo interno e

externo (por exemplo, Bernstein et al., 2007), que são iguais em magnitude ao CRE, são contabilizadas pela categorização dos próprios participantes das faces alvo (Shriver et al., 2008), e podem substituir o CRE quando suficientemente salientes (Hehman et al., 2010). Outras descobertas baseadas em conhecimentos especializados estão sujeitas a reinterpretações semelhantes. Por exemplo, o treinamento projetado para melhorar a capacidade de processamento de OR provavelmente não apenas melhoram a experiência perceptual, mas também podem sinalizar que as faces de OR são relevantes para a tarefa em mãos e exigem atenção e codificação, eliminando assim o CRE por meios motivacionais (Hugenberg et al., 2007; Rhodes, Locke, et al., 2009), agindo com ou talvez em vez de uma capacidade de processamento perceptual aprimorada.

Apesar dos modelos cognitivos sociais tentarem prever e explicar os vieses de grupo interno / externo no reconhecimento facial e a capacidade dos motivos do observador de criar e eliminar tais vieses, são incapazes de explicar toda a gama de processamento facial e vieses de reconhecimento observados na literatura (Young et al., 2012). Por exemplo, embora o efeito do contato inter-racial no processamento facial seja pequeno (Meissner & Brigham, 2001), ele é, no entanto, preditivo da magnitude das vantagens da SR tanto na codificação holística quanto no reconhecimento (Hancock & Rhodes, 2008; Rhodes, Locke, et al., 2009), enquanto a motivação para individualizar alvos OR é limitada em circunstâncias específicas pela experiência dos observadores em processar faces OR (Young & Hugenberg, 2012).

Essas teorias híbridas são, elas mesmas, diversas, baseadas em modelos de memória de processo duplo (Marcon et al., 2009; Meissner, Brigham, & Butz, 2005), propondo a confiança motivacional da codificação configural e precisão da memória (por exemplo, Sporer, 2001a) e ressaltando como a atenção seletiva às informações faciais de especificação ou individuação da categoria é afetada pela categorização social, motivação e diferenças individuais na perícia perceptiva (Hugenberg et al., 2010).

É importante ressaltar que ainda há um número considerável de questões de pesquisa prementes a serem testadas em relação a questão de como o reconhecimento de rosto é multiplamente determinado e sensível a variáveis situacionais e diferenças individuais de especialização (Hancock & Rhodes, 2008; Hugenberg et al., 2010). Em última análise, a pesquisa motivada em igual medida pelo pensamento cognitivo perceptivo e social apresenta a oportunidade de elucidar os fatores complexos e coativos que podem explicar, prever e, em última análise, eliminar o CRE (Young et al., 2012).

2.4. CRE e Variáveis: do sistema e estimadoras

Como já visto, a identificação de suspeitos por testemunhas oculares é uma forma básica de evidência usada pelo sistema de justiça. No entanto, nas últimas décadas, foram levantadas algumas preocupações acerca da confiabilidade das evidências de identificação das testemunhas. Estas preocupações começaram em 1970 quando as pesquisas experimentais programáticas baseadas em laboratório com o foco na identificação de testemunhas oculares demonstrou que certas variáveis (variáveis do sistema - *system variables*) sob controle do sistema de justiça podem aumentar dramaticamente a probabilidade de uma identificação incorreta, por exemplo, uma instrução dada a testemunhas antes de ver uma *lineup*. Um outro fator que aumentou estas preocupações foi a aplicação de testes forenses de DNA. Com o uso deste instrumento, mais de 70% de casos que envolveram identificação equivocada de testemunhas foram exonerados. No entanto, este número de exonerações por DNA é apenas uma pequena fração das condenações, ao contrário da percepção do público baseada em programas de televisão, poucos são os criminosos que deixam evidências ricas em DNA no local do crime. Assim, a identificação de testemunhas oculares continua sendo altamente confiável, porque DNA e outras formas de evidências permanecem extremamente raras de se encontrar. Por isso,

melhorar a confiabilidade das evidências de identificação das testemunhas continua sendo uma prioridade importante na prevenção de erros judiciais (Wells et al., 2020).

Assim, ao referir a ciência de identificação de testemunha, duas variáveis têm sido tradicionalmente estudadas – variáveis do sistema (*system variables*) e variáveis estimadoras (*estimator variables*). Originalmente, as variáveis do sistema referiam-se a variáveis que influenciam a precisão das identificações das testemunhas sobre as quais o sistema judicial tem controle (Wells, 1978). Atualmente, a definição destas variáveis foi ampliada para incluir fatores sob o controle do sistema de justiça que se relacionam (em oposição a influenciar) a precisão das identificações de testemunhas oculares. Por exemplo, a confiança da testemunha ocular por si só não influencia a precisão da identificação, mas está relacionada à mesma, sendo facilmente contaminada por eventos que estão sob o controle do sistema de justiça criminal (como *feedback* do administrador de *lineup*, as instruções dadas a testemunhas; Wells et al., 2020). Por outro lado, as variáveis estimadoras são aquelas que não estão sob o controle do sistema de justiça criminal. Isso pode incluir a raça da testemunha em relação à raça do perpetrador, se havia uma arma envolvida no crime e a que distância da cena do crime a testemunha estava ao testemunhar o crime (Sjöberg, 2016).

A questão de como o sistema judicial pode lidar com o efeito de identificação de outra raça é difícil. O CRE é fundamentalmente diferente de certas outras variáveis na identificação de testemunhas oculares, porque a raça é uma variável estimadora, não uma variável do sistema (Wells, 1978). O sistema de justiça pode controlar como seleciona os substitutos para uma *lineup*, mas não pode controlar se a testemunha e o agressor são da mesma raça. No entanto, mesmo que o CRE seja uma variável estimadora, não significa automaticamente que o sistema judicial não pode fazer nada sobre o problema de identificação de outra raça (Wells & Olsen, 2001). Como refere Wells e Olsen (2001), teoricamente, pode haver variáveis moderadoras que o sistema de justiça controla (por exemplo, instrução pré-*lineup*) que reduziria ou eliminaria o CRE.

Assim, esta tese foca-se nas possíveis respostas das variáveis do sistema ao CRE que podem reduzir o risco de identificação equivocada nos casos inter-raciais, embora não moderem, em si, o próprio efeito da outra raça.

2.5. Variáveis do Sistema que influenciam o CRE

2.5.1. Apresentação da *lineup*

Uma estratégia que tem sido amplamente sugerida e subsequentemente adotada em muitos departamentos de polícia (Jonsson, 2007), é o uso de *lineups* sequenciais de testemunhas oculares. Neste caso, os investigadores apresentam os suspeitos à testemunha um de cada vez; já a *lineup* simultânea, os suspeitos são apresentados a testemunhas como um grupo (Wilson et al., 2013).

A evidência inicial da superioridade da *lineup* sequencial foi apresentada por Lindsay e Wells (1985) em um estudo no qual os participantes testemunharam um crime simulado e, subsequentemente, foram solicitados a escolher o perpetrador de uma *lineup*. Para alguns participantes, o agressor estava presente na *lineup* e, para outros, o agressor estava ausente. Aqueles que viram os suspeitos de maneira sequencial mostraram uma tendência substancialmente menor de selecionar suspeitos inocentes em *lineup* com ausência de perpetrador do que aqueles que viram a *lineup* clássica, com apenas uma tendência ligeiramente elevada de falhar em escolher o perpetrador quando ele estava presente (Wilson et al., 2013).

Apesar de algumas evidências da eficácia das *lineups* sequenciais, as investigações mais recentes colocaram a superioridade da mesma em questão. Por exemplo, Meissner, Tredoux, et al. (2005) argumentaram que *lineups* sequenciais têm o efeito de tornar os observadores mais seletivos na escolha de alvos. Assim, eles são mais propensos a evitar com sucesso escolher um alvo em *lineups* ausentes, mas são mais propensos a errar quando o alvo está presente - criando uma mudança no

critério, mas não na sensibilidade em termos de detecção de sinal. Em outras palavras, o viés de resposta dos observadores muda em direção a uma tendência de indicar que o alvo não está presente (Wilson et al., 2013).

Outro estudo descobriu que a vantagem da *lineup* sequencial ocorre apenas em circunstâncias limitadas (Wilson et al., 2013). Carlson et al. (2008) descobriram que os *lineups* sequenciais são superiores quando o *lineup* foi construído de forma tendenciosa, de forma que o alvo é altamente distinto em relação aos *fillers* (suspeitos inocentes que preenchem a *lineup*). Além disso, as identificações em *lineups* sequenciais são mais diagnósticas à medida que o suspeito é colocado mais tarde na *lineup* (Wilson et al., 2013).

Uma crítica adicional que foi levantada em relação às *lineups* sequenciais é que o procedimento defendido por Lindsay e Wells (1985) envolve múltiplas confusões. Embora eles argumentam que as *lineups* sequenciais per se são mais eficazes do que as *lineups* simultâneas, seu procedimento envolve outras mudanças também. Em outras palavras, é possível que as vantagens relatadas por Lindsay e Wells se devam a um “pacote” de mudanças, ao invés de meramente manipular a natureza sequencial versus simultânea das *lineups* (Malpass, Tredoux, et al., 2009). Por exemplo, eles sugerem uma série de outros procedimentos na administração sequencial das *lineups*: (a) as testemunhas devem decidir sim / não após cada face; (b) as testemunhas não são informadas de quantos rostos aparecerão na *lineup*; (c) o suspeito nunca é apresentado primeiro; e (d) as testemunhas só podem ver cada rosto uma vez. Recentemente, Malpass et al. (2009) avaliaram a literatura e concluíram que o corpo do trabalho não justifica uma mudança obrigatória para *lineups* sequenciais. Embora a formação sequencial ofereça alguma promessa de um melhor procedimento de identificação de testemunhas oculares, a questão de como conduzir as *lineups* da melhor forma permanece em aberto (Wilson et al., 2013).

Por causa das evidências contraditórias em relação às *lineups* sequenciais e tradicionais, seria imprudente ficar a favor de qualquer um dos métodos. No entanto, parece haver compensações reais

envolvidas nessa decisão (Wilson et al., 2013). A maioria das pesquisas conclui que as *lineups* sequenciais levam os observadores a mudar seus critérios de identificação de alvos (por exemplo, Meissner, Tredoux, et al., 2005). Essa mudança de critério em direção ao aumento da seletividade é certamente boa para os suspeitos, mas necessariamente acarreta uma probabilidade menor de identificar com sucesso os verdadeiros perpetradores (Wilson et al., 2013).

Como tal, segundo Wilson e colaboradores (2013), a questão de qual tipo de *lineup* usar pode ser considerada um julgamento de valor. Se for mais importante evitar a condenação de inocentes (ou seja, inocentes até que se prove a culpa), então as sequenciais podem ser superiores, pois os alarmes falsos tendem a ser reduzidos. No entanto, se o objetivo prevalecente é condenar o maior número possível de criminosos (ao custo potencial de mais cidadãos inocentes presos), as formações tradicionais devem render taxas de acerto mais altas.

2.5.2. Construção da *lineup* enviesada

2.5.2.1. Suspeito e *Fillers*

O problema mais amplamente conhecido que pode afetar a *lineup* e também um dos mais antigos no estudo científico da identificação de testemunhas oculares, é a *lineup* tendenciosa. Isto ocorre quando é construída de uma forma que torna óbvio qual o membro é o suspeito (Wells et.al., 2020).

O primeiro experimento sobre a identificação de testemunhas manipulou tanto a presença versus ausência do culpado quanto os *fillers* para serem semelhantes ou diferentes do suspeito. Na condição culpado-ausente, o uso de *fillers* de alta similaridade reduziu fortemente as identificações erradas do suspeito inocente em comparação com o uso de *fillers* de baixa similaridade. Na condição culpado-presente, o uso desses mesmos *fillers* de alta similaridade teve apenas um impacto mínimo

nas identificações precisas do culpado em relação aos de baixa similaridade (Lindsay & Wells, 1980). Estes resultados (*fillers* de baixa similaridade aumenta chances de identificação equivocada) foram repetidamente replicados (Fitzgerald et al., 2013).

Embora haja concordância sobre os *fillers* de baixa similaridade aumentarem o risco de identificação equivocada, não há concordância sobre a melhor estratégia para escolher os *fillers* para uma *lineup* (Wells et al., 2020). As duas principais são a estratégia de correspondência com a descrição, que tal como o nome sugere, usa a descrição verbal do culpado que a testemunha forneceu e a estratégia semelhança-suspeito, esta envolve selecionar *fillers* que fisicamente se assemelham ao suspeito (Luus & Wells, 1991).

Esta última estratégia pode ser problemática porque não tem nenhum critério para determinar a semelhança que os *fillers* devem ser do suspeito (Wells, et al., 2020). O que pode levar, por vezes, uma *lineup* com *fillers* muito semelhantes gerando um outro problema de *lineup* tendenciosa (Luss & Wells, 1991), pois ao ter uma similaridade extremamente alta cria uma linha de quase clones, tornando a identificação do culpado, quando este está presente na *lineup*, muito mais difícil (Wells et al., 2020). No entanto, isto não ocorre com a primeira estratégia, correspondência com a descrição, pois tem um ponto de parada natural (isto é a descrição). Assim, não gera níveis altos de similaridade e não interfere na obtenção de identificações precisas do culpado (Luus & Wells, 1991).

No entanto há dados mistos em relação as duas estratégias. Por um lado, num experimento comparando as duas, mostrou que são igualmente eficazes na redução de identificações de suspeitos inocentes; no entanto, a estratégia de semelhança-suspeito produziu uma redução nas identificações precisas do culpado, enquanto a estratégia de correspondência com a descrição não (Wells, Rydell, et al., 1993). Ainda, outro estudo de grande escala mostrou evidências claras em favor dos *fillers* com descrição correspondente (Carlson et al., 2019). Por outro lado, há estudos que não mostraram efeito prejudicial na identificação pela estratégia semelhança-suspeito e nenhuma evidencia de que fez o

suspeito inocente se destacar (Tunnicliff & Clark, 2000), ou nenhuma vantagem de uma forma ou de outra para combinar com descrição versus estratégias de semelhança-suspeito (Darling et al., 2008).

Com isso, ficou claro que *lineup* com alta similaridade dos *fillers* apresenta um problema para a precisão na identificação do culpado e *lineup* com baixa similaridade também apresenta problema, pois se tiver quatro *fillers* com características diferentes do culpado e um com uma característica do culpado, é mais provável que este último seja identificado. Assim, uma possibilidade para contornar este dilema seria construir uma *lineup* com similaridade moderada.

Para corroborar esta ideia, a meta-análise sobre similaridade dos *fillers* de Fitzgerald e colaboradores (2013), demonstrou que *lineups* classificadas como de alta similaridade produziram uma redução nas identificações de culpados em relação a *lineups* de baixa similaridade, mas não em relação a *lineups* de similaridade moderada (Fitzgerald et al., 2013). No entanto, há um impasse, pois, estes níveis de similaridade (baixa, média e alta) são relativos, uma vez que não se pode definir em termos absolutos os critérios claros para cada nível (Wells et al., 2020).

Um outro ponto a referir é o banco de dados de rostos. Em um estudo (Bergold & Heaton, 2018) os *fillers* foram selecionados por meio de dois bancos de dados, um extremamente grande (produzindo uma similaridade alta) e outro de um tamanho mais modesto (similaridade média). Em comparação com o banco de dados de tamanho mais modesto, o grande banco de dados de faces resultou em uma redução nas identificações precisas do culpado, produzindo muita semelhança entre os *fillers* e o suspeito.

No geral, a estratégia de semelhança-suspeito pode produzir muita semelhança entre culpado e *fillers* o que interfere na identificação, especialmente quando os *fillers* são selecionados em grandes bancos de dados.

- Uma abordagem combinada para escolher *fillers*

A ciência ainda não foi capaz de especificar qual deveria ser o nível ideal de similaridade de encontros com o suspeito e, portanto, neste momento, não há uma estratégia única para seleção de *fillers*. No entanto, existem princípios de seleção de *fillers*, geralmente aceitos, que tendem a envolver uma combinação de estratégias de correspondência com a descrição e semelhança-suspeito (Wells et al., 2020).

Embora os membros da *lineup* possam ser muito semelhantes, a falha em corresponder à descrição da testemunha pode introduzir um viés. Por exemplo, a descrição da testemunha foi “um homem forte nos seus 20 anos de cabeça raspada e de olhos verdes”. Agora, é-lhe apresentada uma *lineup* que apresenta apenas um membro de olhos verdes, mesmo que todos sejam semelhantes de aparência, este indivíduo de olhos verdes se tornará distinto, pois seu rosto corresponderá à memória do perpetrador mais do que os *fillers* (Wells et al., 2020).

Uma exceção a este princípio geral de correspondência com a descrição deve ser feita quando o suspeito não se encaixa na descrição da testemunha. Se houver uma discrepância em alguma característica física entre a descrição da testemunha ocular do culpado e a aparência do suspeito, os *fillers* devem corresponder à aparência do suspeito (em vez da descrição da testemunha do culpado) nessa característica. Por exemplo, na descrição do culpado foi mencionado bigode, mas o suspeito não tem, então os *fillers* também não devem ter bigode. Outra situação em que a correspondência com a descrição é inadequada é quando a descrição é vaga, geral ou esparsa. Portanto, este método só deve ser usado quando a descrição estiver completa (Wells et al., 2020).

Em alguns casos, o suspeito tem uma característica única (p.e. cicatriz), tornando difícil encontrar *filler* que corresponda a essa característica. Para contornar esta situação há duas possibilidades. A primeira é duplicar esta característica nos *fillers* (podendo ser feito eletronicamente no caso de *lineup* com fotos) e a segunda é cobrir a característica do suspeito e cobrir em cada *fillers*

no mesmo lugar em seus corpos (Wells et al., 2020). Estas alterações devem ser feitas de um modo que não destaque o suspeito (Wells et al., 2020). Ambas as soluções parecem ser igualmente eficazes (Colloff et al., 2016).

Outra complicação na seleção de *fillers* abordada por Wells e colaboradores (2020) é quando uma pessoa se torna suspeito com base na semelhança de um composto facial (esboço forense ou rosto gerado por computador) ou uma imagem de vigilância. Aqui, se a pessoa se tornou suspeito por essa forma, os *fillers* devem ser escolhidos com base na imagem composta ou de vigilância ao invés de serem escolhido com base na descrição verbal dada pela testemunha ocular (Wixted & Wells, 2017).

- Teste de “testemunha simulada”

Há um amplo consenso de que a *lineup* criada deve ser capaz de passar no teste de “testemunha simulada”. Um teste de testemunha simulado é aquele em que um grande número de pessoas recebe individualmente a descrição que a testemunha fez do culpado, depois é mostrada a *lineup* e é perguntado qual pessoa eles acham que é o suspeito. Um bom resultado, por exemplo numa *lineup* com seis pessoas, seria se o suspeito fosse escolhido 1/6 das vezes (Wells et al., 2020).

Wells e colaboradores (2020) não sugerem que a polícia deva ser obrigada a realizar este teste em cada *lineup* criada. No entanto, recomenda quando um administrador não cego está construindo uma *lineup* que peça a pelo menos duas outras pessoas cegas para revisar a descrição da testemunha e avaliar a *lineup* para saber se passaria em um teste de testemunha simulada.

No entanto, estes testes têm limitações. Um desses limites é a insensibilidade ao fato de o nível de similaridade entre os *fillers* e o suspeito ser muito alto, tão alto que provavelmente prejudicaria as taxas de identificações precisas se o suspeito fosse o verdadeiro culpado. Por exemplo, uma *lineup* de clones produziria um bom resultado em um teste de testemunha simulada (um sexto

das escolhas é do suspeito), mesmo que não fosse uma boa *lineup* já que a maioria das testemunhas não seria capaz de distinguir entre o culpado e os *fillers* (Wells et al., 2020). Além disso, como os testes de testemunha simulada usam a descrição do culpado fornecida pela testemunha ocular, pode parecer perfeitamente justo se a descrição for esparsa, enquanto a mesma *lineup* pode parecer bastante injusta se a descrição for detalhada (Mansour et al., 2017).

- Antecedentes, roupas e outros fatores contextuais

Para além das características físicas, outros fatores, por exemplo nos casos de *lineup* de fotos, como o fundo, o tamanho ou brilho das imagens e a fonte (p.e. carteira de trabalho, carta de condução) da foto podem fazer a foto do suspeito se destacar das outras. Para estes casos, exigirá uma edição eletrônica cuidadosa ou talvez recorrer à mesma fonte para localizar os *fillers* apropriados (Wells et al., 2020).

Ainda sobre a *lineup* de fotos, deve-se tomar cuidado na escolha não só da foto do suspeito como dos *fillers*. Assim, sempre que possível, as fotos devem ser nítidas e parecerem, tanto quanto possível, com a aparência do suspeito no momento do crime. Se o crime foi recente, por exemplo, fotos mais antigas do suspeito não devem ser usadas se houver uma foto mais recente disponível (Wells et al., 2020).

Aqui o ponto é referir que o suspeito não pode se destacar em relação aos *fillers* em nenhum aspecto seja do fundo da foto ou roupas. Os artigos de vestuário podem ser uma preocupação especial principalmente se houver razões para acreditar que a roupa usada pelo suspeito é semelhante àquela usada pelo culpado. Para contornar este problema, ou todo *filler* precisa ser vestido da mesma maneira, ou o suspeito precisa ter suas roupas alteradas para se misturar com os *fillers*, ou as roupas de cada membro da *lineup* devem ser ocultadas da vista da testemunha (Wells et al., 2020).

2.5.2.2. Preconceitos de raça

As *lineups* podem ser construídas baseadas em preconceitos de raça. Assim, as *lineups* feitas por meio das linhas raciais (isto é, pessoa branca construindo *lineup* de rostos negros ou vice-versa) são menos justas do que as *lineups* da mesma raça. Por exemplo, no estudo de Brigham e Ready (1985), foi pedido para que os participantes brancos e negros construíssem *lineups* usando suspeitos negros e brancos. Notavelmente, os construtores da *lineup* que eram brancos foram menos seletivos sobre quem foi incluído em uma linha de faces negras, enquanto os construtores da *lineup* que eram negros foram menos seletivos sobre quem foi incluído em uma linha de faces brancas; os participantes que faziam a *lineup* tendiam a selecionar *fillers* CR (outra raça) fáceis de rejeitar. Esse viés foi forte o suficiente para levar vários teóricos (por exemplo, Sporer, 2001a; Wells & Olson, 2001) a recomendar que a pessoa responsável pela construção da *lineup* seja da mesma raça que o suspeito da investigação (Wilson et al., 2013).

2.5.3. Procedimentos de identificação repetidos com a mesma testemunha e suspeito

Wells e colaboradores (2020) enfatizam a importância de focar na primeira identificação da testemunha, não importando o quão convincente possa parecer o argumento a favor de uma segunda identificação, por exemplo, a foto original do suspeito não era tão boa quanto poderia ter sido ou a testemunha estava nervosa durante a primeira identificação e está mais calma agora, porque qualquer identificação subsequente com a mesma testemunha ocular e o mesmo suspeito é contaminado pela experiência da testemunha na identificação inicial.

Com isso, estes autores definem como identificações repetidas, situações em que uma testemunha ocular é submetida a um teste de identificação subsequente (ou mais) com o mesmo suspeito que apareceu em um teste de identificação anterior. No entanto, situações em que a testemunha passa por uma identificação com um suspeito e, depois de o rejeitar, é submetida a uma outra identificação com suspeito e *fillers* diferentes ou uma situação em que há vários culpados e a

testemunha realiza identificações separadas para cada culpado, não são caracterizadas como identificações repetidas (Wells et al., 2020).

Em um nível teórico, existem pelo menos três processos pelos quais uma identificação inicial que inclui um determinado suspeito pode contaminar uma identificação posterior, se incluir esse mesmo suspeito (Deffenbacher et al., 2006; Steblay & Dysart, 2016). Um desses processos é o erro da fonte de memória (ou “erro de monitoramento da fonte”; Johnson et al., 1993). Aqui, o simples fato da testemunha ser exposta a um suspeito inocente numa *lineup* aumenta as chances desse suspeito ser identificado numa *lineup* posterior, mesmo que a testemunha não tenha escolhido essa pessoa no primeiro procedimento de identificação (Brown et al., 1977; Dysart et al., 2001; Haw et al., 2007; Hinz & Pezdek, 2001; Lawson & Dysart, 2014; Steblay et al., 2013). Isto acontece porque o rosto dessa pessoa foi familiarizado por sua aparência no primeiro procedimento, ou seja, a testemunha ao perceber que o suspeito no segundo procedimento de identificação é familiar, atribui erroneamente a familiaridade ao evento testemunhado original (isto é, o crime), em vez do procedimento de identificação anterior que incluiu aquele rosto (Wells et al., 2020).

O segundo processo é quando a testemunha ocular identifica o suspeito no procedimento de identificação inicial, mesmo que equivocada, faz com que a testemunha simplesmente repita a mesma identificação no segundo procedimento de identificação com o mesmo suspeito e um conjunto diferente de *fillers* (Wells et al., 2020). Uma forma de explicar este processo é a tendência poderosa de se ater a uma decisão anterior que foi tomada livremente, chamada de efeito de compromisso/comprometimento (Wells et al., 2020). Uma meta-análise desse efeito de comprometimento forneceu fortes evidências de que uma identificação equivocada em um procedimento de identificação inicial tende a ser repetida em um segundo procedimento de identificação se na *lineup* contém a pessoa identificada erroneamente (Deffenbacher et al., 2006). Estudos mais recentes forneceram suporte adicional para esse efeito (por exemplo, Godfrey & Clark, 2010; Lawson & Dysart, 2014; Steblay et al., 2013). No entanto, há um outra forma de explicar este

efeito, com evidências de que o ato de identificar uma pessoa inocente em um procedimento de identificação inicial muda a memória da testemunha ocular do culpado e em direção à pessoa identificada, um processo que é intensificado se a testemunha recebe um feedback de confirmação após a identificação errada inicial (Smalarz & Wells, 2014).

O terceiro processo, ainda não foi testado especificamente em experimentos controlados, diz respeito a possibilidade da testemunha ocular que não fez nenhuma identificação no primeiro procedimento (por exemplo, uma *lineup* de fotos), mais tarde, de forma consciente e explícita, reconhece que há apenas uma pessoa no segundo procedimento (por exemplo, uma *lineup* ao vivo) que também estava no primeiro procedimento (Wells et al., 2020). Com efeito, isso “denuncia” a hipótese dos investigadores de comunicar à testemunha qual pessoa é o suspeito (ou seja, a pessoa em comum entre os dois procedimentos; Wells et al., 2020). Em outras palavras, esse tipo de procedimento repetido viola uma característica fundamental de uma boa *lineup*, ou seja, que não haja aspectos do procedimento que vazem informações sobre qual pessoa é o suspeito na *lineup* (Wells & Luus, 1990).

Obviamente, pode-se argumentar que, se a testemunha identificar o suspeito no primeiro procedimento de identificação, não há problema em repetir o procedimento de identificação, pois se a identificação já foi feita, a segunda identificação é apenas uma confirmação (Wells et al., 2020). No entanto, há boas evidências que mostram que identificações repetidas aumentam, artificialmente, os níveis de confiança das testemunhas (Shaw et al., 1997; Shaw & McClure, 1996). Ainda, ao fazer uma pergunta repetidamente leva as testemunhas a desenvolverem um senso mais forte de confiança de sua resposta está correta, mesmo quando está incorreta, devido a uma maior facilidade ou fluência de responder à pergunta muitas vezes (Shaw, 1996).

Finalmente, é importante notar que quando as testemunhas fazem identificações fora de um procedimento policial, como por exemplo, por meio de uma busca autodirigida nas redes sociais ou da localização espontânea de um suspeito na rua, esta identificação é a primeira e contaminará

qualquer procedimento de identificação subsequente que a polícia possa apresentar à testemunha (Wells et al., 2020).

2.5.4. Precisão e Confiança da testemunha

A confiança de uma testemunha ocular está apenas fracamente relacionada à precisão do reconhecimento (Sporer et al., 1995). Isso é notável, dado que a maioria dos leigos acredita que a confiança prediz fortemente a precisão - uma testemunha ocular confiante parece ser acurada (Brigham & Bothwell, 1983; Deffenbacher & Loftus, 1982) - e a confiança das testemunhas oculares recebe uma grande importância nas decisões jurídicas (Cutler et al., 1990; Lindsay, 1994).

Alguns exemplos são os estudos de Brigham (1981) e Brigham e colaboradores (1982). No primeiro, foi relatado que a percepção dos promotores sobre as identificações das testemunhas oculares que encontraram em seu trabalho provavelmente estavam corretas eram de “90-95%”. No outro estudo, balconistas foram solicitados a identificar “clientes” que haviam estado em sua loja duas horas antes. Surpreendentemente, os funcionários acertaram menos de 50% das vezes. Quando incluídos os funcionários que não tentaram adivinhar, a precisão foi de apenas 34% (a chance de resposta foi de 16,7% neste caso). Além disso, um estudo preliminar mostrou que a precisão estava em níveis aleatórios após apenas um atraso de 1 dia. Embora não sejam realmente análogos a uma tentativa de crime, os dados deste estudo mostram o quão ruins as pessoas podem ser ao lembrar identidades faciais em ambientes da vida real. Especialmente alarmante é o fato de que 85% dos funcionários relataram estar confiantes o suficiente para testemunhar em tribunal.

Essa confiança inflada é preocupante e a possibilidade de que a raça pode aumentar tal discrepância não pode ser ignorada (Wilson et al., 2013).

2.5.5. Instruções

As testemunhas tenderem a fazer uma identificação positiva ao acreditarem, erroneamente, que o culpado está presente na *lineup*. Existem várias evidências sugerindo que as testemunhas supõem que se a polícia chamou para ver uma *lineup*, é porque tem um suspeito forte na *lineup* e, portanto, a sua tarefa é determinar quem é (Wells et al., 2020). Por exemplo, no estudo de Memon e colaboradores (2004), demonstrou que imediatamente após de fazer uma identificação, 90% das testemunhas indicou que esperavam que o culpado estivesse presente na *lineup* e que acreditavam que sua tarefa era identificá-lo.

Em outro estudo, as testemunhas viram uma *lineup* contendo o culpado e uma outra na qual o culpado tinha sido removido, mas não substituído por outro *filler*. Na condição culpado-presente, 54% das testemunhas escolheram o culpado, 25% escolheram um dos encheimentos e 21% não fizeram escolha. Quando o culpado foi removido, era de se esperar que 75% das testemunhas (54% que tinham escolhido o culpado somado aos 21% que não fizeram uma escolha). No entanto, só 32% das testemunhas não fizeram escolha, com 68% distribuindo suas escolhas entre os vários *fillers* (Wells, 1993). Estes resultados corroboram a ideia de que as testemunhas estão predispostas a fazer uma identificação positiva, embora não necessariamente com alta confiança, desde que algum membro da *lineup* pareça ser uma correspondência razoável com sua memória (Wells et al., 2020).

A evidência mais convincente da utilidade de oferecer uma instrução vem de estudos que comparam o desempenho de identificação obtido quando há instruções não tendenciosas (isto é, imparciais), como fornecer aviso de que o culpado pode ou não estar presente; às vezes, este aviso vem acompanhado por uma instrução de que não há necessidade de escolher ninguém ou mesmo uma instrução enfatizando que as consequências de uma decisão errada podem ser terríveis; com o desempenho de identificação obtido em condições onde tal aviso não é fornecido ou implica fortemente ou mesmo afirma que o culpado está na *lineup*. Por exemplo, pedir à testemunha para

selecionar quem é o culpado implica fortemente que se espera que a testemunha tome uma decisão de identificação positiva. Estas instruções são conhecidas como instruções tendenciosas (Wells et al., 2020).

Sobre as instruções tendenciosa e imparcial, estudos demonstraram que as testemunhas eram mais propensas a tomar uma decisão de identificação positiva quando as instruções tendenciosas do que quando eram imparciais (Clark, 2005; Steblay, 1997, 2013). No entanto, em relação a esses estudos, a magnitude deste efeito variou, podendo ser tanto positivo como negativo, pois depende, presumivelmente, das condições codificação de memória e do teste de identificação, assim, o aumento da probabilidade de escolha foi refletido no aumento de identificações positivas nas *lineups* de culpado-ausente e culpado-presente (Wells et al., 2020). Outros dois estudos (Brewer & Wells, 2006; Keast et al., 2007) reforçaram o impacto das instruções tendenciosas versus imparciais com testemunhas adultas e crianças. Instruções tendenciosas contribuíram para taxas mais altas de identificações tanto erradas como corretas, sugerindo que a falha em avisar as testemunhas de que o culpado pode não estar presente na *lineup* contribui para que as testemunhas estejam preparadas para aceitar menos evidências (ou seja, estabelecendo um critério de decisão mais liberal) para tomar uma decisão de identificação positiva. Isto até pode ser positivo caso o *base rate* de suspeitos culpados fosse alta, mas seria prejudicial se este *base rate* fosse baixo, como ocorre muitas vezes na prática real (Wixted et al., 2016).

Um outro fator que reduz o critério de decisão das testemunhas é as características dos vários membros que compõem a *lineup* (Brewer et al., 2005). Se a *lineup* for tendenciosa para um sujeito que é o único membro plausível da *lineup*, um limite de decisão mais baixo aumentaria a probabilidade de uma identificação correta se o suspeito for o culpado e uma identificação errada de um suspeito inocente, se o suspeito for inocente. Em contraste, se o suspeito for apresentado em uma série de *fillers* altamente plausíveis, as instruções que levam as testemunhas a definir um limite de

decisão mais baixo podem fazer com que as respostas sejam distribuídas de maneira mais uniforme por todos os membros da *lineup* (Wells et al., 2020).

É importante referir que o efeito das instruções imparciais pode ser negado se a testemunha receber uma sugestão explícita antes de ver a escalação de que o culpado pode estar presente na escalação (Wells et al., 2020). No estudo de Quinlivan e colaboradores (2012), as testemunhas que receberam a sugestão de que conseguiriam escolher a pessoa da *lineup* (culpado-ausente) antes de receber a instrução imparcial (culpado pode ou não estar presente) tiveram três vezes mais probabilidade de identificar o suspeito (que, neste estudo, era inocente) do que as testemunhas que receberam instruções imparciais sem qualquer comentário sugestivo prévio. Também houve influência na confiança da exatidão da decisão das testemunhas, sendo as testemunhas que receberam a sugestão as mais confiantes.

Por fim, as testemunhas têm que ser instruídas a não discutir o evento testemunhado ou o que elas disseram aos investigadores não partilharem com outras testemunhas do caso, porque as testemunhas podem influenciar umas às outras de modo que seus relatórios de memória individuais subsequentes podem ser contaminados com o que outros recordaram (Gabbert & Hope, 2013; Wright et al., 2009). Além disso, saber que uma co-testemunha fez uma identificação a partir de uma *lineup* pode aumentar as chances de uma outra testemunha também fazer uma identificação; e ainda, se souber o nível de confiança da testemunha que fez a identificação, esta outra testemunha pode aumentar a confiança que expressa na precisão de sua própria identificação (Levett, 2013).

2.5.6. Administrador

A administração de *lineup* é uma interação social entre uma testemunha e um administrador. Assim, este contexto de administração é influenciado pelas expectativas interpessoais, no qual nem o administrador nem a testemunha parecem estar cientes dessa influência (Wells et.al., 2020).

Referir este aspecto de interação social na administração é importante porque quando alguém tem uma expectativa sobre como o outro é ou como deve se comportar, essa expectativa molda e modifica o comportamento da pessoa com a expectativa em relação ao alvo da expectativa, fazendo com que o primeiro se comporte como o esperado do segundo (Harris & Rosenthal, 1985; Rosenthal, 2002; Snyder & Swann, 1978).

Assim, qualquer informação que os administradores tenham sobre quem é o suspeito influenciará o comportamento das testemunhas, incluindo qualquer decisão de identificação que elas possam tomar ou sua confiança nessa decisão. A expectativa do administrador também pode influenciar os seus relatórios sobre o comportamento das testemunhas durante o procedimento (Wells et al., 2020).

Além disso, o administrador pode fornecer um feedback pós-identificação que pode influenciar a confiança da testemunha, também pode comunicar a identidade do suspeito à testemunha por meio de comportamentos verbais ou não-verbais intencionais ou não (Wells et al., 2020).

Não só o administrador pode influenciar a testemunha como pode ser influenciado por ela. Isto acontece em casos que há várias testemunhas. Assim, a primeira testemunha pode fornecer pistas ao administrador sobre quem é o suspeito e este pode influenciar a próxima testemunha em relação a essas pistas. Por isso, nesses casos, um administrador diferente deve conduzir a *lineup* (Douglass et al., 2005).

- Paradigmas para examinar a influência do administrador de *lineup*

Os estudiosos desenvolveram vários paradigmas para examinar os efeitos da influência do administrador nas decisões das testemunhas, como por exemplo, o paradigma de direção (Kovera & Evelo, 2017) e o paradigma de interrupção de sinalização. No primeiro, o administrador é cúmplice do experimentador que intencionalmente se envolve em comportamentos que conduzem a testemunha

em direção ao suspeito (Rhead et al., 2015) ou incentiva a testemunha a fazer uma identificação (Clark et al., 2013). No segundo, todos os administradores sabem quem é o suspeito, mas metade deles são impedidos de enviar pistas (seja intencionalmente ou não) para a testemunha durante a administração da escalação (Wells et.al., 2020).

Segundo Kovera e Evelo (2017), em todos os paradigmas, quando os administradores sabem quem é o suspeito e não são impedidos de enviar pistas para a testemunha, as testemunhas são mais propensas a escolher o suspeito da *lineup*, seja o suspeito o culpado ou não.

Há estudos comparando administradores que não sabem quem é o suspeito (chamados de administradores cegos) e administradores que sabem quem é o suspeito (administradores não cegos). Por exemplo, em estudos de paradigma duplo-cego, observadores relataram que administradores não cegos colocaram mais pressão nas testemunhas para escolher alguém da *lineup* do que administradores cegos (Greathouse & Kovera, 2009) e que a pressão foi direcionada para a escolha do suspeito em vez de um *filler* (enchimento) e ainda que os administradores não cegos eram mais propensos a perguntar diretamente às testemunhas sobre o suspeito do que os administradores cegos (Zimmerman et al., 2017). A influência do administrador não cego também pode ser não verbal; administradores não cegos também são mais propensos do que administradores cegos a sorrir quando uma testemunha está olhando para o suspeito em vez de para um preenchimento (Charman & Quiroz, 2016; Zimmerman et al., 2017).

Essas diferenças de comportamento entre administradores cegos e não-cegos não afetam a probabilidade da testemunha de escolher alguém na *lineup*, independente se o administrador sabe quem é o suspeito. No entanto, essas diferenças afetam quais fotos as testemunhas escolhem (nos estudos foram usados fotos, conhecidas como *photo lineups*; Wells et.al., 2020).

O aumento nas identificações de testemunhas do suspeito de administrações de *lineup* simples (isto é, o administrador sabe qual membro da *lineup* é o suspeito e quais são os *fillers*, também conhecido como administrador não cego) parece ser o resultado de testemunhas que teriam

identificado um preenchimento (e o fazem sob administração cega), mas acaba identificando o suspeito devido à influência do administrador não cego (Kovera & Evelo, 2017). Este padrão de resultados, replicado em uma série de estudos (Charman & Quiroz, 2016; Greathouse & Kovera, 2009; Kovera & Evelo, 2017), é conhecido como a mudança de preenchimento para suspeito e fornece evidências convincentes de que a administração simples permite que os administradores transmitam informações sobre quem é o suspeito para as testemunhas, mesmo que não intencionalmente (Wells et al., 2020).

- Feedback pós-identificação

Além de afetar as decisões de identificação das testemunhas, a administração de *lineup* simples permite que os administradores forneçam *feedback* às testemunhas sobre suas decisões enviando informações às testemunhas sobre se a sua escolha foi “correta” (ou seja, uma identificação do suspeito; Charman & Quiroz, 2016; Garrioch & Brimacombe, 2001).

Ao fornecer feedback à testemunha em relação a sua identificação do suspeito aumenta a sua confiança na precisão de sua decisão, especialmente entre as testemunhas que fizeram uma identificação incorreta (Stebly et al., 2014). Este feedback de confirmação atenua a relação entre confiança e precisão (Bradfield et al., 2002), tornando os relatos das testemunhas sobre sua confiança inúteis para julgar sua precisão (Wixted & Wells, 2017).

Além de evitar que os administradores forneçam feedback que influenciará os relatos das testemunhas sobre sua confiança, a administração duplo-cega também impedirá outros efeitos indesejáveis do feedback, como a contaminação da memória das testemunhas pelas condições em que testemunharam o crime (Stebly et al., 2014), o comprometimento da memória da testemunha para o culpado (Smalarz & Wells, 2014).

- Relatórios incompletos e imprecisos

Não só o tipo de informação, mas também a forma como os administradores avaliam e registram as escolhas e os comportamentos das testemunhas nas *lineups* podem ser influenciados caso o administrador saiba quem é o suspeito (Wells et al., 2020). Por exemplo, a testemunha pode dizer que não sabe, acha que é o número 4, mas não tem certeza, o administrador que sabe que a testemunha está falando sobre um suspeito podem registrar como uma identificação positiva do suspeito, enquanto os administradores que sabem que a testemunha está falando sobre um enchimento podem registrar o mesmo comportamento como uma não identificação ou rejeição (Rodriguez & Berry, 2014).

Além disso, as interpretações das declarações ambíguas de testemunhas oculares e as percepções dos administradores sobre a testemunha são influenciadas pelo fato de o administrador ser cego ou não (Charman et al., 2019).

Embora exista uma limitação dos dados empíricos sobre os efeitos do conhecimento dos administradores sobre quem é o suspeito em seus relatórios, as evidências continuam a aumentar de que as expectativas dos examinadores forenses influenciam suas avaliações (Kassin et al., 2013).

Por fim, experimentos controlados testaram como os administradores fazem registros do comportamento das testemunhas oculares em função do fato de o administrador de uma *lineup* ser cego e se uma testemunha-confederada escolheu o suspeito ou um *filler* (“preenchedor”; Rodriguez & Berry, 2014, 2019). Os administradores duplo-cegos relataram, da mesma forma, como identificação positiva quando a testemunha identificava um *filler* ou o suspeito. Já os administradores não cegos, eram mais propensos a relatar incorretamente que as testemunhas que identificaram um *filler* não fez uma identificação. Além disso, quando administradores não cegos registraram a confiança relatada por testemunhas, julgavam os níveis de confiança daqueles que identificaram suspeitos como maiores do que aqueles que identificaram *fillers*, embora a testemunha-confederada

expressasse o mesmo nível de confiança em ambos tipos de identificações (Rodriguez & Berry, 2019).

A partir desses fatores que influenciam o CRE, existem algumas recomendações para amenizar o efeito dessas variáveis no fenômeno CRE.

3. Recomendações

O Comitê Executivo da *American Psychology-Law Society* (Divisão 41 da *American Psychological Association*) nomeou um subcomitê para atualizar o influente artigo de revisão científica de 1998 sobre diretrizes para procedimentos de identificação de testemunhas oculares. Esta atualização de 2020, rendeu nove recomendações de como planejar, projetar e conduzir procedimentos de identificação de testemunhas oculares (Wells et al., 2020). Estas recomendações servem para qualquer tipo de investigação, incluindo para crimes inter-raciais.

Quatro das recomendações eram do artigo de 1998 e diziam respeito: (a) ao procedimento de identificação que deve ser administrado usando um procedimento duplo-cego (ou seja, a programação deve ser administrada por alguém que não sabe qual pessoa é o suspeito e quais são encherimentos); (b) as instruções antes da *lineup* para a testemunha que devem enfatizar que o culpado pode ou não estar na *lineup* e que o administrador da *lineup* não sabe quem é o suspeito de ser o culpado; (c) deve haver apenas um suspeito por fila e o suspeito não deve se destacar dos *fillers* (outros sujeitos que estão preenchendo a *lineup*) com base na descrição da testemunha do culpado ou outros fatores que chamariam a atenção para o suspeito; e (d) uma declaração de confiança deve ser obtida da testemunha no momento da identificação e antes de qualquer oportunidade de obter *feedback* sobre a decisão de identificação. No entanto, estas sofreram certas modificações, por exemplo, a recomendação duplo-cego agora inclui outros meios para cumprir o objetivo de prevenir a influência do administrador da *lineup* que não necessariamente requerem um administrador neutro.

Wells e colaboradores (2020) notaram que estas recomendações originais do artigo de 1998 quase exclusivamente ocorrem apenas durante a construção em si da *lineup*. Assim, algumas das novas recomendações, cobrem um território mais amplo, por exemplo, retratam questões que ocorrem antes do início do procedimento de identificação e ainda fazem uma recomendação sobre o uso adequado de *showups*.

Essas nove recomendações podem aumentar a confiabilidade e integridade das evidências de identificação de suspeitos pelas testemunhas oculares, uma vez que proporcionam melhores formas de aplicar os procedimentos de coleta e preservação das mesmas (Wells et.al., 2020).

A seguir está a descrição de cada uma das nove recomendações. É de ressaltar que cada uma apresenta um princípio subjacente que é importante seguir, uma vez que pode haver momentos em que as circunstâncias podem exigir um desvio das especificações literais da recomendação, mas o desvio ainda seria capaz de se conformar ao princípio subjacente. Por exemplo, a recomendação sobre como selecionar *fillers* (isto é, pessoas que servem como “enchimentos”, para preencher a *lineup*) para usar em uma *lineup* é relativamente específica, mas, no final, é mais importante que o princípio subjacente seja alcançado, ou seja, que os *fillers* devem ser escolhidos de uma forma que não faz com que um suspeito inocente se destaque na *lineup*.

Assim, Wells e colaboradores (2020), apresentam para cada recomendação, uma declaração da recomendação e justificativa para a mesma. Além disso, a maioria das recomendações contém nuances ou advertências, e algumas apresentam questões práticas que são discutidas.

3.1. Recomendação 1: Entrevista Pré-*lineup*

Antes de conduzir um procedimento de identificação e assim que possível após a prática do crime, um policial deve: (a) entrevistar testemunhas oculares para documentar suas descrições do culpado, (b) obter seu auto-relato das condições de visualização e atenção durante o crime, (c)

documentar quaisquer alegações de familiaridade prévia com o culpado, (d) instruir as testemunhas a não discutirem o evento com outras testemunhas e (e) avisar as testemunhas contra a tentativa de identificar o culpado por conta própria. Toda a entrevista deve ser gravada em vídeo (Wells et.al., 2020).

Segundo Wells e colaboradores (2020), a entrevista tem que ser extensa para o investigador conseguir uma declaração relativa à memória da pessoa do crime em questão e a descrição detalhada do(s) culpado(s). A coleta de uma descrição detalhada do culpado é uma forma crítica de evidência que pode facilitar as tentativas dos investigadores de localizar um suspeito (Brown et al., 2008; Kebbell & Milne, 1998).

- O conteúdo e a precisão das descrições de pessoas

Obter uma descrição precisa e completa do culpado é importante para o avanço de uma investigação e, em última instância, pode facilitar a identificação do culpado.

As testemunhas, em média, tendem a fornecer entre sete e nove características do culpado (Wells et.al., 2020), sendo as características mais frequentes a altura, peso, gênero, etnia e idade (Fahsing et al., 2004; Granhag et al., 2013; Sporer, 1992, 1996; van Koppen & Lochun, 1997; Yuille & Cutshall, 1986) e as menos frequentes são roupa e características faciais. Quando estas últimas são fornecidas, geralmente é referente às regiões superiores do rosto, em particular o cabelo, olhos e nariz (Wells et.al., 2020).

No entanto, essas descrições muitas vezes carecem de detalhes específicos (Douglass et al., 2013; Fahsing et al., 2004) que podem ser úteis para a construção e avaliação de matrizes de identificação (Corey et al., 1999) e, portanto, é importante que os investigadores usem procedimentos baseados em evidências para melhorar a qualidade dos relatos das testemunhas (Wells et.al., 2020).

- Diferenças étnicas cruzadas nas descrições faciais

Descrições de rostos por participantes negros africanos e por participantes escoceses brancos de rostos de seus respectivos grupos foram comparadas em um estudo de Ellis et al. (1975). Algumas diferenças interessantes surgiram na frequência com que cada grupo mencionou certas características. Em particular, os participantes escoceses brancos mencionaram com mais frequência a cor e a textura do cabelo, bem como a cor da íris do olho, já os participantes africanos forneceram mais descrições das orelhas, queixo, sobrancelhas, tamanho e branco dos olhos, estilo de cabelo (por exemplo, direção do penteado) e formato do rosto. Presumivelmente, devido à maior familiaridade dos participantes com o seu próprio grupo étnico, eles aprenderam a prestar mais atenção a essas características específicas como dicas úteis para distinguir membros individuais de seu grupo.

A partir dos estudos disponíveis sobre a descrição de rostos (a maioria dos quais foram realizados com participantes e rostos africanos e britânicos), pode-se concluir que (a) rostos negros são descritos referindo-se a um maior número de características faciais do que rostos brancos quando descrito por participantes negros, (b) os participantes negros usam um número maior de características faciais do que os participantes brancos quando descrevem rostos negros e brancos, (c) os participantes negros diferem na frequência com que usam certas características faciais quando descrevendo rostos, em comparação com a frequência de uso pelos participantes brancos. Em particular, os participantes negros mencionam a boca e o nariz ao descrever os rostos, enquanto os participantes brancos se referem principalmente à cor e textura do cabelo, (d) Os rostos negros geralmente não parecem ser mais difíceis de descrever do que os rostos brancos ou vice-versa (Sporer, 2001a).

- Variáveis do sistema que influenciam a qualidade dos relatos de testemunhas

Há uma série de fatores que pode influenciar a precisão e integridade da memória de uma testemunha para o evento e culpado (Granhag et al., 2013; Meissner et al., 2007), como a maneira que a testemunha foi entrevistada.

Em particular, as testemunhas parecem bastante suscetíveis ao efeito de desinformação (Berkowitz & Loftus, 2018; Loftus, 2017; Newman & Garry, 2013). Quando um investigador faz questionamentos conduzidos ou sugestivos, pode levar a distorção dos relatórios de memória da testemunha, podendo, assim, induzir erros autogerados nas suas descrições, quando são forçadas ou encorajadas a fornecer uma “completa” do evento ou culpado (Ackil & Zaragoza, 1998; Meissner, Brigham, & Kelley, 2001).

Assim, Wells e colaboradores (2020) recomendam que os investigadores evitem práticas de entrevista sugestivas ou conducentes e que instruem as testemunhas a não discutirem os seus relatos com ou na frente umas das outras, para não induzir erros sistemáticos na memória (Gabbert, Memon, & Allan, 2003; Gabbert, Memon, Allan, & Wright, 2004; Eisen et al., 2017; Loftus & Greene, 1980). Também, os investigadores devem documentar se uma testemunha falou anteriormente com outras testemunhas ou foi exposta a relatos da mídia relacionados ao incidente, pois pode levar as testemunhas a relembrar detalhes incorretos que foram sugeridos ou inferidos (Crombag et al., 1996).

- Documentar fatores que podem influenciar a qualidade dos relatos de testemunhas

Também é importante que os investigadores documentem sobre as condições sob as quais a testemunha pode ter visto ou interagido com o culpado, pois certos fatores podem influenciar a qualidade provável da lembrança de uma testemunha (Meissner et al., 2007). Como por exemplo, o consumo de álcool ou drogas (Flowe et al., 2016; Read et al., 1992; Schreiber Compo et al., 2017;

Yuille & Tollestrup, 1990) e atrasos extensos entre o crime e o tempo da entrevista (Ellis et al., 1980; Meissner, 2002; Tuckey & Brewer, 2003; van Koppen & Lochun, 1997) podem diminuir a quantidade de detalhes fornecidos por uma testemunha, no entanto, a familiaridade anterior com o culpado (ou seja, um indivíduo conhecido pela testemunha) geralmente aumenta a precisão da descrição e identificação de uma testemunha (Vallano et al., 2019).

Por isso, Wells e colaboradores (2020) recomendam os investigadores a documentarem claramente a presença de tais fatores em seu relatório, pois estes fatores influenciam não só na qualidade das descrições da pessoa como também nas tentativas subsequentes de identificar o culpado de uma *lineup*.

- Abordagens baseadas em evidências para entrevistar testemunhas e vítimas

Para o prosseguimento de uma investigação é fundamental obter uma declaração completa e precisa da testemunha. Para isso, é recomendado o uso de táticas de questionamento abertas e não sugestivas (Clarke, Milne, & Bull, 2011; Walsh & Bull, 2010) para extrair uma narrativa completa da testemunha. Aqui, os investigadores solicitam uma resposta aberta da testemunha, seguida por sondagens específicas associadas a detalhes importantes, como as características físicas do culpado (por exemplo, altura, constituição física, idade, raça, sexo, etc.), roupas ou quaisquer características distintivas (Brown et al., 2008; Launay & Py, 2015; Wise et al., 2011).

No entanto, no que toca as sondagens específicas, estas podem aumentar o número de detalhes fornecidos, mas pode levar a uma menor precisão de resposta (Sauerland et al., 2014). Recomenda-se cuidado ao passar para perguntas fechadas ou de duas alternativas e o uso de sugestivos deve ser evitado completamente (Wells et.al., 2020).

Para evitar o questionamento sugestivo e para melhorar o relato das testemunhas, facilitando a recuperação de informações da memória, foram desenvolvidos protocolos de entrevista baseados

em evidências (Wells et. al., 2020). O primeiro é a Entrevista Cognitiva (Fisher & Geiselman, 1992), esta aumenta não só o número de características descritas do culpado como também aumenta as chances de a descrição levar à localização da foto do culpado em um conjunto maior de fotos (Satin & Fisher, 2019).

Wells e colaboradores (2020) recomendam os investigadores a buscarem treinamento e adotarem o protocolo de Entrevista Cognitiva ao entrevistar testemunhas e vítimas, pois o aumento das características descritas é bastante grande para detalhes corretos (Memon et al., 2010).

Outro protocolo específico para obter descrições de pessoas é denominado Entrevista de Descrição de Pessoa. Este encoraja as testemunhas a fornecer informações mais gerais e granulares do culpado (Brewer et al., 2018) aumentando significativamente a quantidade de características do culpado fornecidas pelas testemunhas (Demarchi & Py, 2009; Demarchi et al., 2013) sem prejudicar a precisão (Brewer et al., 2018). Esta entrevista incorpora duas instruções principais para a testemunha com relação à descrição do culpado: (a) fornecer informações gerais sobre a pessoa antes de passar para aspectos característicos específicos do rosto e (b) ao descrever o rosto para começar com as regiões inferiores do rosto (queixo e lábios) e com a subida para as regiões superiores (olhos e cabelos; Wells et al., 2020).

Há também a Entrevista Auto-administrada que é particularmente útil quando um incidente envolve muitas testemunhas ou vítimas possíveis e quando tais condições podem levar a atrasos significativos na obtenção de uma declaração de testemunhas ou vítimas. Este protocolo é diferente dos outros, pois é feita por escrito pela testemunha e permite que testemunhas cooperativas gerem descrições de alta qualidade de sua experiência, solicitando que as testemunhas se lembrem de detalhes do evento, incluindo uma descrição da pessoa do culpado (por exemplo, cabelo, pele, constituição física, características distintivas; Wells et.al., 2020).

Finalmente, é recomendado que todas as entrevistas com testemunhas sejam gravadas em vídeo, pois assim, os investigadores podem revisar as informações fornecidas à testemunha e avaliar seu valor probatório (Wells et al., 2020).

- Instruções para as testemunhas após uma entrevista

Recomenda-se (a) que as testemunhas sejam advertidas para evitar discutir o caso com outras pessoas, (b) que os investigadores se abstenham de compartilhar qualquer informação que outras testemunhas tenham fornecido anteriormente e (c) não conduzam sua própria investigação. Ainda é recomendado que toda a entrevista *pré-lineup* seja gravada em vídeo (Wells et.al., 2020).

3.2. Recomendação 2: Suspeita Baseada em Evidências

O princípio subjacente desta recomendação é que deve haver fundamentos baseados em evidências para suspeitar que um indivíduo é culpado do crime específico que está sendo investigado antes de incluí-lo em um procedimento de identificação e que as evidências devem ser documentadas por escrito antes da *lineup* (Wells et.al., 2020).

Conduzir *lineups* na ausência de motivos de suspeita baseados em evidências é um fator de risco para identificação equivocada. No exemplo das testemunhas oculares, focar num indivíduo na *lineup* na ausência de evidências de que este é provavelmente o culpado contribui para um *base rate* baixo para *lineups* presentes de culpado (alto *base rate* para *lineup* sem culpado; Wells et.al., 2020).

No caso das *lineups*, o *base rate* refere-se à taxa pela qual o suspeito na *lineup* é culpado versus inocente. Assim, uma *lineup* adequada contém um suspeito podendo ser culpado ou inocente (Wells et.al., 2020). Nota-se que uma identificação equivocada de um suspeito inocente não pode

acontecer numa *lineup* que apresenta um culpado e uma identificação do culpado não pode acontecer numa *lineup* de culpado ausente (Wells & Turtle, 1986).

Portanto, os *base rates* baixos para *lineup* culpado-presente (*base rates* altos para *lineup* culpado-ausente) criam um terreno fértil para identificações equivocadas de suspeitos inocentes e reduzem as chances de identificar o culpado (Wells et.al., 2020).

Além disso, as *lineups* de ausência de culpado aumentam a taxa em que as testemunhas identificam *fillers* (pessoas que preenchem a *lineup*) inocentes (Smith et al., 2019), manchando assim a credibilidade da testemunha para qualquer *lineup* posterior que possa incluir o culpado (Wells et al., 2020). Por isso, é importante garantir que as chances de apresentar às testemunhas oculares uma *lineup* de culpado-ausente não sejam excessivamente altas (Wells et al., 2020).

Wells e colaboradores (2020) fazem a recomendação de suspeita baseada em evidências, porque observaram que não há leis ou outros mecanismos em vigor para evitar que as jurisdições tomem decisões investigativas que resultem em *base rates* extremamente baixas para *lineups* de culpados presentes (ou seja, uma alta taxa de culpados- ausentes; Wells, 2006). Na verdade, o único estudo de *lineups* reais para estimar o *base rate* para *lineup* culpado-presente em qualquer jurisdição (neste caso, o Departamento de Polícia de Houston, Texas) produziu uma estimativa de meros 35% (Wixted et al., 2016). Além disso, uma pesquisa feita nas agências de aplicação da lei dos EUA relatou que mais de um terço das agências declararam que não precisavam de nenhuma evidência ou precisavam apenas de um mero pressentimento de que uma pessoa pode ser o culpado antes de colocá-la em uma *lineup* (Wise et al., 2011).

Segundo Wells e colaboradores (2020), não está claro os motivos de tantos investigadores criminais não parecem estar preocupados com o problema de ter pouca ou nenhuma evidência antes de colocar alguém na *lineup*. Assim, supõem que essa falta de preocupação decorra da suposição de que uma testemunha ocular não escolheria um indivíduo inocente e só escolheria alguém se se lembrasse da pessoa que cometeu o crime.

No entanto, isto poderia ser resolvido com a implementação de um padrão de suspeita baseado em evidências, exigindo que os detetives apresentassem sua proposta para conduzir uma *lineup* a um supervisor de detetives. O supervisor de detetives poderia então questionar o detetive sobre por que essa formação está sendo conduzida com essa pessoa em particular como seu foco (Wells, 2006). Caso o detetive não consiga apontar às evidências concretas que levaram a uma inferência razoável contrário, o supervisor de detetives pode sugerir que o detetive investigue mais a fundo para ter mais confiança de que o culpado é o sujeito da *lineup* (Wells et.al., 2020).

- A importância dos *base rates* (taxas básicas)

Existem muitos estudos na literatura de julgamento básico e tomada de decisão mostrando que as pessoas lutam para entender o forte impacto que as probabilidades anteriores e os *base rates* têm nos resultados dos testes (Kahneman & Tversky, 1973).

Para ilustrar, suponha que a chance de um suspeito inocente seja identificado numa *lineup* culpado-ausente seja de 6% e as chances de um suspeito seja identificado numa *lineup* culpado-presente é de 60%. Suponha também que o *base rate* da *lineup* culpado-presente seja de 50% (e o *base rate* da *lineup* culpado-ausente é, portanto, 50%). Suponha agora que 1.000 *lineups* foram realizados (500 culpados presentes e 500 culpados ausentes). É de se esperar 300 identificações de suspeitos culpados (60% de 500) e 30 identificações de suspeitos inocentes (6% de 500). Neste exemplo, 330 suspeitos são identificados e 9,1% desses suspeitos ($30/330 = 0,091$) são inocentes (Wells et.al., 2020).

Agora suponha que, em vez de um *base rate* de 50%, o *base rate* foi reduzido para 30% (300 *lineups* culpado-presente e 700 *lineups* culpado-ausente). Agora, teria 180 identificações de suspeitos culpados (60% de 300) e 42 identificações de suspeitos inocentes (6% de 700). O resultado é que 222 suspeitos são identificados e 18,9% deles são inocentes. Neste exemplo de *base rate* de 30%, a

porcentagem de suspeitos identificados que são inocentes mais do que dobra em comparação com quando o *base rate* é de 50%. Obviamente, as coisas melhoram se o *base rate* para o suspeito ser culpado aumentar para 70% (1.000 *lineups* renderiam 420 identificações de suspeitos culpados (60% de 700) e apenas 18 identificações de suspeitos inocentes (6% de 300). Neste exemplo, 438 suspeitos são identificados e apenas 4,1% são inocentes; Wells et.al. 2020).

Nota-se que o desempenho das testemunhas oculares é tão bom quando o *base rate* é 30% quanto quando é de 70%. No entanto, o *base rate* de 30% permite muito mais alarmes falsos. É importante minimizar as apresentações de *lineup* culpado-ausente para reduzir o problema de condenações injustas, pois cada vez que é apresentada, existe algum risco probabilístico para um suspeito inocente ser acusado (Wells et.al., 2020).

Um outro problema das *lineups* culpado-ausente é que muitas vezes a testemunha ocular identifica um *filler* inocente. Por exemplo, a testemunha identificou o *filler* inocente e mais tarde, a polícia descobriu o verdadeiro culpado. A identificação previa do *filler* inocente torna o processo contra qualquer pessoa recentemente identificada numa *lineup* posterior muito mais difícil (Wells et al., 2020).

Resumindo, as *lineups* culpado-ausente causam risco não só para suspeitos inocentes mas também elevam as taxas de identificações de *fillers*, o que minam a credibilidade das testemunhas oculares em quaisquer oportunidades de identificação posteriores que possam envolver uma *lineup* com culpado (Wells et al., 2012).

- O que é suspeita baseada em evidências?

É quando há evidências articuláveis que levam a uma inferência razoável de que uma pessoa em particular, com a exclusão da maioria das outras pessoas, provavelmente cometeu o crime em questão. Estas têm que ser estabelecidas antes da construção *lineup*. Assim, um mero palpite, ajustar

uma descrição geral que a testemunha deu do culpado ao suspeito e basear as evidências num raciocínio retroativo (isto é uma escolha desse suspeito na *lineup* é usada retroativamente para justificar a sua colocação na *lineup*), não são uma suspeita baseada em evidências.

A seguir é apresentado alguns exemplos possíveis do que poderia ser qualificado como suspeita baseada em evidências para fins de justificar a colocação de um indivíduo em um procedimento de identificação da *lineup*, estes exemplos incluem:

- a) Um ajuste exclusivo para uma descrição específica dada pela testemunha ocular (por exemplo, cicatriz em forma de lua no queixo);
- b) Declarações autoincriminatórias;
- c) Estar na posse de materiais ligados ao crime junto com um ajuste à descrição física geral dada pela testemunha ocular;
- d) Sabe-se que estava na área do crime na época do crime junto com um ajuste à descrição física geral dada pela testemunha ocular;
- e) Provas físicas na cena do crime ligadas à pessoa junto com um ajuste à descrição física geral dada pela testemunha ocular;
- f) Um padrão único para o crime que é conhecido por ser associado com um determinado infrator junto com um ajuste à descrição física geral dada pela testemunha ocular.

Nota-se que o *lineup* só deve ser conduzido após o estabelecimento da suspeita baseada em evidências. No entanto, como a memória da testemunha pode perder a precisão com o passar do tempo, o *lineup* deve ser realizada o mais rápido possível após estabelecer a suspeita baseada em evidências (Wells et.al., 2020).

3.3. Recomendação 3: Administração Duplo-cega (ou equivalente)

Esta foi uma das quatro recomendações originais feitas no artigo de revisão científica anterior (Wells et al., 1998) e possui como princípio subjacente: As *lineups* devem ser conduzidas usando um procedimento duplo-cego (ou seja, nem o administrador nem a testemunha devem saber quem é o suspeito na *lineup*) ou um método igualmente eficaz de evitar que o administrador da *lineup* influencie inadvertidamente a testemunha (Wells et.al., 2020).

Uma *lineup* é um teste da hipótese de que a pessoa suspeita pela polícia é de fato o culpado do crime. O teste duplo-cego, em que nem a testemunha ocular nem o administrador da *lineup* sabem qual pessoa é o suspeito e quais são apenas *fillers* (“preenchedores”), é a melhor maneira de garantir que qualquer informação que os administradores tenham sobre quem é o suspeito não influenciará o comportamento das testemunhas, incluindo qualquer decisão de identificação que elas possam tomar ou sua confiança nessa decisão. A administração duplo-cega também pode evitar que as expectativas dos administradores influenciem seus relatórios sobre o comportamento das testemunhas durante o procedimento, garantindo relatórios completos e precisos (Wells et.al. 2020).

A administração duplo-cega também (a) ajuda a prevenir feedback pós-identificação, (b) impossibilita a comunicação entre administrador e testemunha por meio de comportamentos verbais ou não-verbais intencionais ou não (Wells et al., 2020) e (c) evita que o administrador seja influenciado por outras testemunhas. Aqui, é recomendado que um administrador diferente deva conduzir a *lineup* (Douglass et al., 2005).

No entanto, esta recomendação não é específica para o administrador, serve para qualquer pessoa que saiba qual membro da *lineup* é o suspeito. Assim, não deve haver nenhum oficial (por exemplo, o detetive líder) na sala onde o procedimento de identificação é realizado que tenha a

informação do suspeito, mesmo que não seja o oficial que administra o procedimento (Wells et al., 2020).

- Problemas práticos na implementação de *lineups* duplo-cegos

Alguna resistência à administração do alinhamento duplo-cego veio de um argumento de recursos limitados de que certos departamentos de polícia são tão pequenos que todos os oficiais do departamento sabem a identidade do suspeito. Uma solução para isto é criar acordos de cooperação para em emprestar oficiais aos departamentos próximos com o propósito de conduzir procedimentos de identificação duplo-cego (Wells et.al., 2020).

Wells e colaboradores (2020) recomendam a administração de *lineup* duplo-cego e acreditam, segundo os relatos de estados estadunidenses (como Flórida, Califórnia e Nova Jersey) que não tiveram problemas com a aplicação desse procedimento, que é viável na prática real.

No entanto, em teoria, outros métodos capazes de impossibilitar a influência do administrador não cego às testemunhas pode ser usado. Como por exemplo, usar um laptop com software que: (a) fornece instruções pré-*lineup*, (b) randomiza e apresenta a fila (*lineup*) de fotos, (c) registra qualquer decisão de identificação a partir de cliques do mouse e (d) coleta uma declaração de confiança da testemunha ocular. Assim, a testemunha pode auto administrar a *lineup* sem ter a presença de um administrador na sala, garantindo assim, que não há nenhuma influência tanto na identificação como na declaração de confiança, por parte do mesmo. Também é recomendada a gravação em vídeo desse procedimento assim como da administração duplo-cega (Wells et al., 2020).

Uma alternativa ao procedimento de laptop auto administrado é o método de envelope auto administrado. Com este método, a testemunha recebe um envelope grande e lacrado que contém fotos numeradas e uma página que inclui opções que a testemunha deve indicar e uma pergunta de confiança. A testemunha deve ser instruída a tomar uma decisão de identificação circulando a foto da

pessoa que acredita ser a culpada ou circulando a opção “nenhum” ou “não sei” abaixo das fotos. Também deve ser instruída a colocar a foto-*lineup* e as respostas de volta no envelope antes de abrir a porta para dizer ao administrador que terminou. A testemunha não deve receber o envelope até que o administrador esteja preparado para deixar a sala e do lado de fora do envelope deve novamente dizer que só pode abrir o envelope e ver as fotos depois que o policial sair da sala e para recolocar as fotos e as respostas às perguntas de volta no envelope antes de abrir a porta para avisar que acabou. Somente quando a testemunha tiver confirmado que a decisão de identificação e a declaração de confiança foram preenchidas e colocadas de volta no envelope, o oficial deve entrar novamente na sala e examinar os resultados (Wells et al., 2020).

Este método de envelope poderia ser adaptado para apresentação sequencial das fotos, com fotos colocadas individualmente em envelopes menores numerados e instruções para olhar cada foto em ordem numérica e registrar uma decisão de identificação e um julgamento de confiança antes de recolocar a foto em seu envelope e prosseguindo para o próximo envelope (Wells et al., 2020). Também é recomendado a gravação em vídeo (Wells et al., 2020).

3.4. Recomendação 4: *Lineup Fillers*

Esta foi uma das quatro recomendações originais feitas no artigo de revisão científica anterior (Wells et al., 1998) e possui como princípio subjacente: Deve haver apenas um suspeito por *lineup*, e esta deve conter pelo menos cinco *fillers* (preenchimentos) apropriados que não façam o suspeito se destacar na *lineup* com base em sua aparência física ou outros fatores contextuais, como roupas ou experiência (Wells et al., 2020).

- O requisito de suspeito único e mínimo de cinco preenchimentos

Uma característica central dessa recomendação é que a *lineup* deve ter apenas um suspeito e os *fillers* sejam inocentes conhecidos. É importante ter *filler* inocentes, porque testemunhas não confiáveis tendem a errar na identificação, acusando um *filler* em vez de em um suspeito inocente (supondo que a *lineup* tenha bons *fillers*; Wells et al., 2020).

Em estudos sobre as *lineups* com suspeito único inserido entre os *fillers* em crimes graves, foi observado que as testemunhas oculares identificaram os *fillers* cerca de 37% das vezes em que fizeram uma identificação. Se todos nessas *lineups* fossem suspeitos, todos os 37% seriam identificações erradas de suspeitos inocentes que estariam sujeitos à prisão. Esses dados reforçam os perigos de ter vários suspeitos numa *lineup* (por exemplo, Behrman & Davey, 2001; Klobuchar et al., 2006; Horry et al., 2012; Wixted et al., 2016).

A recomendação de que deve haver pelo menos cinco *fillers* inocentes conhecidos para um único suspeito é um tanto arbitrária. Em um nível teórico, pode-se dizer que um suspeito inocente está melhor protegido de identificação equivocada com uma *lineup* de seis pessoas do que numa de cinco pessoas, e assim por diante. No entanto, há retornos decrescentes (em termos de restrição de identificações equivocadas de suspeitos inocentes). Afinal, em termos de proteção de um suspeito inocente, um aumento de dois para três *fillers* é maior do que um aumento de cinco para seis, que por sua vez terá mais impacto do que um aumento de sete para oito (Wells et al., 2020).

Em alguns países, a *lineup* é constituída com mais de seis (EUA e Inglaterra, por exemplo) ou variam de oito a 10 membros (Austrália), por um lado ter 12 pessoas numa *lineup* seria menos eficaz do que uma com seis pessoas se os 11 membros de 12 não se encaixassem na descrição do suspeito ao comparar cinco membros numa *lineup* de seis pessoas se encaixassem na descrição. Por outro lado, quando os *fillers* correspondem ao suspeito, fornecem mais proteção ao suspeito inocente em relação a uma *lineup* de seis pessoas (em que todos os *fillers* fossem bons; Wells et al., 2020).

No entanto, à medida que o tamanho da escalação aumenta, também é cada vez mais difícil localizar *fillers* que se encaixem adequadamente na descrição do culpado (Wells et al., 2020).

Adicionar *fillers* extremamente pobres pode aumentar a confiança das testemunhas oculares em uma identificação errada (Charman et al., 2011). Além disso, existem preocupações sobre a perda potencial de identificações corretas do culpado se uma *lineup* se tornar muito grande (Wells et al., 2020).

3.5. Recomendação 5: instruções de pré-*lineup*

Esta foi uma das quatro recomendações originais feitas no artigo de revisão científica anterior (Wells et al., 1998) e possui como princípio subjacente: Ao convidar uma testemunha ocular para comparecer a um procedimento de *lineup*, a polícia não deve informar a testemunha sobre qualquer informação que a mesma ainda não tenha fornecido e certamente não deve sugerir que o suspeito que estará na *lineup* foi preso ou que o culpado estará presente no procedimento de identificação. A testemunha ocular deve ser instruída de que (a) o administrador da *lineup* não sabe qual pessoa é o suspeito e quais pessoas são *fillers*; (b) o culpado pode não estar na presente, então a resposta correta pode ser “ausente” ou “nenhum destes”; (c) se se sentirem incapazes de tomar uma decisão, têm a opção de responder “não sei”; (d) depois de tomar uma decisão, serão solicitadas a declarar o quão confiantes estão nessa decisão; e (e) a investigação continuará mesmo que nenhuma identificação seja feita (Wells et al., 2020).

A preocupação abordada por essa recomendação consiste na possibilidade de as testemunhas tenderem a fazer uma identificação positiva ao acreditarem, erroneamente, que o culpado está presente na *lineup*. A evidência mais convincente da utilidade desta instrução recomendada vem de estudos que comparam o desempenho de identificação obtido quando há instruções não tendenciosas (isto é, imparciais), como fornecer aviso de que o culpado pode ou não estar presente; com o

desempenho de identificação obtido em condições onde tal aviso não é fornecido ou implica fortemente ou mesmo afirma que o culpado está na *lineup* (Wells et al., 2020).

Os resultados das pesquisas sobre a instrução de testemunhas antes de assistirem a uma *lineup* têm implicações claras. Primeiro, ao convidar uma testemunha ocular para participar de um procedimento de *lineup*, a polícia não deve sugerir que um suspeito foi preso ou que o culpado estará presente no procedimento de identificação. Em segundo lugar, algumas testemunhas parecem ter o equívoco de que a investigação depende de sua decisão de identificação. Consequentemente, as testemunhas também devem ser informadas de que a investigação continuará, mesmo que nenhuma identificação seja feita. Terceiro, deve ficar bem claro para a testemunha que o culpado pode ou não estar na *lineup* e que não precisa selecionar nenhum dos membros da *lineup*, como também pode dizer que culpado não está presente ou que não sabe (evidência aponta que identificações positivas de um suspeito são mais diagnósticas quando são feitas na presença de uma opção não sei do que quando essa opção não existia; Weber & Perfect, 2012).

Por fim, Wells e colaboradores (2020) recomendam que, para além das testemunhas terem as instruções por escrito, o administrador da *lineup* leia as instruções em voz alta para as testemunhas, fazendo uma pausa após cada ponto para se certificar de que a testemunha entendeu cada ponto.

3.6. Recomendação 6: Obtenha uma declaração de confiança imediata

Esta foi uma das quatro recomendações originais feitas no artigo de revisão científica anterior (Wells et al., 1998) e possui como princípio subjacente: Uma declaração de confiança deve ser obtida das testemunhas assim que uma decisão de identificação (positiva ou negativa) for tomada (Wells et al., 2020).

Mais especificamente, esta declaração deve ser obtida assim que uma decisão de identificação positiva for tomada ou se a testemunha indicar que o culpado está ausente, disser que não sabe ou indicar que não tem certeza. Para administração de *lineup* duplo-cega, “imediato” significa que a declaração deve ser garantida apenas com o administrador cego na sala e antes que o detetive do caso ou qualquer outro indivíduo não-cego tenha permissão para entrar na sala (Wells et al., 2020).

Assim, o elemento-chave desta recomendação é a questão do registro da confiança de uma testemunha seja coletado imediatamente (Wells et al., 2020), porque mesmo que seja menos de 5 minutos que a testemunha retiver seu relato de confiança, pode prejudicar o valor preditivo da mesma, a menos que gaste esse tempo refletindo sobre as condições de testemunho e procedimento de identificação ou produzindo as razões pelas quais eles pode ter tomado uma decisão incorreta (Brewer et al., 2002).

A declaração de confiança pode ser registrada como uma resposta numérica (escala de 0% a 100% de confiança) ou como uma escala verbal (por exemplo, “talvez”, “positivo”). Caso nenhuma escala seja usada e as testemunhas usarem simplesmente suas próprias palavras, deve-se fazer um registro literal das declarações verbais da testemunha (Wells et al., 2020).

A testemunha deve saber que será solicitado esta declaração logo no começo do processo, quando foram comunicadas as instruções pré-*lineup*. Essas instruções ajudam a testemunha a evitar de tirar conclusões errôneas de que sua confiança só está sendo avaliada porque o administrador da *lineup* pensa que sua decisão está incorreta (Wells et al., 2020).

Esta recomendação é baseada no fato de que a confiança da testemunha ocular é uma pista útil para a exatidão da decisão da testemunha (Wells et al., 2020) quando as instruções não implicam a presença de um culpado (Quinlivan et al., 2012), a administração duplo-cega é usada, e *lineups* construídas de modo justo são apresentadas (Wixted & Wells, 2017). No entanto, a confiança como pista útil está em forte contraste com as exonerações de DNA (Garrett, 2011), o que põe em causa a

confiança como pista útil para exatidão considerando o fato das testemunhas mostrarem-se confiantes mesmo errando na identificação (Wells et al., 2020).

Uma resposta para este dilema está no fato de que os eventos pós-decisão intervenientes podem mudar dramaticamente os relatos das testemunhas sobre sua confiança de baixa no momento da identificação para alta no momento do julgamento. Como resultado, essas mudanças tornam os relatórios feitos mais tarde quase inúteis como pistas para a precisão. No entanto, se os relatórios de confiança forem feitos imediatamente após uma decisão de identificação, a integridade da confiança como uma indicação para a precisão é aprimorada consideravelmente (Wells et al., 2020).

Por isso que as estimativas imediatas de confiança são a única maneira de garantir que as variáveis de pós-identificação não contaminem os relatórios de confiança subsequentes (Wells et al., 2020). Como por exemplo, o *feedback* pós-identificação oferecido por um administrador de *lineup* na forma de um simples comentário confirmando a decisão da testemunha, pode aumentar drasticamente os relatos de confiança, por exemplo, 50% das testemunhas imprecisas que foram expostas a um comentário “ótimo, identificaste o suspeito” relataram que sua confiança era de 6 ou 7 em uma escala de 7 pontos em comparação com apenas 15% das testemunhas na condição controle (Wells & Bradfield, 1998).

Os relatórios das testemunhas contaminados podem moldar indevidamente as investigações preliminares desencadeando avaliações tendenciosas de peças de evidências subsequentes e/ou enviesando a integração das evidências contra o suspeito identificado (Wells et al., 2020). Por exemplo, uma testemunha que está altamente confiante em uma identificação errada pode fazer com que os investigadores vejam o álibi do suspeito como mais fraco do que seria de outra forma ou pode sugerir aos investigadores que suspendam a busca de outros suspeitos (Charman et al., 2019). Assim, gravar imediatamente a confiança de uma testemunha não só elimina o potencial de inflações de confiança subsequentes passarem despercebidas, como também demonstra se houve *feedback* de pós-

identificação e preserva pistas não-verbais das testemunhas, que podem sinalizar precisão (Matuku et al., 2018).

Um outro ponto a referir é que, de acordo com a recomendação sobre as instruções de pré-*lineup* e se o administrador de *lineup* seguir os procedimentos duplo-cegos, as testemunhas devem ser explicitamente informadas que o administrador não sabe quem é o suspeito (Wells et al., 2020), assim, caso o administrador faça comentários positivos vagos (p.e., “és uma boa testemunha”) diminuiria a probabilidade da testemunha interpretar o comentário como um *feedback* de confirmação (Dysart et al., 2012).

Assim, mesmo que os administradores implementem corretamente os procedimentos duplo-cegos e as instruções de pré-*lineup*, ainda é imperativo coletar relatórios de confiança imediatos porque as testemunhas podem encontrar feedback pós-identificação de várias outras maneiras (Wells et al., 2020), como por exemplo, o mero fato do caso seguir para julgamento é uma forma de confirmação de que uma identificação anterior estava correta (Berkowitz & Frenda, 2018; Wade et al., 2018).

3.7. Recomendação 7: gravação de vídeo

Princípio subjacente: Todo o procedimento de identificação, incluindo as instruções pré-*lineup* e a declaração de confiança da testemunha, deve ser gravado em vídeo (Wells et al., 2020).

Wells e colaboradores (2020) recomendam gravar toda a interação entre a polícia e a testemunha, desde as instruções pré-*lineup* até a conclusão do procedimento (isto é, quando a testemunha fornece declarações de identificação e de confiança). Assim, o vídeo deve capturar todos os recursos da administração, incluindo as interações entre o administrador da *lineup*, a testemunha e

os membros constituintes da *lineup* (sejam apresentados ao vivo ou por foto) e, em alguns casos, a partir de vários ângulos.

Kassin (1998), no artigo de revisão científica inicial de 1998, observou duas razões pelas quais a gravação em vídeo dos procedimentos de identificação deve ser considerada a melhor prática. Uma das razões é a possibilidade de os administradores aderirem cuidadosamente às melhores práticas e impedi-los de se envolverem em quaisquer práticas sugestivas. No entanto, esta questão foi examinada no contexto de práticas de interrogatório, pois Wells e colaboradores não encontraram estudos que testam diretamente se a gravação de vídeo pode mudar o comportamento dos administradores de procedimentos de identificação. Assim, num paradigma simulado de crime e interrogatório, os pesquisadores (Kassin et al., 2014) manipularam a real culpa-inocência de suspeitos que foram então submetidos a interrogatórios conduzidos por policiais que foram informados ou não sobre a gravação do pesquisador da sessão de interrogatório. Os resultados mostraram que os policiais na condição que sabiam da gravação foram menos propensos a usar táticas que aumentam as taxas de confissões falsas, como a minimização e maximização (sendo esta última não significativa). Além disso, os participantes-suspeitos (sabiam da manipulação da gravação do vídeo) relataram que os policiais que não sabiam da gravação tentaram mais vezes fazer com que eles confessassem, em comparação com os policiais que sabiam da gravação (Kassin et al., 2014). Assim, há evidências, embora fora da área das testemunhas oculares, que o procedimento policial de gravação de vídeo pode impedir comportamentos indesejáveis (Wells et al., 2020).

Em segundo lugar, os relatórios policiais sobre o que acontece durante um procedimento de identificação podem ser incompletos ou mesmo imprecisos, uma vez que se baseiam nas lembranças dos policiais sobre o que aconteceu durante o procedimento (Kassin, 1998). Como as memórias dos policiais estão sujeitas a erros cognitivos, incluindo interferência (Kane & Engle, 2000; Nairne, 2002) e intrusões de scripts mentais sobre o que geralmente ocorre (Greenberg et al., 1998; Kleider et al., 2008), como memórias de outras *lineups* realizadas ou roteiros mentais do que deveria ter acontecido

podem interferir no que um policial lembra e, conseqüentemente, relata sobre um procedimento de identificação. Isto aconteceu com um policial que testemunhou ter lido as instruções à testemunha, no entanto, a gravação de vídeo revelou improvisação que induziu sugestividade no procedimento. Esteja o policial tentando enganar intencionalmente ou ter genuinamente errado, o procedimento real pode ser facilmente revisado se for gravado em vídeo, e a falibilidade da memória não é mais um problema (Wells et al., 2020).

Além disso, a gravação em vídeo do procedimento tornará mais difícil para os policiais fabricarem intencionalmente seus relatórios do que ocorreu durante a administração da *lineup* (Wells et al., 2020), por exemplo, alguns estudos descobriram que alguns policiais intencionalmente deturpam eventos relacionados ao caso (Orfield, 1987, 1992; Slobogin, 1996). Também fornece informações sobre quanto tempo a testemunha levou para fazer uma identificação (Wells et al., 2020); mesmo que as estimativas do tempo sejam muitas vezes imprecisas (Yarmey, 2000), o tempo de identificação é um importante preditor da precisão da testemunha - identificações rápidas têm maior probabilidade de ser precisas (Sporer, 1992). Embora não haja nenhuma pesquisa que forneça um corte definitivo que permite distinguir identificações precisas de imprecisas (Brewer et al., 2006; Weber et al., 2004), ter um registro preciso do tempo que a testemunha levou para a identificação pode fornecer informações úteis para os investigadores (Wells et al., 2020).

Ainda mais, a gravação em vídeo do procedimento elimina a necessidade de confiar nas memórias de policiais ou testemunhas para o evento no julgamento. Em muitos casos, os detetives podem não ter de testemunhar durante as audiências se houver um vídeo disponível, economizando recursos e dinheiro da equipe por não ter que pagar policiais para comparecer ao tribunal. Também a juíza pode fazer uso da gravação revisando e avaliando a sugestividade do procedimento ela mesma, em vez de confiar nas caracterizações dos advogados sobre o procedimento com base em suas leituras de relatórios policiais e depoimentos de testemunhas. Ainda, os advogados de defesa podem revisar a gravação do vídeo para decidir se oferecem um argumento ou incentivar um cliente a aceitá-lo,

enquanto os promotores podem revisar a gravação do vídeo para avaliar a força de um caso e como proceder (Wells et al., 2020).

Por fim, há poucos dados sobre mudança de comportamento das testemunhas oculares e dos suspeitos quando são gravadas no processo de identificação de suspeito. No entanto há bons dados que indicam que os suspeitos não ficam inibidos e que as pessoas esquecem que estão sendo gravadas rapidamente (Kassin et al., 2019).

Em suma, tanto a lógica quanto as evidências empíricas disponíveis apóiam a recomendação de gravar em vídeo todos os procedimentos de identificação, registrando, assim, todas as informações relevantes sobre o procedimento, incluindo os comportamentos verbais e não verbais da testemunha, do administrador e dos membros da *lineup* fornece um registro completo e protege a polícia de alegações injustas de parcialidade quando o procedimento estava livre de sugestão (Wells et al., 2020).

3.8. Recomendação 8: Evite procedimentos de identificação repetidos com a mesma testemunha e suspeito

Deve-se evitar a repetição de um procedimento de identificação com o mesmo suspeito e testemunha ocular, independentemente de a testemunha ter identificado o suspeito no procedimento de identificação inicial (Wells et al., 2020).

Wells e colaboradores (2020) enfatizam a importância de focar na primeira identificação da testemunha, não importando o quão convincente possa parecer o argumento a favor de uma segunda identificação, pois, por exemplo, evidências mostram que identificações repetidas aumentam, artificialmente, os níveis de confiança das testemunhas (Shaw et al., 1997; Shaw & McClure, 1996).

3.9. Recomendação 9: *Showups*

Esta tese não tem como foco o *showup*, no entanto, achei interessante referir esta recomendação para aumentar as informações acerca desse tipo de procedimento de identificação de testemunhas.

Princípio subjacente: *Showups* devem ser evitados sempre que for possível conduzir uma *lineup* (por exemplo, se houver causa provável para prender a pessoa, então um *showup* não deve ser realizado). Casos em que seja necessário conduzir um *showup* devem usar as salvaguardas processuais recomendadas para *lineups*, incluindo a eliminação de pistas sugestivas, um aviso de que a pessoa detida pode não ser o culpado, gravando o procedimento em vídeo e garantindo a declaração de confiança (Wells et al., 2020).

No procedimento de identificação de *showups* não usam *fillers*, assim, um único indivíduo é apresentado à testemunha e é perguntado a ela se este indivíduo é a pessoa que cometeu o crime em questão (Wells et al., 2020). No entanto este procedimento foi fortemente criticado, por mais de 100 anos, como sendo extremamente sugestivos (Gross, 1911).

Contudo, ainda há apoiantes da admissibilidade dos *showups* (desde que a testemunha mostre evidências de confiabilidade de outras maneiras), como a Suprema Corte dos EUA. Para corroborar o seu apoio, a Corte listou cinco fatores que podem indicar que um procedimento sugestivo pode ser confiável: (1) a testemunha teve uma boa oportunidade de ver o culpado, (2) a testemunha prestou boa atenção enquanto testemunhava, (3) a testemunha deu uma boa descrição do culpado, (4) houve um pequeno atraso entre o evento testemunhado e a identificação, e (5) a testemunha fez a identificação com grande confiança (Wells et al., 2020). Esses critérios foram fortemente criticados por cientistas, que estudam sobre as testemunhas oculares, em uma variedade de aspectos, especialmente quando o procedimento era sugestivo (Wells & Quinlivan, 2009).

Entretanto, por vezes, há justificativa para permitir o uso de *showups*, como descrição adequada, proximidade do crime e logo após a ocorrência do mesmo (o que não caracteriza como suspeita baseada em evidências - recomendação 2), por exemplo, um indivíduo que se enquadra na descrição do culpado é detido nas proximidades do crime logo após a ocorrência do crime. Isto ocorre porque como a pessoa detida só pode ser retida por um período de tempo relativamente curto (se não houver motivos para prisão), assim, não há tempo suficiente para construir e conduzir um procedimento de *lineup*. Portanto, a menos que haja um causa provável para prisão da pessoa detida (ajustar descrição do culpado, por si só, não é motivo para prisão), a escolha não é entre conduzir uma *lineup* ou *showup*, mas sim entre conduzir um *showup* ou libertar a pessoa detida, criando, potencialmente, um risco para a segurança pública (Wells et al., 2020). Além disso, os *showups* podem resultar na exclusão rápida de pessoas inocentes como possíveis suspeitos (Wells et al., 2020), pois, nesses casos, a testemunha rejeita a pessoa detida como sendo culpado (Gonzalez et al., 1993), permitindo assim a continuação da busca pelo verdadeiro ofensor (Wells et al., 2020). No entanto, cerca de 15% das exonerações de DNA envolve *showups* como procedimento de identificação (West & Meterko, 2017).

Estudo que compararam *lineups* e *showups* revelaram que o primeiro é claramente superior em termos da capacidade do mesmo de distinguir entre suspeitos inocentes e culpados (por exemplo, Dekle et al., 1996; Gronlund et al., 2012; Mickes, 2015; meta-análise de Neuschatz et al., 2016). Adicionalmente, as testemunhas dão respostas de identificação mais afirmativas nas *lineups* do que nos *showups* (Gonzalez et al., 1993; Wells, 2001), talvez porque haja mais pessoas entre as quais escolher (Wells et al., 2020). No que toca identificações imprecisas, no *showup*, recaem sobre o suspeito inocente, enquanto nas *lineups*, tais escolhas imprecisas tendem a se espalhar entre *fillers* inocentes conhecidos (Smith et al., 2017; Wells, 2001) estes *fillers*, usados nas *lineups*, agem como uma salvaguarda, protegendo o suspeito inocente da identificação equivocada - esta proteção não existe no *showup* (Wixted & Mickes, 2014).

Com isso, Wells e colaboradores (2020) recomendam que os *showups* sejam evitados sempre que possível e, em seu lugar, conduzir uma *lineup*, por exemplo, caso haja uma causa provável para prender uma pessoa detida (p.e., estiver em posse de bens roubados ou com uma arma de fogo), deve-se prender esta pessoa em vez de fazer um *showup*; outros casos pode-se tentar ao máximo diminuir a ocorrência dos *showups*, como é o caso de varias testemunhas para o mesmo crime. Nesses casos, pode ser realizado um *showup* com uma das testemunhas e, se for feita uma identificação, a identificação passa a ser motivo de prisão. Assim, as testemunhas restantes podem ser preservadas para procedimentos mais confiáveis – *lineup*-, que devem ser conduzidos somente após a evidência ser desenvolvida conectando o suspeito à testemunha específica (Wells et al., 2020).

- Reduzindo a sugestividade

Embora *showups* sejam claramente menos confiáveis do que *lineups*, existem algumas maneiras de reduzir a sua sugestividade ao incorporar muitos dos recursos de um bom procedimento de *lineup* aos seus procedimentos (Wells et al., 2020). Primeiro, as instruções, por exemplo, pesquisas recentes descobriram que uma instrução pré-*showup* sobre oportunidades adicionais (isto é, antes da testemunha ver a pessoa detida, dizer que se ela não achar que esta pessoa é o culpado, terá outras oportunidades de ver outras pessoas) pode ser eficaz na redução de identificações erradas com pouca ou nenhuma redução nas identificações precisas (Eisen et al., 2017; Smith et al., 2018). A teoria por trás desta instrução de oportunidade refere que as testemunhas presumem que têm uma única oportunidade de identificar o culpado, o que as levam a estabelecer um baixo critério para fazer uma identificação (Wells et al., 2020).

Segundo solicitar às testemunhas oculares, que participaram de um procedimento de *showup*, que relatem sobre a confiança na sua identificação ou rejeição (Wells et al., 2020). Terceiro, os *showups* também devem ser gravados em vídeo começando antes da testemunha ser instruída e continuar até a declaração de confiança da testemunha, incluindo a presença no vídeo do policial, da

testemunha e do suspeito (Wells et al., 2020). Por fim, deve-se tomar cuidado para garantir que as testemunhas não ouçam conversas policiais que possam prejudicar o procedimento de identificação (Wells et al., 2020). Em um experimento com o paradigma de alto realismo para estudar identificações de *showup*, ouvir a sugestão de que o xerife tinha pego o “cara” aumentou significativamente as identificações falsas de *showups*, mas não afetou as identificações precisas dos culpados (Eisen et al., 2017).

As roupas costumam ser uma característica central da descrição de uma testemunha ocular que a polícia usa para encontrar uma pessoa que é detida para um *showup* (Wells et al., 2020). Aqui, a preocupação é a identificação ser feita com base principalmente nas roupas (Lindsay et al., 1987), assim, nesses casos que a detenção deve como base à descrição da roupa, deve-se considerar cobrir as roupas da pessoa com um cobertor para a identificação de *showup* (Wells et al., 2020).

Um outro ponto a referir é quando colocam a pessoa detida algemada ou no banco traseiro de uma viatura para o *showup*, pois pode sugerir à testemunha que a pessoa foi presa, o que por sua vez, pode sugerir que há provas contra a pessoa detida que vão além da simples descrição do suspeito (Wells et al., 2020). Portanto, segundo Wells e colaboradores (2020), a menos que haja motivos para acreditar que a pessoa detida representa um risco de fuga, esses tipos de restrições devem ser evitados durante um *showup*.

Limites severos de salvaguardas com showups. Obviamente, existem algumas proteções críticas que podem ser usadas com *lineups* que não podem ser usadas com *showups*, como (a) *showups* não usam *fillers* – proteção fundamental; (b) não podem ser duplamente cegas nem simples cegas (isto é, só o administrador sabe quem é o suspeito), pois tanto o administrador do *showup* como a testemunha sabem que é o suspeito, ou seja, a pessoa que está sendo apresentada à testemunha (Wells et al., 2020).

Identificações em tribunal como showups. Há um procedimento comum de tribunal conhecido como identificação no tribunal (ou identificação de doca) em que uma testemunha ocular no

depoimento é questionada se pode identificar o culpado no tribunal. Como o réu (culpado) normalmente está sentado à mesa do advogado de defesa sozinho, ou seja, sem que haja *fillers* de inocentes conhecidos que se encaixam na descrição do culpado, esta identificação é extremamente análoga a um *showup*. No que toca à sugestividade, esta identificação no tribunal é ainda mais sugestiva, porque (a) é claro para a testemunha que o réu já foi indiciado e (b) geralmente, a testemunha já identificou o réu em um procedimento prévio ao tribunal, o que significa que a identificação no tribunal é uma identificação repetida que vai diretamente contra a Recomendação 8. Caso a testemunha não tenha identificado o réu num procedimento pré-judicial adequado, a identificação no tribunal, que apresenta uma natureza de *showup*, não deve ser considerada uma alternativa aceitável para uma *lineup* construída e conduzida de maneira adequada. O baixo valor probatório de uma identificação em tribunal levanta sérias preocupações de que seu valor prejudicial exceda seu valor probatório (Wells et al., 2020).

4. Grau de adoção das recomendações nos Estados Unidos da América (EUA)

Desde o artigo de revisão científica de 1998, várias agências, órgãos governamentais e organizações propuseram diretrizes para coletar e preservar evidências de identificação de testemunhas oculares. Além disso, um grande conjunto de diretrizes de reforma em todo o país foi promulgado que vai desde as recomendações dos departamentos de justiça estaduais (por exemplo, Wisconsin), a mandatos de tribunais (por exemplo, Oregon), às leis aprovadas por legislaturas estaduais (por exemplo, Carolina do Norte; Wells et al., 2020).

Atualmente, nos EUA, existem 21 estados que exigem reformas por meio de uma ou mais dessas recomendações (por exemplo, Illinois, Oregon, New Jersey, Carolina do Norte, Nova York e Wisconsin). Em outros estados, como Havaí, Minnesota, Washington, e Rhode Island, os departamentos de polícia nas principais áreas metropolitanas reformularam seus procedimentos (Wells et al., 2020).

Esta reforma dos procedimentos de identificação de testemunhas oculares foi uma reação em cadeia que remonta ao artigo de revisão científica de 1998, ao guia do Departamento de Justiça em 1999 e ao primeiro estado a adotar reformas (New Jersey em 2001). Cada jurisdição modelou suas reformas em torno daquelas que a precederam e, portanto, incluem as quatro recomendações principais que foram apresentadas no artigo de revisão científica original de 1998 (ou seja, instruções de pré-*lineup*, como selecionar *fillers* para a *lineup*, a necessidade de coletar uma medida da confiança da testemunha no momento da identificação e o uso de um procedimento duplo-cego; Wells et al., 2020).

Enquanto uma série de jurisdições implementaram ou pelo menos começaram a implementar as melhores práticas em relação à identificação de testemunhas oculares, a pesquisa sugere que a maioria das jurisdições ainda não implementou totalmente todas as recomendações (*Police Executive Research Forum* [PERF], 2013). Este estudo sugere que algumas recomendações foram implementadas em maior extensão do que outras. Por exemplo, 84% das agências que usam *lineups* de fotos e 88 % das agências que usam *lineups* ao vivo instruem as testemunhas ou vítimas que o perpetrador pode não estar presente antes de ver as *lineups* (PERF, 2013). Menos de 10% das agências pesquisadas, no entanto, relatam o uso de procedimentos de administração cega em *lineup* ao vivo e apenas cerca de 30% empregam essa precaução com *lineup* de fotos (PERF, 2013). Apenas cerca de um terço das agências respondentes relatam que usam procedimentos de identificação de *lineup* sequencial em todos os procedimentos, mas quase três quartos das agências indicaram que documentam declarações de confiança com identificações positivas (PERF, 2013).

No entanto, mesmo onde as políticas foram adotadas, a implementação às vezes é incompleta (como renovar as instruções dadas às testemunhas oculares antes de uma *lineup*, mas não mudar a administração da *lineup*), enquanto mais de 40% das agências relataram não ter feito mudanças em suas políticas e procedimentos de *lineup* (PERF, 2013). Além disso, muitas agências não têm políticas escritas e não fornecem aos policiais instruções abrangentes e padronizadas ao conduzir *lineups* de

fotos ou ao vivo (PERF, 2013). Adicionalmente, mais de 30% das agências não fornecem treinamento em como conduzir uma *lineup* de fotos e mais da metade não oferece treinamento em como conduzir uma *lineup* ao vivo (PERF, 2013).

Ainda, algumas jurisdições levantaram questões práticas sobre a implementação de algumas recomendações, como a administração duplo-cega. Aqui, a polícia expressou preocupações com o fato de um administrador cego não estar em posição de reconhecer informações relevantes durante o procedimento de identificação, o que poderia resultar na falha em reconhecer informações potencialmente justificativas que devem ser divulgadas à defesa; ainda há a preocupação se vai interromper o relacionamento construído entre um investigador e uma testemunha, principalmente no momento crucial em que a vítima de um crime violento enfrenta seu agressor, e ainda, o uso de administradores cegos, em algumas jurisdições, exigem mais tempo do oficial na estação, tanto para os investigadores (para encontrar e esperar por um administrador cego) quanto para o oficial agir como um administrador cego (Mecklenburg, 2006).

Embora os experimentos laboratoriais forneçam vantagens (como isolar os efeitos das variáveis do sistema), uma limitação desta linha de pesquisa é que ela não tem, com poucas exceções, examinado dados de campo em procedimentos de identificação de testemunhas oculares (Wells et al., 2016). Segundo Turtle e colaboradores (2008), é seguro dizer que muitos artigos publicados em relação às testemunhas oculares terminam com uma recomendação para acompanhar uma descoberta baseada em laboratório ou um ponto baseado em lógica/estatística, com pouca pesquisa de campo complementar. Isto é importante, pois uma recomendação feita por meio de experimentos laboratoriais pode não corresponder com o processo de identificação de suspeitos na vida real. Por exemplo, num estudo conduzido em Illinois em 2006, sugere que as *lineups* sequenciais cegas levam a uma taxa reduzida de identificações de suspeitos, bem como a uma taxa aumentada de falsos erros conhecidos (pelas pesquisas feitas em laboratório), o que vai de encontro com o que os cientistas sociais previram (Mecklenburg, 2006). No entanto, alguns pesquisadores questionaram a

metodologia do estudo de Illinois e aconselharam os pesquisadores a realizar estudos de campo adicionais para determinar qual procedimento de *lineup* produz os resultados mais confiáveis (Schacter et al, 2007; Ross & Malpass , 2008; Steblay, 2010).

Assim, com pouca investigação de campo que compara os efeitos das recomendações com as variáveis do sistema e, com isso, o estudo de outros vieses que podem contribuir para que, mesmo que estas medidas sejam implementadas seu impacto seja pequeno, surge a questão de até que ponto essas recomendações realmente diminuem a identificação equivocada e o CRE. Um exemplo de viés é o *implicit bias*, i. e., são preconceitos implícitos ou inconscientes que envolvem associações automáticas a certos grupos de pessoas que afetam a maneira como os indivíduos respondem ao grupo-alvo. São inconscientes no sentido de que estão tão profundamente enraizados em nossa psique e normalizados na sociedade que não se percebe que o preconceito teve um efeito sobre o comportamento (Applebaum, 2018). A questão é ficar ciente dos vieses quando tais associações são prejudiciais e discriminatórias e aprender como neutralizar sua operação (Devine 1989; Banaji et al. 1993; Greenwald & Banaji 1995; Devine & Monteith 1999; Dovidio & Gaertner 2004). Aqui, entra o treinamento do *implicit bias* que envolve programas projetados para aumentar a consciência destes preconceitos implícitos e seu impacto no comportamento (Applebaum, 2018).

5. Considerações finais

Identificar objetos e pessoas faz parte do dia-a-dia. No entanto, há uma tendência de identificar mais facilmente pessoas da sua própria raça. Este fenômeno é conhecido como CRE e ocorre no momento do crime, ou seja, na fase da codificação. No entanto, como não sabemos quando o crime irá acontecer, não conseguimos agir de forma a minimizar ou evitar o CRE. Entretanto, há procedimentos que podem ser implementados no momento pós-codificação que contribuem para minimizar os efeitos nefastos do CRE na identificação de suspeitos.

Com isso, esta tese tem o objetivo de: (a) fornecer uma revisão sobre o fenômeno do *Cross-Race effect*; (b) abordar sobre as variáveis que o influencia na identificação de testemunhas oculares na *lineup*, ou seja, na fase de recuperação, (c) fornecer um background sobre pesquisas nas áreas de percepção, memória, influência social e tomada de decisão que podem informar como tem que construir e apresentar a *lineup*; (d) assim, documentar a ciência relevante, quando disponível; (e) apresentar meios de contornar o CRE apresentando recomendações e justificativas para cada uma e (f) e ainda pode ser um recurso útil de língua portuguesa para desenvolver e implementar formações policiais, com o intuito de ensinar por que certos procedimentos são recomendados para a elaboração e condução de procedimentos de identificação de testemunhas oculares, em vez de simplesmente instruir sobre como conduzir esses procedimentos, facilitando, possivelmente, a aceitação e utilização das *guidelines* (isto é, um guia de boas práticas) pelos agentes, principalmente os que já têm uma atividade profissional intensa. O que contribui para uma menor probabilidade de identificações incorretas; uma menor chance de um indivíduo ser preso indevidamente e dos perpetradores permanecerem soltos e diminuir a deterioração da confiança pública no sistema de justiça (Wilson et al., 2016).

Limitações. Há aspectos que não foram abordados ou que não foram abordados de modo extensivo, como por exemplo, o *implicit bias*. Também, infelizmente, não consegui obter informações sobre as práticas nem sobre as *guidelines* usadas pelo sistema judicial português, por isso, não foi feito uma análise dos mesmos.

Linhas futuras de investigação. Partindo de uma limitação e visto que a literatura do *Cross-Race Effect*, suas implicações e aplicações de recomendações para o amenizar são baseados no modelo jurídico, principalmente dos EUA, seria interessante desenvolver *guidelines* simples e de natureza prescritiva que seja reconhecido e implementado pelo próprio sistema judicial português, podendo usar como base as recomendações aqui descritas.

Referências Bibliográficas:

- Abshire, J., & Bornstein, B. H. (2003). Juror sensitivity to the cross-race effect. *Law and Human Behavior*, 27(5), 471-480.
- Ackil, J. K., & Zaragoza, M. S. (1998). Memorial consequences of forced confabulation: Age differences in susceptibility to false memories. *Developmental Psychology*, 34, 1358–1372. <http://dx.doi.org/10.1037/0012-1649.34.6.1358>
- Adams, R. B., Jr., Pauker, K., & Weisbuch, M. (2010). Looking the other way: The role of gaze direction in the cross-race memory effect. *Journal of Experimental Social Psychology*, 46, 478-481.
- Applebaum, B. (2018). Remediating Campus Climate: Implicit Bias Training is Not Enough. *Studies in Philosophy and Education*. doi:10.1007/s11217-018-
- Banaji, M.R., C. Hardin, and A.J. Rothman. (1993). Implicit stereotyping in person judgment. *Journal of Personality and Social Psychology* 65: 272–281.
- Bartlett, F.C. (1932). *Remembering: A study in experimental and social psychology*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Behrman, B. W., & Davey, S. L. (2001). Eyewitness identification in actual criminal cases: An archival analysis. *Law and Human Behavior*, 25, 475–491. <http://dx.doi.org/10.1023/A:1012840831846>
- Bergold, A. N., & Heaton, P. (2018). Does filler database size influence identification accuracy? *Law and Human Behavior*, 42, 227–243. [http:// dx.doi.org/10.1037/lhb0000289](http://dx.doi.org/10.1037/lhb0000289)
- Berkowitz, S. R., & Frenda, S. J. (2018). Rethinking the confident eyewitness: A reply to Wixted, Mickes, & Fisher. *Perspectives on Psychological Science*, 13, 336–338. <http://dx.doi.org/10.1177/1745691617751883>
- Berkowitz, S. R., & Loftus, E. F. (2018). Misinformation in the courtroom. In H. Otgaar & M. L. Howe (Eds.), *Finding the truth in the courtroom: Dealing with deception, lies*.

- Bernstein, M. J., Young, S. G., & Hugenberg, K. (2007). The cross- category effect: Mere social categorization is sufficient to elicit an own-group bias in face recognition. *Psychological Science*, 18, 706-712.
- Bornstein, B. H., Laub, C. E., Meissner, C. A., & Susa, K. J. (2013). The cross-race effect: Resistant to instructions. *Journal of Criminology*, 2013.
- Bradfield, A. L., Wells, G. L., & Olson, E. A. (2002). The damaging effect of confirming feedback on the relation between eyewitness certainty and identification accuracy. *Journal of Applied Psychology*, 87, 112–120. <http://dx.doi.org/10.1037/0021-9010.87.1.112>
- Brewer, M. B. (1988). A dual process model of impression formation. In T. K. Srull & R. S. Wyer (Eds.), *Advances in social cognition* (Vol. 1, pp. 1–36). Mahwah, NJ: Lawrence Erlbaum Associates, Inc.
- Brewer, N., Caon, A., Todd, C., & Weber, N. (2006). Eyewitness identification accuracy and response latency. *Law and Human Behavior*, 30, 31–50. <http://dx.doi.org/10.1007/s10979-006-9002-7>
- Brewer, N., Keast, A., & Rishworth, A. (2002). The confidence-accuracy relationship in eyewitness identification: The effects of reflection and disconfirmation on correlation and calibration. *Journal of Experimental Psychology: Applied*, 8, 44–56. <http://dx.doi.org/10.1037/1076-898X.8.1.44>
- Brewer, N., Vagadia, A. N., Hope, L., & Gabbert, F. (2018). Interviewing witnesses: Eliciting coarse-grain information. *Law and Human Behavior*, 42, 458–471. <http://dx.doi.org/10.1037/lhb0000294>
- Brewer, N., Weber, N., & Semmler, C. (2005). Eyewitness identification. In N. Brewer & K. D. Williams (Eds.), *Psychology and law: An empirical perspective* (pp. 177–221). New York, NY: Guilford Press.
- Brewer, N., & Wells, G. L. (2006). The confidence-accuracy relationship in eyewitness

- identification: Effects of lineup instructions, foil similarity, and target-absent base rates. *Journal of Experimental Psychology: Applied*, 12, 11–30. <http://dx.doi.org/10.1037/1076-898X.12.1.11>
- Brigham, J. C. (1981). Accuracy of eyewitness evidence: How do attorneys see it? *Social Action and the Law*, 7, 76–79.
- Brigham, J. C., & Barkowitz, P. (1978). Do “they all look alike?” The effect of race, sex, experience, and attitudes on the ability to recognize faces. *Journal of Applied Social Psychology*, 8, 306–318.
- Brigham, J. C., Bennett, L. B., Meissner, C. A., & Mitchell, T. L. (2007). The influence of race on eyewitness memory.
- Brigham, J. C., & Bothwell, R. K. (1983). The ability of prospective jurors to estimate the accuracy of eyewitness identifications. *Law and Human Behavior*, 7, 19–30.
- Brigham, J. C., Maass, A., Snyder, L. D., & Spaulding, K. (1982). The accuracy of eyewitness identifications in a field setting. *Journal of Personality and Social Psychology*, 42, 673–681.
- Brigham, J. C., & Malpass, R. S. (1985). The role of experience and contact in the recognition of faces of own-and other-race persons. *Journal of social issues*, 41(3), 139-155.
- Brigham, J. C., & Williamson, N. L. (1979). Cross-racial recognition and age: When you're over 60, do they still "all look alike?". *Personality and Social Psychology Bulletin*, 5(2), 218-222.
- Brown, C., Lloyd-Jones, T. J., & Robinson, M. (2008). Eliciting person descriptions from eyewitnesses: A survey of police perceptions of eye-witness performance and reported use of interview techniques. *The European Journal of Cognitive Psychology*, 20, 529–560. <http://dx.doi.org/10.1080/09541440701728474>
- Brown, E., Deffenbacher, K., & Sturgill, W. (1977). Memory for faces and the

- circumstances of the encounter. *Journal of Applied Psychology*, 62, 311–318.
<http://dx.doi.org/10.1037/0021-9010.62.3.311>
- Carlson, C. A., Gronlund, S. D., & Clark, S. E. (2008). Lineup composition, suspect position, and the sequential lineup advantage. *Journal of Experimental Psychology: Applied*, 14, 118–128.
- Carlson, C. A., Jones, A. R., Whittington, J. E., Lockamy, R. F., Carlson, M. A., & Wooten, A. R. (2019). Lineup fairness: Propitious heterogeneity and the diagnostic feature-detection hypothesis. *Cognitive Research: Principles and Implications*, 4, 20–26.
<http://dx.doi.org/10.1186/s41235-019-0172-5>
- Carroo, A. W. (1986). Other race recognition: A comparison of Black American and African subjects. *Perceptual and Motor Skills*, 62, 135–138.
- Carroo, A. W. (1987). Recognition of faces as a function of race, attitudes, and reported cross-racial friendships. *Perceptual and Motor Skills*, 64, 319–325.
- Chance, J. E., & Goldstein, A. G. (1996). The other-race effect and eyewitness identification. In S. L. Sporer, R. S. Malpass, & G. Koehnken (Eds.), *Psychological issues in eyewitness identification* (pp. 153–176). Mahwah, NJ: Lawrence Erlbaum.
- Charman, S. D., Douglass, A. B., & Mook, A. (2019). Cognitive bias in forensic decision making. In N. Brewer & A. B. Douglass (Eds.), *Psychological science and the law* (pp. 30–53). New York, NY: Guilford Press.
- Charman, S. D., Matuku, K., & Mook, A. (2019). Non-blind lineup administration biases administrator's interpretation of ambiguous witness statements and their perceptions of the witness. *Applied Cognitive Psychology*, 33, 1260–1270. <http://dx.doi.org/10.1002/acp.3579>
- Charman, S. D., & Quiroz, V. (2016). Blind sequential lineup administration reduces both false identifications and confidence in those false identifications. *Law and Human Behavior*, 40, 477–487. <http://dx.doi.org/10.1037/lhb0000197>

- Charman, S. D., Wells, G. L., & Joy, S. W. (2011). The dud effect: Adding highly dissimilar fillers increases confidence in lineup identifications. *Law and Human Behavior*, 35, 479–500. <http://dx.doi.org/10.1007/s10979-010-9261-1>
- Chiroro, P., & Valentine, T. (1996). An investigation of the contact hypothesis of the own-race bias in face recognition. *Quarterly Journal of Experimental Psychology*, 48A, 879–894.
- Clark, S. E., Brower, G. L., Rosenthal, R., Hicks, J. M., & Moreland, M. B. (2013). Lineup administrator influences on eyewitness identification and eyewitness confidence. *Journal of Applied Research in Memory & Cognition*, 2, 158–165. <http://dx.doi.org/10.1016/j.jarmac.2013.06.003>
- Clarke, C., Milne, R., & Bull, R. (2011). Interviewing suspects of crime: The impact of PEACE training, supervision and the presence of a legal advisor. *Journal of Investigative Psychology and Offender Profiling*, 8, 149–162. <http://dx.doi.org/10.1002/jip.144>
- Colloff, M. F., Wade, K. A., & Strange, D. (2016). Unfair lineups make eyewitnesses more likely to confuse innocent and guilty suspects. *Psychological Science*, 27, 1227–1239. <http://dx.doi.org/10.1177/0956797616655789>
- Corey, D., Malpass, R. S., & McQuiston, D. E. (1999). Parallelism in eyewitness and mock witness identifications. *Applied Cognitive Psychology*, 13, S41–S58.
- Corneille, O., Huart, J., Becquart, E., & Bredart, S. (2004). When memory shifts toward more typical category exemplars: Accentuation effects in the recollection of ethnically ambiguous faces. *Journal of Personality and Social Psychology*, 86, 236–250.
- Crombag, H. F., Wagenaar, W. A., & Van Koppen, P. J. (1996). Crashing memories and the problem of ‘source monitoring’. *Applied Cognitive Psychology*, 10, 95–104.
- Cross, J. F., Cross, J., & Daly, J. (1971). Sex, race, age, and beauty as factors in recognition of faces. *Perception and Psychophysics*, 10, 393–396.
- Cutler, B. L., Penrod, S. D., & Martens, T. K. (1987). Improving the reliability of

eyewitness identification: Putting context into context. *Journal of Applied Psychology*, 72, 629–637.

Darling, S., Valentine, T., & Memon, A. (2008). Selection of lineup foils in operational contexts. *Applied Cognitive Psychology*, 22, 159–168. <http://dx.doi.org/10.1002/acp.1366>

Deffenbacher, K. A., Bornstein, B. H., & Penrod, S. D. (2006). Mugshot exposure effects: Retroactive interference, source confusion, and unconscious transference. *Law and Human Behavior*, 30, 287–307. <http://dx.doi.org/10.1007/s10979-006-9008-1>

Deffenbacher, K. A., & Loftus, E. F. (1982). Do jurors share a common understanding concerning eyewitness behavior? *Law and Human Behavior*, 6, 15–30.

De Heering, A., De Liedekerke, C., Deboni, M., & Rossion, B. (2010). The role of experience during childhood in shaping the other-race effect. *Developmental Science*, 13, 181–187.

Dekle, D. J., Beal, C. R., Elliot, R., & Huneycutt, D. (1996). Children as witnesses: A comparison of lineup versus showup identification methods. *Applied Cognitive Psychology*, 10, 1–12. [http://dx.doi.org/10.1002/\(SICI\)1099-0720\(199602\)10:1<1::AID-ACP354>3.0.CO;2-Y](http://dx.doi.org/10.1002/(SICI)1099-0720(199602)10:1<1::AID-ACP354>3.0.CO;2-Y)

Demarchi, S., & Py, J. (2009). A method to enhance person description: A field study. In R. Bull, T. Valentine, & T. Williamson (Eds.), *Handbook of psychology of investigative interviewing: Current developments and future directions* (pp. 241–256). Chichester, UK: Wiley. <http://dx.doi.org/10.1002/9780470747599.ch14>

Demarchi, S., Py, J., Groud-Than, S., Parain, T., & Brunel, M. (2013). Describing a face without overshadowing effect: Another benefice of the Person Description Interview. *Psychologie Française*, 58, 123–133. <http://dx.doi.org/10.1016/j.psfr.2013.01.002>

Devine, P.G. (1989). Stereotypes and prejudice: Their automatic and controlled components. *Journal of Personality and Social Psychology* 56: 5–18.

- Devine, P.G., and M.J. Monteith. (1999). Automaticity and control in stereotyping. In *Dual-process theories in social psychology*, ed. S. Chaiken and Y. Trope, 339–360. New York: Guilford Press.
- Diamond, R., & Carey, S. (1986). Why faces are and are not special: An effect of expertise. *Journal of Experimental Psychology: General*, 115, 107-117.
- Douglass, A. B., Brewer, N., Semmler, C., Bustamante, L., & Hiley, A. (2013). The dynamic interaction between eyewitnesses and interviewers: The impact of differences in perspective on memory reports and inter-viewer behavior. *Law and Human Behavior*, 37, 290–301. <http://dx.doi.org/10.1037/lhb0000034>
- Douglass, A. B., Smith, C., & Fraser-Thill, R. (2005). A problem with double-blind photospread procedures: Photospread administrators use one eyewitness's confidence to influence the identification of another eyewitness. *Law and Human Behavior*, 29, 543–562. <http://dx.doi.org/10.1007/s10979-005-6830-9>
- Dovidio, J.F., and S.L. Gaertner. (2004). Aversive racism. In *Advances in experimental social psychology*, vol. 36, ed. M.P. Zanna, 1–51. San Diego, CA: Academic Press.
- Dysart, J. E., Lindsay, R. C. L., Hammond, R., & Dupuis, P. (2001). Mug shot exposure prior to lineup identification: Interference, transference, and commitment effects. *Journal of Applied Psychology*, 86, 1280– 1284. <http://dx.doi.org/10.1037/0021-9010.86.6.1280>
- Eisen, M. L., Gabbert, F., Ying, R., & Williams, J. (2017). “I think he had a tattoo on his neck”: How co-witness discussions about a perpetrator's description can affect eyewitness identification decisions. *Journal of Applied Research in Memory & Cognition*, 6, 274–282. <http://dx.doi.org/10.1016/j.jarmac.2017.01.009>
- Eisen, M., Skeritt-Perta, A., Jones, J. M., Owen, J., & Cedre, G. C. (2017). Pre-admonition suggestion in live showups: When witnesses learn that the cops caught “the” guy. *Applied Cognitive Psychology*, 31, 520–529. <http://dx.doi.org/10.1002/acp.3349>

- Eisen, M., Smith, A. M., Olaguez, A. P., & Skeritt-Perta, A. S. (2017). An examination of showups conducted by law enforcement using a field- simulation paradigm. *Psychology, Public Policy, and Law*, 23, 1–22. <http://dx.doi.org/10.1037/law0000115>
- Elliott, E. S., Wills, E. J., & Goldstein, A. G. (1973). The effects of discrimination training on the recognition of White and Oriental faces. *Bulletin of the Psychonomic Society*, 2, 71–73.
- Ellis, H. D., Deregowski, J. B., & Shepherd, J. W. (1975). Descriptions of White and Black faces by White and Black subjects. *International Journal of Psychology*, 10, 119–123.
- Ellis, H. D., Shepherd, J. W., & Davies, G. M. (1980). The deterioration of verbal descriptions of faces over different delay intervals. *Journal of Police Science and Administration*, 8, 101–106.
- Fahsing, I. A., Ask, K., & Granhag, P. A. (2004). The man behind the mask: Accuracy and predictors of eyewitness offender descriptions. *Journal of Applied Psychology*, 89, 722–729. <http://dx.doi.org/10.1037/0021-9010.89.4.722>
- Fisher, R. P., & Geiselman, R. E. (1992). *Memory-enhancing techniques for investigative interviewing: The cognitive interview*. Springfield, IL: Charles C Thomas.
- Fiske, S. T., & Neuberg, S. L. (1990). A continuum of impression formation, from category-based to individuating processes: Influences of information and motivation on attention and interpretation. In J. M. Olson & M. P. Zanna (Eds.), *Advances in experimental social psychology* (Vol. 44, pp. 1–74). New York: Academic Press.
- Fitzgerald, R. J., Price, H. L., Oriet, C., & Charman, S. D. (2013). The effect of suspect-filler similarity on eyewitness identification decisions: A meta-analysis. *Psychology, Public Policy, and Law*, 19, 151–164. <http://dx.doi.org/10.1037/a0030618>
- Flowe, H. D., Takarangi, M. K. T., Humphries, J. E., & Wright, D. S. (2016). Alcohol

and remembering a hypothetical sexual assault: Can people who were under the influence of alcohol during the event provide accurate testimony? *Memory*, 24, 1042–1061.
<http://dx.doi.org/10.1080/09658211.2015.1064536>

Freeman, J. B., Ambady, N., & Holcomb, P. J. (2010). The face- sensitive N170 encodes category information. *Neuroreport*, 21, 24-28.

Gabbert, F., & Hope, L. (2013). Suggestibility and memory conformity. In A. M. Ridley, F. Gabbert, & D. J. La Rooy (Eds.), *Suggestibility in legal contexts: Psychological research and forensic implications* (pp. 63– 84). London, UK: Wiley-Blackwell.

Gabbert, F., Memon, A., & Allan, K. (2003). Memory conformity: Can eyewitnesses influence each other's memories for an event? *Applied Cognitive Psychology*, 17, 533–543.
<http://dx.doi.org/10.1002/acp.885>

Gabbert, F., Memon, A., Allan, K., & Wright, D. B. (2004). Say it to my face: Examining the effects of socially encountered misinformation. *Legal and Criminological Psychology*, 9, 215–227. <http://dx.doi.org/10.1348/1355325041719428>

Garrett, B. (2011). *Convicting the innocent: Where criminal prosecutions go wrong*. Cambridge, MA: Harvard University Press. <http://dx.doi.org/10.4159/harvard.9780674060982>

Garrioch, L., & Brimacombe, C. A. E. (2001). Lineup administrators' expectations: Their impact on eyewitness confidence. *Law and Human Behavior*, 25, 299–315.
<http://dx.doi.org/10.1023/A:1010750028643>

Gauthier, I., Williams, P., Tarr, M. J., & Tanaka, J. (1998). Training “greeble” experts: A framework for studying expert object recognition processes. *Vision Research*, 38, 2401-2428.

Gil, R. (2007). *Neuropsicologia*. São Paulo: Livraria Santos Editora Ltda, 2a ed.

Godfrey, R. D., & Clark, S. E. (2010). Repeated eyewitness identification procedures:

Memory, decision making, and probative value. *Law and Human Behavior*, 34, 241–258.

<http://dx.doi.org/10.1007/s10979-009-9187-7>

Goldsmith, W. W., & Blakely, E. J. (2010). *Separate societies: Poverty and inequality in*

U.S. Cities. Philadelphia: Temple.

Goldstein, A. G., & Chance, J. E. (1985). Effects of training on Japanese face recognition:

Reduction of the other-race effect. *Bulletin of the Psychonomic Society*, 23, 211–214.

Gonzalez, R., Ellsworth, P. C., & Pembroke, M. (1993). Misidentifications and failures

to identify in lineups and showups. *Journal of Personality and Social Psychology*, 64, 525–

537. <http://dx.doi.org/10.1037/0022-3514.64.4.525>

Granhag, P. A., Ask, K., & MacGiolla, E. (2013). Eyewitness recall: An overview of

estimator-based research. In T. J. Perfect & D. S. Lindsay (Eds.), *SAGE handbook of applied memory* (pp. 35–55). Los Angeles, CA: SAGE Publications.

Granhag, P. A., Ask, K., Rebelius, A., Öhman, L., & MacGiolla, E. (2013). ‘I saw the

man who killed Anna Lindh!’ An archival study of witnesses’ offender

descriptions. *Psychology, Crime & Law*, 19, 921–931. <http://dx.doi.org/10.1080/1068316X.2012.719620>

Greathouse, S. M., & Kovera, M. B. (2009). Instruction bias and lineup presentation

moderate the effects of administrator knowledge on eye-witness identification. *Law and*

Human Behavior, 33, 70–82. <http://dx.doi.org/10.1007/s10979-008-9136-x>

Greenberg, M. S., Westcott, D. R., & Bailey, S. E. (1998). When believing is seeing: The

effect of scripts on eyewitness memory. *Law and Human Behavior*, 22, 685–694.

<http://dx.doi.org/10.1023/A:1025758807624>

Greenwald, A.G., and M.R. Banaji. (1995). Implicit social cognition: Attitudes, self-esteem, and

stereotypes. *Psychological Review* 102(1): 4–27.

- Gronlund, S. D., Carlson, C. A., Neuschatz, J. S., Goodsell, C. A., Wetmore, S., Wooten, A., & Graham, M. (2012). Showups versus lineups: An evaluation using ROC analysis. *Journal of Applied Research in Memory & Cognition*, 1, 221–228. <http://dx.doi.org/10.1016/j.jarmac.2012.09.003>
- Gross, H. (1911). *Criminal psychology: A manual for judges, practitioners, and students*. Boston, MA: Little, Brown.
- Hancock, K. J., & Rhodes, G. (2008). Contact, configural coding and the other-race effect in face recognition. *British Journal of Psychology*, 99, 45-56.
- Harris, M. J., & Rosenthal, R. (1985). Mediation of interpersonal expectancy effects: 31 meta-analyses. *Psychological Bulletin*, 97, 363–386. <http://dx.doi.org/10.1037/0033-2909.97.3.363>
- Haw, R. M., Dickinson, J. J., & Meissner, C. A. (2007). The phenomenology of carryover effects between show-up and line-up identification. *Memory*, 15, 117–127. <http://dx.doi.org/10.1080/09658210601171672>
- Havard, C., Memon, A., & Humphries, J. E. (2017). The own-race bias in child and adolescent witnesses: Evidence from video line-ups. *International Journal of Police Science & Management*, 19(4), 261-272.
- Havard, C., Richter, S., & Thirkettle, M. (2019). Effects of changes in background colour on the identification of own-and other-race faces. *i-Perception*, 10(2), 2041669519843539.
- Hehman, E., Mania, E. W., & Gaertner, S. L. (2010). Where the division lies: Common ingroup identity moderates the cross-race facial-recognition effect. *Journal of Experimental Social Psychology*, 46, 445-448.
- Hinz, T., & Pezdek, K. (2001). The effect of exposure to multiple lineups on face

identification accuracy. *Law and Human Behavior*, 25, 185–198.

<http://dx.doi.org/10.1023/A:1005697431830>

Hope, L., & Wright, D. (2007). Beyond unusual? Examining the role of attention in the weapon focus effect. *Applied Cognitive Psychology*, 21, 951–961.

Horry, R., Memon, A., Wright, D. B., & Milne, R. (2012). Predictors of eyewitness identification decisions from video lineups in England: A field study. *Law and Human Behavior*, 36, 257–265. <http://dx.doi.org/10.1037/h0093959>

Hugenberg, K., & Corneille, O. (2009). Holistic processing is tuned for in-group faces. *Cognitive Science*, 33, 1173–1181.

Hugenberg, K., Miller, J., & Claypool, H. (2007). Categorization and individuation in the cross-race recognition deficit: Toward a solution to an insidious problem. *Journal of Experimental Social Psychology*, 43, 334–340

Hugenberg, K., Young, S. G., Bernstein, M. J., & Sacco, D. F. (2010). The categorization-individuation model: An integrative account of the other-race recognition deficit. *Psychological review*, 117(4), 1168.

Hugenberg, K., Wilson, J. P., See, P. E., & Young, S. G. (2013). Towards a synthetic model of own group biases in face memory. *Visual Cognition*, 21, 1392–1417. doi: 10.1080/13506285.2013.821429.

Ito, T. A., & Urland, R. (2003). Race and gender on the brain: Electrocortical measures of attention to the race and gender of multiply categorizable individuals. *Journal of Personality and Social Psychology*, 85, 616–626.

Johnson, M. K., Hashtroudi, S., & Lindsay, D. S. (1993). Source monitoring. *Psychological Bulletin*, 114, 3–28. <http://dx.doi.org/10.1037/0033-2909.114.1.3>

Jonsson, P. (2007). The police lineup is becoming suspect practice. *Christian Science*

Monitor. (Down- loaded June 15, 2011, from <http://www.csmonitor.com/2007/0206/p01s02-usju.html>).

Kahneman, D., & Tversky, A. (1973). On the psychology of prediction. *Psychological*

Review, 80, 237–251. <http://dx.doi.org/10.1037/h0034747>

Kane, M. J., & Engle, R. W. (2000). Working-memory capacity, proactive interference, and divided attention: Limits on long-term memory retrieval. *Journal of Experimental Psychology: Learning, Memory, and Cognition*, 26, 336–358. <http://dx.doi.org/10.1037/0278-7393.26.2.336>

Kassin, S. M. (1998). Eyewitness identification procedures: The fifth rule. *Law and Human Behavior*, 22, 649 – 653. <http://dx.doi.org/10.1023/A: 1025702722645>

Kassin, S. M., Dror, I. E., & Kukucka, J. (2013). The forensic confirmation bias: Problems, perspectives, and proposed solutions. *Journal of Applied Research in Memory & Cognition*, 2, 42–52. <http://dx.doi.org/10.1016/j.jarmac.2013.01.001>

Kassin, S. M., Kukucka, J., Lawson, V. Z., & DeCarlo, J. (2014). Does video recording alter the behavior of police during interrogation? A mock crime-and-investigation study. *Law and Human Behavior*, 38, 73–83. <http://dx.doi.org/10.1037/lhb0000047>

Kassin, S. M., Russano, M. B., Amrom, A. D., Hellgren, J., Kukucka, J., & Lawson, V. Z. (2019). Does video recording inhibit crime suspects? Evidence from a fully randomized field experiment. *Law and Human Behavior*, 43, 45–55. <http://dx.doi.org/10.1037/lhb0000319>

Keast, A., Brewer, N., & Wells, G. L. (2007). Children's metacognitive judgments in an eyewitness identification task. *Journal of Experimental Child Psychology*, 97, 286 –314. <http://dx.doi.org/10.1016/j.jecp.2007 .01.007>

Kebbell, M. R., & Milne, R. (1998). Police officers' perceptions of eyewitness

- performance in forensic investigations. *The Journal of Social Psychology*, 138, 323–330.
<http://dx.doi.org/10.1080/00224549809600384>
- Kelly, D. J., Liu, S., Ge, L., Quinn, P. C., Slater, A. M., Lee, K., ... & Pascalis, O. (2007).
 Cross-race preferences for same-race faces extend beyond the African versus Caucasian
 contrast in 3-month-old infants. *Infancy*, 11(1), 87-95.
- Kelly, D. J., Quinn, P. C., Slater, A. M., Lee, K., Gibson, A., Smith, M., & Pascalis, O.
 (2005). Three-month-olds, but not newborns, prefer own-race faces. *Developmental Science*,
 8, F31-F36.
- Kleider, H. M., Pezdek, K., Goldinger, S. D., & Kirk, A. (2008). Schema- driven source
 misattribution errors: Remembering the expected from a witnessed event. *Applied
 Cognitive Psychology*, 22, 1–20. <http://dx.doi.org/10.1002/acp.1361>
- Klobuchar, A., Steblay, N. M., & Caligiuri, H. L. (2006). Improving eyewitness
 identifications: Hennepin County’s blind sequential lineup pilot project. *Cardozo Public Law,
 Policy, and Ethics Journal*, 2, 381– 414.
- Kovera, M. B., & Evelo, A. J. (2017). The case for double-blind lineup administration.
Psychology, Public Policy, and Law, 23, 421–437. <http://dx.doi.org/10.1037/law0000139>
- Launay, C., & Py, J. (2015). Methods and aims of investigative interview- ing of adult
 witnesses: An analysis of professional practices. *Pratiques Psychologiques*, 21, 55–70.
<http://dx.doi.org/10.1016/j.prps.2014.11.001>
- Lavrakas, P. J., Buri, J. R., & Mayzner, M. S. (1976). A perspective on the recognition of
 other race. *Perception and Psychophysics*, 20, 475–481.
- Lawson, V. Z., & Dysart, J. E. (2014). The showup identification proce- dure: An
 exploration of systematic biases. *Legal and Criminological Psychology*, 19, 54–68.
<http://dx.doi.org/10.1111/j.2044-8333.2012.02057.x>
- Levett, L. M. (2013). Co-witness information influences whether a witness is likely to

- choose from a lineup. *Legal and Criminological Psychology*, 18, 168–180.
<http://dx.doi.org/10.1111/j.2044-8333.2011.02033.x>
- Levin, D. T. (2000). Race as a visual feature: Using visual search and perceptual discrimination tasks to understand face categories and the cross-race recognition deficit. *Journal of Experimental Psychology: General*, 129, 559–574. doi: 10.1037/0096-3445.129.4.559.
- Light, L. L., Kayra-Stuart, F., & Hollander, S. (1979). Recognition memory for typical and unusual faces. *Journal of Experimental Psychology: Human Learning and Memory*, 5, 212–228.
- Lindsay, R. C. L., Wallbridge, H., & Drennan, D. (1987). Do clothes make the man? An exploration of the effect of lineup attire on eyewitness identification accuracy. *Canadian Journal of Behavioural Science*, 19, 463–478. <http://dx.doi.org/10.1037/h0079998>
- Lindsay, R. C. L., & Wells, G. L. (1980). What price justice? Exploring the relationship of lineup fairness to identification accuracy. *Law and Human Behavior*, 4, 303–313.
<http://dx.doi.org/10.1007/BF01040622>
- Lindsay, R. C. L., & Wells, G. L. (1985). Improving eyewitness identifications from lineups: Simultaneous versus sequential lineup presentation. *Journal of Applied Psychology*, 70, 556–564.
- Loftus, E. F. (1979). *Eyewitness testimony*. Cambridge, MA: Harvard University Press.
- Loftus, E. F. (2017). Eavesdropping on memory. *Annual Review of Psychology*, 68, 1–18. <http://dx.doi.org/10.1146/annurev-psych-010416-044138>
- Loftus, E. F., & Davis, D. (2006). Recovered memories. *Annual Review of Clinical Psychology*, 2, 469–498.
- Loftus, E. F., & Greene, E. (1980). Warning: Even memory for faces may be contagious. *Law and Human Behavior*, 4, 323–334. <http://dx.doi.org/10.1007/BF01040624>

- Loftus, E. F., Loftus, G. R., & Messo, J. (1987). Some facts about “weapon focus.” *Law and Human Behavior*, 11, 55–62.
- Luus, C. A. E., & Wells, G. L. (1991). Eyewitness identification and the selection of distracters for lineups. *Law and Human Behavior*, 15, 43–57. <http://dx.doi.org/10.1007/BF01044829>
- MacLin, O. H., MacLin, K. M., & Malpass, R. S. (2001). Race, arousal, attention, exposure, and delay: An examination of factors moderating face recognition. *Psychology, Public Policy, and Law*, 7, 134–152.
- MacLin, O. H., & Malpass, R. S. (2001). Racial categorization of faces: The ambiguous race face effect. *Psychology, Public Policy, & Law*, 7, 98–118.
- MacLin, O. H., & Malpass, R. S. (2003). The ambiguous-race face illusion. *Perception*, 32, 249–252.
- Macrae, C. N., & Bodenhausen, G. V. (2000). Social cognition: Thinking categorically about others. *Annual Review of Psychology*, 51, 93–120.
- Malpass, R. S., & Devine, P. G. (1981). Eyewitness identification: Lineup instructions and the absence of the offender. *Journal of Applied Psychology*, 66, 482–489.
- Malpass, R. S., & Kravitz, J. (1969). Recognition for faces of own and other race. *Journal of Personality and Social Psychology*, 13, 330. <https://doi.org/10.1037/h0028434>
- Malpass, R. S., Tredoux, C. G., & McQuiston-Surrett, D. (2009). Public policy and sequential lineups. *Legal and Criminological Psychology*, 14, 1–12.
- Mansour, J. K., Beaudry, J. L., Kalmet, N., Bertrand, M. I., & Lindsay, R. C. L. (2017). Evaluating lineup fairness: Variations across methods and measures. *Law and Human Behavior*, 41, 103–115. <http://dx.doi.org/10.1037/lhb0000203>
- Marcon, J. L., Susa, K. J., & Meissner, C. A. (2009). Assessing the influence of recollection and familiarity in memory for own- vs. other-race faces. *Psychonomic Bulletin & Review*, 16, 99–103.

- Matuku, K., Douglass, A. B., & Charman, S. (2018, March). A cautionary note about videotaped identification procedures. Paper presented at the annual meeting of the American Psychology-Law Society, Memphis, TN.
- Maurer, D., Le Grand, R., & Mondloch, C. J. (2002). The many faces of configural processing. *Trends in Cognitive Science*, 6, 255-260.
- Mecklenburg, Sheri H. (2006). Report to the Legislature of the State of Illinois: The Illinois Pilot Program on Sequential Double-Blind Identification Procedures.
- Meissner, C. A. (2002). Applied aspects of the instructional bias effect in verbal overshadowing. *Applied Cognitive Psychology*, 16, 911–928.
<http://dx.doi.org/10.1002/acp.918>
- Meissner, C. A., & Brigham, J. C. (2001). Thirty years of investigating the own-race bias in memory for faces: A meta-analytic review. *Psychology, Public Policy, and Law*, 7, 3–35.
- Meissner, C. A., Brigham, J. C., & Butz, D. A. (2005). Memory for own- and other-race faces: A dual-process approach. *Applied Cognitive Psychology*, 19, 545-567.
- Meissner, C. A., Brigham, J. C., & Kelley, C. M. (2001). The influence of retrieval processes in verbal overshadowing. *Memory & Cognition*, 29, 176–186.
<http://dx.doi.org/10.3758/BF03195751>
- Meissner, C. A., Sporer, S. L., & Schooler, J. W. (2007). Person descriptions as eyewitness evidence. In R. C. L. Lindsay, D. F. Ross, J. D. Read, & M. P. Toglia (Eds.), *Handbook of eyewitness psychology: Vol. II. Memory for people* (pp. 1–34). Mahwah, NJ: Erlbaum.
- Meissner, C. A., Tredoux, C. G., Parker, J. F., & MacLin, O. H. (2005). Eyewitness decisions in simultaneous and sequential lineups: A dual-process signal detection theory analysis. *Memory and Cognition*, 33, 783–792.
- Memon, A., Gabbert, F., & Hope, L. (2004). The ageing eyewitness. In J. Adler (Ed.),

- Forensic psychology: Debates, concepts and practice (pp. 96–112). Devon, UK: Willan.
- Memon, A., Meissner, C. A., & Fraser, J. (2010). The Cognitive Interview: A meta-analytic review and study space analysis of the past 25 years. *Psychology, Public Policy, and Law*, 16, 340–372. <http://dx.doi.org/10.1037/a0020518>
- Michel, C., Rossion, B., Han, J., Chung, C., & Caldara, R. (2006). Holistic processing is finely tuned for faces of one's own race. *Psychological Science*, 17, 608–615.
- Mickes, L. (2015). Receiver operating analysis and confidence-accuracy characteristic analysis in investigations of system variables and estimator variables that affect eyewitness memory. *Journal of Applied Research in Memory & Cognition*, 4, 93–102. <http://dx.doi.org/10.1016/j.jarmac.2015.01.003>
- Neuschatz, J. S., Wetmore, S. A., Key, K. N., Cash, D. K., Gronlund, S. D., & Goodsell, C. A. (2016). A comprehensive evaluation of showups. In B. Bornstein & M. K. Miller (Eds.), *Advances in psychology and law* (pp. 43–69). Cham, Switzerland: Springer International Publishing. http://dx.doi.org/10.1007/978-3-319-29406-3_2
- Newman, E. J., & Garry, M. (2013). False memory. In T. Perfect & D. S. Lindsay (Eds.), *SAGE handbook of applied memory* (pp. 110–126). Los Angeles, CA: SAGE Publications.
- Ng, W., & Lindsay, R. C. L. (1994). Cross-race facial recognition: Failure of the contact hypothesis. *Journal of Cross-Cultural Psychology*, 25, 217–232.
- Orfield, M. W., Jr. (1987). The exclusionary rule and deterrence: An empirical study of Chicago narcotics officers. *Chicano Law Review*, 54, 1016–1069. <http://dx.doi.org/10.2307/1599834>
- Orfield, M. W., Jr. (1992). Deterrence, perjury, and the heater factor: An exclusionary rule in the Chicago criminal courts. *University of Colorado Law Review*, 63, 75–161.
- Pauker, K., Weisbuch, M., Ambady, N., Sommers, S. R., Adams, R. B., & Ivcevic, Z.

- (2009). Not so black and white: Memory for ambiguous group members. *Journal of Personality and Social Psychology*, 96, 795–810.
- Pezdek, K., Blandon-Gitlin, I., & Moore, C. (2003). Children's face recognition memory: More evidence for the cross-race effect. *Journal of Applied Psychology*, 88(4), 760.
- Platz, S. J., & Hosch, H. M. (1988). Cross-racial/ethnic eyewitness identification: A field study. *Journal of Applied Social Psychology*, 18, 972–984.
- Poiares, C. A. (2004). Psicologia do testemunho: contribuição para a aproximação da verdade judicial à verdade, *Revista jurídica da Universidade Portucalense Infante D. Henrique*, n.12, Mar., Porto.
- Police Executive Research Forum (2013), “A national survey of eyewitness identification procedures in law enforcement agencies”, available at: [www.policeforum.org/assets/docs/Free_Online Documents/Eyewitness_Identification/a%20national%20survey%20of%20eyewitness%20identification%20procedures%20in%20law%20enforcement%20agencies%202013.pdf](http://www.policeforum.org/assets/docs/Free_Online_Documents/Eyewitness_Identification/a%20national%20survey%20of%20eyewitness%20identification%20procedures%20in%20law%20enforcement%20agencies%202013.pdf) (accessed Outubro 31, 2020).
- Pozzulo, J. D., Lemieux, J. M., Wells, E., & McCuaig, H. J. (2006). The influence of Eyewitness identification decisions and age of witness on jurors’ verdicts and perceptions of reliability. *Psychology, Crime & Law*, 12, 641–652.
- Quinlivan, D. S., Neuschatz, J. S., Cutler, B. L., Wells, G. L., McLung, J., & Harker, D. L. (2012). Do pre-admonition suggestions moderate the effect of unbiased lineup instructions? *Legal and Criminological Psychology*, 17, 165–176. <http://dx.doi.org/10.1348/135532510X533554>
- Read, J. D., Yuille, J. C., & Tollestrup, P. (1992). Recollections of a robbery. *Law and Human Behavior*, 16, 425–446. <http://dx.doi.org/10.1007/BF02352268>
- Rhead, L. M., Rodriguez, D. N., Korobeynikov, V., Yip, J. H., & Kovera, M. B. (2015).

- The effects of lineup administrator influence and mortality salience on witness identification accuracy. *Journal of Forensic Psychology Practice*, 15, 248–274.
<http://dx.doi.org/10.1080/15228932.2015.1041362>
- Rhodes, G., Brake, S., Taylor, K., & Tan, S. (1989). Expertise and configural coding in face recognition. *British Journal of Psychology*, 80, 313-331.
- Rhodes, G., Locke, V., Ewing, L., & Evangelista, E. (2009). Race coding and the other-race effect in face recognition. *Perception*, 38, 232-241.
- Rodriguez, D. N., & Berry, M. A. (2014). The effect of line-up administrator blindness on the recording of eyewitness identification decisions. *Legal and Criminological Psychology*, 19, 69–79. <http://dx.doi.org/10.1111/j.2044-8333.2012.02058.x>
- Rodriguez, D. N., & Berry, M. A. (2019). Administrator blindness affects the recording of eyewitness lineup outcomes. *Law and Human Behavior*, 44, 71–87.
<http://dx.doi.org/10.1037/lhb0000352>
- Roediger III, H. L., & McDermott, K. B. (2000). Tricks of memory. *Current Directions in Psychological Science*, 9(4), 123-127.
- Rosenthal, R. (2002). Covert communication in classrooms, clinics, court-rooms, and cubicles. *American Psychologist*, 57, 839 – 849. <http://dx.doi.org/10.1037/0003-066X.57.11.839>
- Ross, S. J., Malpass, R. S. (2008, March). Improved methodological standards for field evaluations of eyewitness identification procedures. Paper presented at the annual meeting of the American Psychology-Law Society, Jacksonville, FL.
- Rossion, B. (2018). Humans are visual experts at unfamiliar face recognition. *Trends in cognitive sciences*, 22(6), 471-472.
- Rossion, B., & Michel, C. (2011). An experience-based account of the other-race face effect. In A. J. Calder, G. Rhodes, & M. Johnson (Eds.), *Oxford handbook of face*

perception. Oxford: Oxford University.

Rothweiler, J. N. (2017). Influence of others on cross-race identifications: social facilitation and the cross-race effect.

Sangrigoli, S., Pallier, C., Argenti, A.-M., Ventureyra, V. A. G., & de Schonen, S. (2005).

Reversibility of the other-race effect in face recognition during childhood. *Psychological Science*, 16, 440-444.

Sangrigoli, S., & de Schonen, S. (2004). Recognition of own-race and other-race faces by three-month- old infants. *The Journal of Child Psychology and Psychiatry*, 45, 1219–1227.

Satin, G. E., & Fisher, R. P. (2019). Investigative utility of the Cognitive Interview:

Describing and finding perpetrators. *Law and Human Behavior*, 43, 491–506.
<http://dx.doi.org/10.1037/lhb0000326>

Sauerland, M., Krix, A. C., van Kan, N., Glunz, S., & Sak, A. (2014). Speaking is silver,

writing is golden? The role of cognitive and social factors in written versus spoken witness accounts. *Memory & Cognition*, 42, 978–992. <http://dx.doi.org/10.3758/s13421-014-0401-6>

Schacter, D.L., Dawes, R., Jacoby, L.L., Kahneman, D., Lempert, R., Roediger, H.L., Rosenthal, R. (2007). Studying eyewitness investigations in the field. *Law and Human Behavior*, 32: 3-5.

Schreiber Compo, N., Carol, R. N., Evans, J. R., Pimentel, P., Holness, H., Nichols-

Lopez, K., . . . Furton, K. G. (2017). Witness memory and alcohol: The effects of state-dependent recall. *Law and Human Behavior*, 41, 202–215.
<http://dx.doi.org/10.1037/lhb0000224>

Shapiro, P. N., & Penrod, S. (1986). Meta-analysis of facial identification studies.

Psychological Bulletin, 100, 139–156.

Shaw, J. S., III. (1996). Increases in eyewitness confidence resulting from post-event

questioning. *Journal of Experimental Psychology: Applied*, 2, 126–146.
<http://dx.doi.org/10.1037/1076-898X.2.2.126>

- Shaw, J. S., III, Garven, S., & Wood, J. M. (1997). Co-witness information can have immediate effects on eyewitness memory reports. *Law and Human Behavior*, 21, 503–523.
<http://dx.doi.org/10.1023/A: 1024875723399>
- Shaw, J. S., III, & McClure, K. A. (1996). Repeated post-event questioning can lead to elevated levels of eyewitness confidence. *Law and Human Behavior*, 20, 629–653.
<http://dx.doi.org/10.1007/BF01499235>
- Shepherd, J. W. (1981). Social factors in face recognition .In G. Davies, H. Ellis, & J. Shepherd (Eds.), *Perceiving and remembering faces* (pp.55–79). London: Academic.
- Shriver, E. R., Young, S. G., Hugenberg, K., Bernstein, M. J., & Lanter, J. R. (2008). Class, race, and the face: Social context modulates the cross-race effect in face recognition. *Personality and Social Psychology Bulletin*, 34, 260-274.
- Simões, M. (s.d.). *Memória e testemunho* [diapositivos de PowerPoint]
- Sjöberg, M.P. (2016) The Show-Up Identification Procedure: A Literature Review. *Open Journal of Social Sciences*, 4, 86-95. <http://dx.doi.org/10.4236/jss.2016.41012>
- Slobogin, C. (1996). Testifying: Police perjury and what to do about it. *University of Colorado Law Review*, 67, 1037–1060.
- Smalarz, L., & Wells, G. L. (2014). Confirming feedback following a mistaken identification impairs memory for the culprit. *Law and Human Behavior*, 38, 283–292.
<http://dx.doi.org/10.1037/lhb0000078>
- Smith, A. M., Wells, G. L., Lindsay, R. C. L., & Myerson, T. (2018). Eyewitness identification performance on showups improves with an additional-opportunities Instruction: Evidence for present-absent criteria discrepancy. *Law and Human Behavior*, 42, 215–226.
<http://dx.doi.org/ 10.1037/lhb0000284>
- Smith, A. M., Wells, G. L., Lindsay, R. C. L., & Penrod, S. D. (2017). Fair lineups are

better than biased lineups and showups, but not because they increase underlying discriminability. *Law and Human Behavior*, 41, 127–145.
<http://dx.doi.org/10.1037/lhb0000219>

Smith, A. M., Wilford, M. M., Quigley-McBride, A., & Wells, G. L. (2019). Mistaken eyewitness identification rates increase when either witnessing or testing conditions get worse. *Law and Human Behavior*, 43, 358–368. <http://dx.doi.org/10.1037/lhb0000334>

Snyder, M., & Swann, W. B. (1978). Hypothesis-testing processes in social interaction. *Journal of Personality and Social Psychology*, 36, 1202–1212.
<http://dx.doi.org/10.1037/0022-3514.36.11.1202>

Sporer, S. L. (1992). Post-dicting eyewitness accuracy: Confidence, decision-times and person descriptions of choosers and non-choosers. *European Journal of Social Psychology*, 22, 157–180. <http://dx.doi.org/10.1002/ejsp.2420220205>

Sporer, S. L. (1996). Psychological aspects of person descriptions. In S. L. Sporer, R. S. Malpass, & G. Koehnken (Eds.), *Psychological issues in eyewitness identification* (pp. 53–86). Hillsdale, NJ: Erlbaum, Inc.

Sporer, S. L. (2001a). The cross-race effect: Beyond recognition of faces in the laboratory. *Psychology, Public Policy, and Law*, 7(1), 170.

Sporer, S. L. (2001b). Recognizing faces of other ethnic groups: An integration of theories. *Psychology, Public Policy, and Law*, 7(1), 36.

Stebly, N. K. (2010). Improving the Accuracy of Eyewitness Evidence. Chapter in *Inside the Minds: Adapting to New Eyewitness Identification Procedures*. Boston: Aspatore Books/ Thompson West Publishing.

Sporer, S. L., Penrod, S., Read, D., & Cutler, B. (1995). Choosing, confidence, and accuracy: A meta-analysis of the confidence-accuracy relation in eyewitness identification studies. *Psychological Bulletin*, 118, 315–327.

- Stebly, N. K., & Dysart, J. E. (2016). Repeated eyewitness identification procedures with the same suspect. *Journal of Applied Research in Memory & Cognition*, 5, 284–289. <http://dx.doi.org/10.1016/j.jarmac.2016.06.010>
- Stebly, N. K., Tix, R. W., & Benson, S. L. (2013). Double exposure: The effects of repeated identification lineups on eyewitness accuracy. *Applied Cognitive Psychology*, 27, 644 – 654. <http://dx.doi.org/10.1002/acp.2944>
- Stebly, N., Wells, G. L., & Douglass, A. B. (2014). The eyewitness post identification feedback effect 15 years later: Theoretical and policy implications. *Psychology, Public Policy, and Law*, 20, 1–18. <http://dx.doi.org/10.1037/law0000001>
- Sunday, M. A., & Gauthier, I. (2018). Face Expertise for Unfamiliar Faces: A Commentary on Young and Burton’s “Are We Face Experts?”. *Journal of Expertise*, 1, 35-41.
- Susa, K. J., Meissner, C. A., & de Heer, H. (2010). Modeling the role of social-cognitive processes in the recognition of own- vs. other-race faces. *Social Cognition*, 28, 523–537.
- Swope, T. (1994). Social experience, illusory correlation, and facial recognition ability. Unpublished master’s thesis, Florida State University.
- Tanaka, J. W., & Farah, M. J. (1993). Parts and wholes in face recognition. *The Quarterly Journal of Experimental Psychology: Comparative and Physiological Psychology*, 46(2), 336-245. doi: 10.1080/14640749308401045
- Tanaka, J. W., Kiefer, M., & Bukach, C. M. (2004). A holistic account of the own-race effect in face recognition: Evidence from a cross-cultural study. *Cognition*, 93, B1-B9.
- Tanaka, J. W., & Pierce, J. (2009). The neural plasticity of other- race face recognition. *Cognitive, Affective & Behavioral Neuroscience*, 9, 122-131.
- Tuckey, M. R., & Brewer, N. (2003). The influence of schemas, stimulus ambiguity, and interview schedule on eyewitness memory over time. *Journal of Experimental*

Psychology: Applied, 9, 101–118. <http://dx.doi.org/10.1037/1076-898X.9.2.101>

Tunnicliff, J. L., & Clark, S. E. (2000). Selecting foils for identification lineups: Matching suspects or descriptions? *Law and Human Behavior*, 24, 231–258.

<http://dx.doi.org/10.1023/A:1005463020252>

Turtle, J., Read, J. D., Lindsay, D. S., & Brimacombe, C.A.E. (2008), “Toward a more informative psychological science of eyewitness evidence”, *Applied Cognitive Psychology*, Vol. 22, pp. 769 – 778.

Valentine, T. (1991). A unified account of the effects of distinctiveness, inversion, and race in face recognition. *The Quarterly Journal of Experimental Psychology A*, 43, 161–204.

Valentine, T., & Endo, M. (1992). Towards an exemplar model of face processing: The effects of race and distinctiveness. *The Quarterly Journal of Experimental Psychology A: Human Experimental Psychology*, 44A, 671–703.

Vallano, J., Steele, L. E., Slapinski, K. A., Briggs, A. P., & Pozzulo, J. D. (2019). Familiar eyewitness identifications: The current state of affairs. *Psychology, Public Policy, and Law*, 25, 128–146. <http://dx.doi.org/10.1037/law0000204>

Van Bavel, J. J., Packer, D. J., & Cunningham, W. A. (2011). Modulation of the Fusiform Face Area following minimal exposure to motivationally relevant faces: Evidence of in-group enhancement (not out-group disregard). *Journal of Cognitive Neuroscience*, 23, 3343–3354.

Van Koppen, P. J., & Lochun, S. K. (1997). Portraying perpetrators: The validity of offender descriptions by witnesses. *Law and Human Behavior*, 21, 661–685. <http://dx.doi.org/10.1023/A:1024812831576>

Vitriol, J. A., Appleby, J., & Borgida, E. (2018). Racial bias increases false identification of Black suspects in simultaneous lineups. *Social psychological and personality science*, 10(6), 722-734.

Wade, K. A., Nash, R. A., & Lindsay, D. S. (2018). Reasons to doubt the reliability of

- eyewitness memory: Commentary on Wixted, Mickes, and Fisher (2018). *Perspectives on Psychological Science*, 13, 339–342. <http://dx.doi.org/10.1177/1745691618758261>
- Walker, P. M., & Hewstone, M. (2006). A developmental investigation of other-race contact and the own-race face effect. *British Journal of Developmental Psychology*, 24, 451–463.
- Walsh, D., & Bull, R. (2010). What really is effective in interviews with suspects? A study comparing interviewing skills against interviewing outcomes. *Legal and Criminological Psychology*, 15, 305–321. <http://dx.doi.org/10.1348/135532509X463356>
- Weber, N., Brewer, N., Wells, G. L., Semmler, C., & Keast, A. (2004). Eyewitness identification accuracy and response latency: The unruly 10–12-second rule. *Journal of Experimental Psychology: Applied*, 10, 139–147. <http://dx.doi.org/10.1037/1076-898X.10.3.139>
- Weber, N., & Perfect, T. J. (2012). Improving eyewitness identification accuracy by screening out those who say they don't know. *Law and Human Behavior*, 36, 28–36. <http://dx.doi.org/10.1037/h0093976>
- Wells, G. L. (1978). Applied eyewitness testimony research: System variables and estimator variables. *Journal of Personality and Social Psychology*, 36, 1546–1557.
- Wells, G. L. (1993). What do we know about eyewitness identification? *American Psychologist*, 48, 553–571. <http://dx.doi.org/10.1037/0003-066X.48.5.553>
- Wells, G. L. (2001). Eyewitness lineups: Data, theory, and policy. *Psychology, Public Policy, and Law*, 7, 791–801. <http://dx.doi.org/10.1037/1076-8971.7.4.791>
- Wells, G. L. (2006). Eyewitness identification: Systemic reforms. *Wisconsin Law Review*, 2006, 615–643.
- Wells, G. L., & Bradfield, A. L. (1998). “Good, you identified the suspect”: Feedback to

- eyewitnesses distort their reports of the witnessing experience. *Journal of Applied Psychology*, 83, 360–376. [http://dx.doi.org/ 10.1037/0021-9010.83.3.360](http://dx.doi.org/10.1037/0021-9010.83.3.360)
- Wells, W., Campbell, B., Li, Y., & Swindle, S. (2016). The characteristics and results of eyewitness identification procedures conducted during robbery investigations in Houston, TX. *Policing: An International Journal of Police Strategies & Management*.
- Wells, G. L., Kovera, M. B., Douglass, A. B., Brewer, N., Meissner, C. A., & Wixted, J. T. (2020). Policy and procedure recommendations for the collection and preservation of eyewitness identification evidence. *Law and Human Behavior*, 44(1), 3.
- Wells, G. L., & Loftus, E. F. (2012). Eyewitness memory for people and events. *Handbook of Psychology*, Second Edition, 11.
- Wells, G. L., & Luus, E. (1990). Police lineups as experiments: Social methodology as a framework for properly-conducted lineups. *Personality and Social Psychology Bulletin*, 16, 106–117. <http://dx.doi.org/10.1177/0146167290161008>
- Wells, G. L., Memon, A., & Penrod, S. D. (2006). Eyewitness evidence improving its probative value. *Psychological Science in the Public Interest*, 7, 45–75.
- Wells, G. L., & Olson, E. A. (2001). The other-race effect in eyewitness identification: What do we do about it?. *Psychology, Public Policy, and Law*, 7(1), 230.
- Wells, G. L., & Quinlivan, D. S. (2009). Suggestive eyewitness identification procedures and the Supreme Court's reliability test in light of eyewitness science: 30 years later. *Law and Human Behavior*, 33, 1–24. <http://dx.doi.org/10.1007/s10979-008-9130-3>
- Wells, G. L., Rydell, S. M., & Seelau, E. P. (1993). On the selection of distractors for eyewitness lineups. *Journal of Applied Psychology*, 78, 835–844. <http://dx.doi.org/10.1037/0021-9010.78.5.835>
- Wells, G. L., Small, M., Penrod, S. J., Malpass, R. S., Fulero, S. M., & Brimacombe, C.

- A. E. (1998). Eyewitness identification procedures: Recommendations for lineups and photospreads. *Law and Human Behavior*, 22, 603–647. <http://dx.doi.org/10.1023/A:1025750605807>
- Wells, G. L., Steblay, N. K., & Dysart, J. E. (2012). Eyewitness identification reforms: Are suggestiveness-induced hits and guesses true hits? *Perspectives on Psychological Science*, 7, 264–271. <http://dx.doi.org/10.1177/1745691612443368>
- Wells, G. L., & Turtle, J. W. (1986). Eyewitness identification: The importance of lineup models. *Psychological Bulletin*, 99, 320–329. <http://dx.doi.org/10.1037/0033-2909.99.3.320>
- West, E., & Meterko, V. (2017). Innocence Project: DNA exonerations, 1989–2014: Review of data and findings from the first 25 years. *Albany Law Review*, 79, 717–795.
- Wilson, J. P., Bernstein, M. J., & Hugenberg, K. (2016). A synthetic perspective on the Own Race Bias in eyewitness identification. In B. Bornstein & M. Miller (Eds.), *Advances in Psychology and Law*, Vol. 2., pp.240-270, Springer.
- Wilson, J. P., & Hugenberg, K. (2010). When under threat, we all look the same: Distinctiveness threat induces ingroup homogeneity in face memory. *Journal of Experimental Social Psychology*, 46, 1004-1010.
- Wilson, J. P., Hugenberg, K., & Bernstein, M. J. (2013). The Cross-Race Effect and Eyewitness Identification: How to Improve Recognition and Reduce Decision Errors in Eyewitness Situations. *Social Issues and Policy Review*, 7(1), 83-113.
- Wise, R. A., Safer, M. A., & Maro, C. M. (2011). What U.S. law enforcement officers know and believe about eyewitness factors, eye- witness interviews, and identification procedures. *Applied Cognitive Psychology*, 25, 488–500. <http://dx.doi.org/10.1002/acp.1717>
- Wixted, J. T., & Mickes, L. (2014). A signal-detection-based diagnostic- feature- detection model of eyewitness identification. *Psychological Review*, 121, 262–276. <http://dx.doi.org/10.1037/a0035940>

- Wixted, J. T., Mickes, L., Dunn, J. C., Clark, S. E., & Wells, W. (2016). Estimating the reliability of eyewitness identifications from police line-ups. *Proceedings of the National Academies of Science*, 113, 304–309. <http://dx.doi.org/10.1073/pnas.1516814112>
- Wixted, J. T., & Wells, G. L. (2017). The relationship between eyewitness confidence and identification accuracy: A new synthesis. *Psychological Science in the Public Interest*, 18, 10–65. <http://dx.doi.org/10.1177/1529100616686966>
- Wright, D. B., Memon, A., Skagerberg, E. M., & Gabbert, F. (2009). When eyewitnesses talk. *Current Directions in Psychological Science*, 18, 174–178. <http://dx.doi.org/10.1111/j.1467-8721.2009.01631.x>
- Yarmey, A. D. (2000). Retrospective duration estimations for variant and invariant events in field situations. *Applied Cognitive Psychology*, 14, 45–57. [http://dx.doi.org/10.1002/\(SICI\)1099-0720\(200001\)14:1<45::AID-ACP623>3.0.CO;2-U](http://dx.doi.org/10.1002/(SICI)1099-0720(200001)14:1<45::AID-ACP623>3.0.CO;2-U)
- Young, A. W., & Burton, A. M. (2018). Are we face experts?. *Trends in cognitive sciences*, 22(2), 100-110.
- Young, S. G., & Hugenberg, K. (2010). Mere social categorization modulates identification of facial expressions of emotion. *Journal of Personality and Social Psychology*, 99, 964-977.
- Young, S. G., & Hugenberg, K. (2012). Individuation motivation and face expertise operate jointly to produce the own race bias. *Social Psychological and Personality Science*, 3, 80–87.
- Young, S. G., Hugenberg, K., Bernstein, M. J., & Sacco, D. F. (2009). Interracial contexts debilitate same-race face recognition. *Journal of Experimental Social Psychology*, 45, 1123–1126.
- Young, S. G., Hugenberg, K., Bernstein, M. J., & Sacco, D. F. (2012). Perception and motivation in face recognition: A critical review of theories of the cross-race

effect. *Personality and Social Psychology Review*, 16(2), 116-142.

Yuille, J. C., & Cutshall, J. L. (1986). A case study of eyewitness memory of a crime.

Journal of Applied Psychology, 71, 291–301. <http://dx.doi.org/10.1037/0021-9010.71.2.291>

Yuille, J. C., & Tollestrup, P. A. (1990). Some effects of alcohol on eyewitness memory.

Journal of Applied Psychology, 75, 268–273. <http://dx.doi.org/10.1037/0021-9010.75.3.268>

Zimmerman, D. M., Chorn, J. A., Rhead, L. M., Evelo, A. J., & Kovera, M. B. (2017).

Memory strength and lineup presentation moderate effects of administrator influence on mistaken identifications. *Journal of Experimental Psychology: Applied*, 23, 460–473.
<http://dx.doi.org/10.1037/xap0000147>